

**Relatório de Avaliação
do Projecto de Reintrodução
da Língua Portuguesa (PRLP)
em Timor-Leste**
2003-2009

**Escola Superior de Educação
e Ciências Sociais - Leiria**
Dezembro 2010



Relatório de Avaliação do Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor-Leste

2003–2009



Equipa de Avaliação

Luís Filipe Barbeiro
José Brites Ferreira
Maria Antónia Barreto
Pedro Silva
Teresa Eugénio

O conteúdo, análises, conclusões e recomendações expressos neste documento são única e exclusivamente da responsabilidade da equipa de avaliação e não traduzem necessariamente a posição do IPAD ou posições institucionais da ESECS-IPL.

ESECS-IPL

— Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria

Dezembro 2010

Índice

| | |
|---|----|
| ■ SIGLAS E ABREVIATURAS | 4 |
| ■ APRESENTAÇÃO | 6 |
| ■ SUMÁRIO EXECUTIVO | 7 |
| ■ EXECUTIVE SUMMARY | 15 |
| 1. ■ INTRODUÇÃO: alcance e objectivos da avaliação..... | 23 |
| 2. ■ PROCESSO DE AVALIAÇÃO | 25 |
| 2.1. ■ Delimitação da avaliação | 25 |
| 2.2. ■ Metodologia..... | 26 |
| 2.3. ■ Equipa | 27 |
| 3. ■ ENQUADRAMENTO | 29 |
| 3.1. ■ Contexto histórico-social | 29 |
| 3.2. ■ Perspectivas de desenvolvimento | 33 |
| 3.3. ■ A intervenção do PRLP | 35 |
| 3.4. ■ Percurso de execução do PRLP | 46 |
| 4. ■ CONSTATAÇÕES: Resultados da avaliação..... | 54 |
| 4.1. ■ Processo de implementação..... | 54 |
| 4.2. ■ Relevância | 64 |
| 4.3. ■ Eficácia | 68 |
| 4.4. ■ Eficiência | 73 |
| 4.5. ■ Efeitos | 81 |
| 4.6. ■ Sustentabilidade | 83 |
| 4.7. ■ Coordenação e complementaridade | 84 |
| 4.8. ■ Valor acrescentado | 85 |
| 4.9. ■ Visibilidade..... | 86 |
| 5. ■ CONCLUSÕES | 87 |
| 6. ■ LIÇÕES APRENDIDAS | 90 |
| 7. ■ RECOMENDAÇÕES | 91 |
| ■ BIBLIOGRAFIA | 96 |

| | |
|--|-----|
| ■ ANEXOS..... | 98 |
| Anexo 1 ■ Termos de Referência..... | 98 |
| Anexo 2 ■ Lista das pessoas contactadas em Portugal entre Junho e Agosto de 2010 | 106 |
| Anexo 3 ■ Lista das pessoas contactadas em Timor-Leste em Setembro de 2010..... | 107 |
| Anexo 4 ■ Visitas a escolas | 110 |
| Anexo 5 ■ Lista de presenças no Workshop 1 (Lisboa) | 111 |
| Anexo 6 ■ Lista de presenças no Workshop 2 (Díli)..... | 112 |
| Anexo 7 ■ Lista de presenças no Workshop 3 (Lisboa) | 114 |

■ SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|---------------|--|
| BM | Banco Mundial |
| BN | Bacharelato Nocturno |
| CAD | Comité de Ajuda ao Desenvolvimento |
| CARE | Christian Action Research and Education |
| CP | Cooperação Portuguesa |
| CPE | Carta de Política Educativa |
| CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| DRE | Direcção Regional de Educação |
| EGRA | Early Grade Reading Acquisition |
| EPD | Escola Portuguesa de Díli |
| ESE | Escola Superior de Educação |
| ESECS | Escola Superior de Educação e Ciências Sociais |
| FUP | Fundação das Universidades Portuguesas |
| GAERI | Gabinete dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais (do ME Português) |
| GIPASE | Gabinete de Informação, Planeamento e Avaliação do Sistema Educativo |
| IC | Instituto Camões |
| INAP | Instituto Nacional da Administração Pública |
| INFPC | Instituto Nacional de Formação Profissional e Contínua |
| IPAD | Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento |
| IPL | Instituto Politécnico de Leiria |
| IPP | Instituto Politécnico do Porto |
| LP | Língua Portuguesa |
| ME | Ministério da Educação ¹ |
| MNE | Ministério dos Negócios Estrangeiros |
| ODM | Objectivos de Desenvolvimento do Milénio |
| ONG | Organização Não Governamental |
| PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| PCLP | Projecto de Consolidação da Língua Portuguesa |
| PDN | Plano de Desenvolvimento Nacional |
| PIC | Programa Indicativo da Cooperação |
| PIS | Programa de Investimento Sectorial |
| PT | Portugal |
| PRLP | Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa |
| RDP | Rádiodifusão Portuguesa |
| RH | Recursos Humanos |
| RTTL | Rádio e Televisão de Timor-Leste |

¹ A designação do Ministério da Educação timorense tem variado ao longo dos anos; neste relatório, este ministério aparecerá sempre designado por Ministério da Educação (ME), qualquer que seja a designação no contexto temporal em referência. Quando a referência for feita ao Ministério da Educação português, utilizar-se-á a sigla ME PT.

| | |
|---------------|--|
| TdR | Termos de Referência |
| TIC | Tecnologias de Informação e Comunicação |
| TL | Timor-Leste |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura / United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância / United Nations Children's Fund |
| UNPOL | Polícia das Nações Unidas / United Nations Police |
| UNTL | Universidade Nacional Timor Lorosa'e |
| USAID | Agência de Cooperação Norte-Americana / United States Agency for International Development |

■ APRESENTAÇÃO

O presente Relatório surge em resultado da adjudicação pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) à Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (ESECS-IPL) da “Prestação de Serviços de Avaliação do Percurso do Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor-Leste (2003-2009)”. Tendo como referência o caderno de encargos estabelecido (cujos Termos de Referência – TdR – são apresentados no Anexo 1), o relatório tem como objecto a avaliação do Projecto referido, nomeadamente em relação às seguintes dimensões:

- (a) Verificação do seu grau de desempenho ao nível do contributo para a melhoria do sistema educativo e da educação geral em Timor-Leste;
- (b) Aferição dos resultados obtidos ao nível da penetração da língua portuguesa na sociedade deste país;
- (c) Identificação do funcionamento das escolas e dos constrangimentos existentes.

A avaliação, na sequência da adjudicação, decorreu entre Maio e Outubro de 2010, tendo compreendido consulta documental, entrevistas aos intervenientes no PRLP e conhecedores da realidade de Timor-Leste, trabalho de campo e realização de *workshops* com a participação dos detentores de interesse na avaliação.

Os elementos da equipa de avaliação agradecem a todos os interlocutores o seu contributo. Foi graças à sua disponibilidade, abertura e espírito de participação, por meio da expressão das suas posições e disponibilização de documentos, que este processo pôde ser levado a cabo.

■ SUMÁRIO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO

A avaliação externa expressa no presente relatório incide sobre o Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa (PRLP) em Timor-Leste (TL), no período compreendido entre 2003 e 2009. Este projecto da Cooperação Portuguesa tem como objectivo fundamental apoiar a criação de condições na sociedade timorense e, de modo particular, no sistema de ensino, para a utilização do Português como língua oficial e de instrução.

De acordo com os Termos de Referência (TdR), os objectivos da avaliação consistiram em:

- Apreciar o grau de desempenho do PRLP ao nível do seu contributo para a melhoria do sistema educativo e da educação em geral em TL;
- Apreciar o nível de resultados obtidos, onde se incluem o grau de penetração da Língua Portuguesa na sociedade timorense;
- Apreciar o funcionamento das escolas, nomeadamente ao nível da utilização da Língua Portuguesa como língua de instrução, e o contributo prestado nesse âmbito pelo PRLP;
- Identificar constrangimentos e eventuais ajustamentos à intervenção do Projecto, tendo presente as expectativas das autoridades portuguesas e timorenses;
- Fazer recomendações, no quadro da elaboração do novo ciclo de programação do PRLP.

A INTERVENÇÃO DO PRLP

O PRLP tem vindo a ser desenvolvido em Timor-Leste, desde o ano 2000. A acção do Projecto assenta, de forma primordial, na presença de docentes portugueses que leccionam Língua Portuguesa e algumas outras áreas, designadamente no âmbito da formação de professores.

No período delimitado para a presente avaliação (2003 a 2009), a acção do PRLP no sistema de ensino foi direccionada para capacitar os professores timorenses a utilizar o Português como língua de instrução, no âmbito das suas disciplinas, e a tomarem eles próprios a seu cargo o ensino da Língua Portuguesa aos alunos. Para além do sector educativo, o PRLP dirigiu também a sua formação em Língua Portuguesa para outros sectores, com relevo para a Administração Pública, mas também para a comunicação social e público em geral.

DIFICULDADES DA AVALIAÇÃO

Embora o objectivo geral de utilização do Português como língua de ensino e de uso na administração estivesse estabelecido, a definição de objectivos operativos intermédios, com

previsão de resultados demarcada temporalmente e respectivo confronto com os efectivamente alcançados, só começou a ganhar forma nos últimos anos, designadamente a partir de 2007. Também o registo de dados relativos ao Projecto, quanto à formação e outras actividades desenvolvidas e quanto aos respectivos indicadores e recursos financeiros utilizados, não se encontra sistematizado, para todo o período abrangido por esta avaliação, mas apenas para a fase final. Deste modo, o confronto com os critérios de eficácia e de eficiência, em determinado momento e entre diferentes momentos do percurso, encontra-se dificultado.

Uma outra dificuldade encontrada consistiu em obter indicadores estatísticos actualizados e consistentes, em relação a algumas variáveis ligadas à acção do Projecto, designadamente quanto ao domínio das diferentes línguas por parte dos timorenses e à sua utilização em diferentes contextos. Procurámos ultrapassar estas dificuldades através do cruzamento e referenciação das diversas fontes e através da observação directa dos contextos, durante o trabalho de campo.

RESULTADOS (segundo os critérios de avaliação)

- **Processo de implementação** — o percurso do PRLP é marcado pela concretização de actividades orientadas segundo o objectivo genérico de reforço da utilização da Língua Portuguesa; diversos constrangimentos impediram que algumas das actividades estruturantes tivessem decorrido de acordo com o delineado no seu início (por exemplo, a qualificação dos professores, através do “Bacharelato Nocturno”);

- **Relevância** — o PRLP mostra-se relevante, quer para a realidade de TL — numa perspectiva de apoiar a utilização do Português como língua oficial, incluindo a vertente de língua de instrução, e numa perspectiva de capacitação dos professores timorenses — quer para Portugal, tendo em conta a língua enquanto eixo fundamental da cooperação portuguesa;

- **Eficácia** — considerando os vários tipos de constrangimentos, endógenos e exógenos, a que o PRLP/PCLP tem estado sujeito, consideramos, por um lado, que é significativo o leque de actividades realizadas em todos os domínios (educação formal e não formal, administração pública, bibliotecas/ludotecas, comunicação social, população, em geral), mas que, por outro, se ficou aquém do expectável, nomeadamente tendo em conta que, ao fim de uma década, só cerca de 10% dos professores em serviço sem qualificação profissional a obteve, no âmbito dos programas com intervenção do PRLP, que há ainda poucas bibliotecas em funcionamento, que a comunicação social em LP necessita de uma “revolução” e que a formação na administração pública e a oferta junto da população são ainda insuficientes;

- **Eficiência** — Não foi possível avaliar se os recursos foram utilizados ao menor custo. Esta limitação tem como base duas razões principais: por um lado, a ausência de uma lógica de planificação, registo e sistematização de dados em relação às actividades do Projecto, para a parte inicial do período em avaliação; por outro lado, a ausência de projectos semelhantes, ou que possam ser tomados como referência, não permite a comparação dos gastos no sentido de avaliar se os valores aplicados ficaram próximos ou não de outros valores tomados

como medida. De qualquer modo, uma parte substancial dos custos, a respeitante aos vencimentos dos professores portugueses, resulta de uma tabela salarial não definida pelo Projecto, pelo que a relação custos/resultados (benefícios) não poderá ser vista apenas na perspectiva de abaixamento dos primeiros, mas na perspectiva de cabal aproveitamento dos recursos disponíveis para potenciar os resultados.

• **Efeitos** — O Projecto apresenta efeitos já visíveis e permite projectar a continuação de produção de efeitos positivos na sociedade timorense a nível de: a) Competência profissional dos professores; b) Disseminação da língua portuguesa, nomeadamente em contexto escolar; c) Promoção das carreiras profissionais e existência de mais técnicos de nível médio melhor motivados; d) Alargamento da rede de bibliotecas, que, no entanto, carecem, muitas delas, de uma adequada dinamização; e) Maior presença da comunicação social de LP, quantitativa e qualitativamente, atingindo um público mais vasto e heterogéneo (crianças; adultos, etc.); f) Contributo para a construção de uma base de dados no campo da educação de Timor-Leste; g) Contributo para a clarificação de procedimentos legislativos e administrativos; h) Contributo para a instituição do português como língua oficial, de acordo com o disposto na Constituição; i) Contributo para a assunção da Língua Portuguesa como veículo complementar de construção e afirmação da identidade nacional timorense.

• **Sustentabilidade** — Quanto à existência de sustentabilidade económica e financeira, o Projecto é totalmente financiado pelo IPAD, pelo que a sustentabilidade económica e financeira está dependente da projecção/planeamento futuro por parte da CP. Estão a ser criadas condições para que os formadores em LP venham a ser os professores timorenses. Tem existido uma sintonia de vontades para que a LP, como língua oficial, possa ser disseminada pelo território e utilizada como língua de instrução e de trabalho em Timor.

Quanto ao contributo do Projecto para o reforço institucional e para a capacidade de gestão, constatámos que o mesmo tem vindo a contribuir para a elevação do nível de literacia em LP, para o reforço da capacitação institucional e para o desenvolvimento da capacidade de gestão em TL, através da sua intervenção no âmbito da formação dos professores, da administração pública, de funcionários das ONG, e da população em geral, indo, assim, ao encontro dos objectivos de desenvolvimento do milénio.

• **Coordenação e complementaridade** — O Projecto está coordenado e é complementar de outras iniciativas em curso no âmbito da CP, tanto dirigidas ao sistema educativo como à sociedade em geral (por exemplo, iniciativas de apoio ao desenvolvimento local, actividades do Instituto Camões ou da FUP, Escola Portuguesa de Díli). Contudo, nem sempre tem havido suficientes mecanismos formais de coordenação e articulação com outras intervenções de Portugal e de outros países em TL.

O Projecto é complementar com a intervenção de outros doadores, nomeadamente o Brasil, mas verificámos a não existência de actividades formais de articulação. Existe alguma complementaridade, com a intervenção de outros doadores na área da educação, mas não resulta de um esforço prévio e concertado nesse sentido.

• **Valor acrescentado** — O Projecto constitui um importante contributo da CP para o cumprimento do determinado na Constituição de Timor-Leste e na Lei de Bases de Educação quanto à Língua Portuguesa. Também vem contribuindo para a consecução dos objectivos do milénio em Timor-Leste, nomeadamente no que se refere ao combate à pobreza e ao acesso ao Ensino Primário Universal.

• **Visibilidade** — O Projecto é conhecido, na sua generalidade, junto dos interlocutores directos e junto dos outros doadores internacionais. Não foram previstas estratégias específicas para assegurar a sua visibilidade, tanto em Portugal como em Timor-Leste ou noutras instâncias. Todavia, subsistem lacunas de conhecimento e visibilidade do Projecto na comunicação social, o que reforça a necessidade de criação de uma imagem definidora clara, que deveria ser amplamente divulgada junto da comunidade nacional e internacional.

CONCLUSÕES

De uma forma sintética, podemos destacar o seguinte:

- C1.** A Reintrodução da Língua Portuguesa decorre da opção, consagrada, desde logo, na Constituição de Timor-Leste, de adoptar o Português como uma das línguas oficiais. Registámos um consenso, quer da parte portuguesa, quer da timorense, sobre a importância estratégica do PRLP/PCLP para Timor-Leste. É, claramente, um Projecto que deve ser continuado;
- C2.** Neste Projecto o Estado português investiu cerca de 50 milhões de euros ao longo de uma década (2000-2010);
- C3.** Este investimento traduziu-se num significativo leque de actividades, em particular ao nível do sistema educativo, da administração pública, de bibliotecas/ludotecas, da comunicação social e da população, em geral;
- C4.** A fatia substancial deste investimento centrou-se no sistema educativo, em particular na formação – inicial e contínua – de professores;
- C5.** O PRLP sofreu mudanças de linhas de orientação ao longo do seu percurso;
- C6.** Esta mudança de linhas de orientação deveu-se a factores vários, endógenos e exógenos;
- C7.** O PRLP tem-se deparado com um conjunto de constrangimentos, os quais, não sendo motivo de alteração da sua política, condicionam, no entanto, a sua implementação. Também aqui encontramos constrangimentos relativos à parte portuguesa e à parte timorense;
- C8.** A filosofia do PRLP passou de uma aposta inicial na formação de alunos para a posterior aposta na formação de docentes timorenses, visando um efeito multiplicador; esta reorientação permitiu rentabilizar recursos e valorizar o papel dos próprios timorenses na reintrodução da Língua Portuguesa; esta reorientação manteve-se e continua a marcar a intervenção do Projecto;

- C9.** O PRLP passou também, recentemente, aquando da contratação dos docentes portugueses, a incluir a exigência de uma formação na ESE do Porto e em Timor. Estes aspectos afiguram-se como positivos dado que visam colmatar algumas das lacunas anteriormente inventariadas sobre o perfil dos docentes portugueses;
- C10.** Em articulação com a reintrodução da Língua Portuguesa, o PRLP constituiu um meio de acção para a melhoria do próprio sistema educativo agindo sobre a qualificação dos professores e sobre a necessidade de criação de uma base de dados.

LIÇÕES APRENDIDAS

O processo de avaliação realizado permitiu apreender algumas lições, de que destacamos:

- LA1.** Para o sucesso de um Projecto de cooperação dirigido à sociedade, de um modo alargado, este deve ser assumido por esta sociedade, com particular relevo para o papel das autoridades e responsáveis locais; no caso do PRLP, a reintrodução ou disseminação de uma língua faz-se pela sua utilização, pelo que é necessário existir a conjugação e concertação de esforços de todos os intervenientes para que a finalidade seja alcançada; um dos perigos para o PRLP/PCLP é ser visto como um projecto português, em vez de o ser como um projecto timorense;
- LA2.** Um projecto deve adoptar, desde o início, indicadores claros quanto aos resultados a alcançar — e monitorizar esses resultados ao longo do percurso, por meio da apresentação regular de relatórios completos; deste modo, facilita a tomada de decisões, com vista a atingir os objectivos do projecto e possibilita a sua avaliação (interna e externa);
- LA3.** Um projecto de intervenção deve estar fundamentado em perspectivas que orientem a sua acção e que sustentem a reflexão — esta deverá acompanhar a intervenção;
- LA4.** Para a penetração de uma língua, torna-se essencial uma política global, que não se esgota em tempos lectivos, mas que implica a intervenção em múltiplas esferas, desde a comunicação social à participação na vida quotidiana da comunidade.

RECOMENDAÇÕES²

Política de Cooperação

- R1.** Continuar a apoiar a consolidação da LP, dada a relevância que esta tem na afirmação da construção da identidade de TL, no contexto regional e internacional, e na capacitação da sociedade timorense, com particular relevo para o sector da educação. (IPAD/TL)

² Segundo informação prestada pelo IPAD, foram tomadas medidas em 2010 que vêm ao encontro de algumas das recomendações abaixo inventariadas, nomeadamente as recomendações R4, R6, R7, R12, R14, R15, R18, R19.

- R2.** Expressar de forma mais efectiva a vontade política de implementar o uso da LP, como língua oficial nos diferentes contextos. (TL)
- R3.** Melhorar a articulação institucional (nomeadamente com maior utilização das TIC) entre entidades portuguesas com intervenções no âmbito da LP, devendo a CP, através das suas estruturas (localizadas em Lisboa e em Timor), promover essa articulação, quer na fase de concepção, quer de execução, através de reuniões regulares com todos os actores portugueses, no sentido de promover a complementaridade e potenciar sinergias na actuação dos vários intervenientes; decorre desta recomendação, de forma específica, uma acção conjugada e articulada entre o PRLP/PCLP, a(s) Escola(s) Portuguesa(s) (cujo alargamento de rede está projectado) e o Instituto Camões/Centro Cultural Português; esta articulação poderá prever mecanismos de utilização integrada ou colaboração de agentes afectos a cada uma das entidades. (MNE-IPAD/ME PT)
- R4.** Desenvolver esforços por parte da Cooperação Portuguesa no sentido de uma maior concertação das actividades com outros doadores e/ou intervenientes, nomeadamente no quadro da CPLP, tendo em vista a coordenação e articulação das políticas e das actividades relativas à LP em TL,. (Embaixada/IPAD).
- R5.** Promover uma maior integração das questões de género no Projecto (formadores/formadoras, formandos/formandas), dados os desequilíbrios ainda existentes no contexto de TL e o papel que pode ser desempenhado pelas mulheres na sociedade timorense. (PT/TL)

Articulação com Timor-Leste

- R6.** Melhorar a articulação das actividades do Projecto com as autoridades de TL, designadamente no sector educativo e noutros sectores da Administração Pública, integrando-as em iniciativas e medidas com vista à qualificação e valorização profissional dos formandos destes sectores. (PCLP/TL).
- R7.** Promover a participação das instâncias timorenses do sector educativo e de outros sectores administrativos na concepção, programação, acompanhamento e avaliação das actividades ligadas a cada sector, com vista à progressiva capacitação e assunção das finalidades do Projecto por essas instâncias. (PCLP/TL)
- R8.** Identificar áreas de particular relevância para cada sector, em cada momento, em que seja possível desenvolver a acção do Projecto — como será, nos próximos tempos, no sector educativo, a preparação dos docentes para a leccionação dos novos currículos. (PCLP/TL)
- R9.** Procurar que exista nos Ministérios correspondentes aos principais sectores de intervenção, com relevo para o da Educação, um interlocutor ou co-responsável, próximo do nível mais elevado da hierarquia, a fim de potenciar a articulação, a participação e a apropriação. (PCLP/TL)
- R10.** Procurar que exista uma co-responsabilização de Timor-Leste na assunção dos custos relativos a actividades do Projecto. (TL)

Organização e Gestão do Projecto

- R11.** Clarificar prioridades e concentrar esforços em áreas mais estratégicas, tendo em conta a limitação de recursos existentes e condicionalismos de outra natureza, como os geográficos. Neste sentido, no caso da formação de professores, poderá optar-se por investir na formação inicial de docentes, onde existam instituições para o efeito. No caso da formação de professores em serviço, poderá organizar-se a mesma em pólos de formação em que seja possível reunir condições adequadas (número significativo de formandos, salas disponíveis, recursos pedagógicos e logísticos). (PCPL/TL)
- R12.** Reforçar a capacidade da coordenação do Projecto tomar decisões, em relação à gestão de recursos humanos e materiais, nas suas dimensões didácticas e pedagógicas, com a proximidade e celeridade que as mesmas exigem, dentro de quadros orçamentais gerais e planos de actividades aprovados. (Embaixada/IPAD)
- R13.** Reforçar a presença do coordenador do Projecto nas reuniões com outros doadores e parceiros que cooperam no desenvolvimento do sector educativo em TL. (PCLP)
- R14.** Melhorar a comunicação no interior do Projecto, clarificando e explicitando, em documentos de referência, as finalidades a alcançar em conjunto, as funções dos intervenientes, o sistema de supervisão e avaliação de desempenho e a mobilidade a que ficam sujeitos no país, durante a vigência do contrato. (Embaixada/IPAD)
- R15.** Aprofundar a política de recolha e tratamento sistematizado de informação, em relação à gestão do Projecto, de um modo geral, e em relação a cada uma das actividades, nomeadamente quanto a indicadores de progresso e de concretização. (PCLP)
- R16.** Melhorar os procedimentos administrativos no âmbito do Projecto, nomeadamente abreviando o tempo de emissão de certificados de formação. (PCLP/TL)
- R17.** Adotar uma política de (auto)avaliação regular da intervenção do Projecto, nas suas múltiplas dimensões, para apreciar a eficácia das metodologias utilizadas e dos resultados obtidos em cada actividade e sector de intervenção. (PCLP)
- R18.** Alargar o papel da assessoria científica e pedagógica, no recrutamento dos docentes, alargando-o aos diversos subcontingentes, no sentido de clarificar orientações pedagógicas, promover o conhecimento dos currículos e competências dos recrutados e de criar laços de (co-)responsabilização. (PCLP)
- R19.** Dar maior visibilidade ao Projecto, nomeadamente através da comunicação social, divulgando actividades e dando relevo institucional e mediático à sua concretização e aos resultados obtidos. (PCLP)

Vertente Científico-Pedagógica

- R20.** Clarificar as orientações pedagógico-didácticas e metodológicas estabelecidas para as diferentes actividades de intervenção, no domínio da língua, no contexto de Timor-Leste, explicitando-as em encontros e em documentos elaborados para o efeito, a fim de permitir

a sua apreensão por parte dos docentes, de forma sustentada e coerente, e com uma perspectiva de enriquecimento, a partir da prática e em relação à prática. (PCLP/ESE-IPP)

- R21.** Reforçar a formação dos professores do Projecto, a qual deve preparar para a entrada em funções, contemplando, designadamente, matérias relativas à diversidade linguística de TL (com focalização nas características do Tétum), matérias culturais (relativas a TL e à região em que este país se insere), pedagógicas (tendo em conta a especificidade dos públicos-alvo com que vão trabalhar) e didácticas (LP como língua não materna); essa formação deve acompanhar o exercício de funções, aprofundando algumas das matérias e recolhendo os contributos oriundos da prática e das iniciativas entretanto desenvolvidas pelos docentes. (PCLP/ESE-IPP)
- R22.** Procurar a acreditação das acções de formação contínua dirigidas aos docentes portugueses, o que contribuirá para reforçar a sua institucionalização e valorização no percurso profissional; a realização destas acções de formação poderá ser articulada com outras entidades, por exemplo, a Escola Portuguesa. (PCLP/ESE-IPP)
- R23.** Instituir, no âmbito Projecto, uma orientação de produção e partilha de conhecimento, incentivando a investigação e a produção e experimentação de materiais elaborados com o objectivo de adequação ao contexto e aos públicos-alvo específicos da intervenção do Projecto; esta orientação pode vir a traduzir-se no prosseguimento de percursos académicos, abre um campo de acção com instituições de ensino superior, quer portuguesas, quer timorenses, designadamente com a UNTL, e possibilita uma participação activa, fundamentada e especializada em fóruns científicos e pedagógicos. (PCLP/ESE-IPP)
- R24.** Elaborar, em conjugação com a recomendação anterior, materiais especializados de suporte a cada curso, constituindo-se, para o efeito, equipas específicas, segundo modalidades a acordar com a ESE; deste modo, o apoio aos novos docentes e a sua integração no Projecto serão facilitados. (PCLP/ESE-IPP)
- R25.** Implementar e desenvolver actividades de/em LP que possam tirar partido das tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente da *Internet*, desenvolvendo a interacção com outras falantes de LP; nesse sentido, o projecto “Rostos de Esperança” poderá ganhar novo dinamismo, acompanhando o alargamento em Timor-Leste do acesso à *Internet*, que se espera que se acentue nos próximos tempos; também a dinamização de bibliotecas / centro de recursos educativos deverá ganhar novo impulso, de forma integrada com a utilização das TIC. (PCLP)

■ EXECUTIVE SUMMARY

INTRODUCTION

The external evaluation expressed in this report focuses on the Project for the Reintroduction of the Portuguese Language (PRLP) in East Timor (Timor-Leste/TL) in the period between 2003 and 2009. This project of the Portuguese Cooperation aims to support the creation of basic conditions in the Timorese society, and particularly, in the education system for the use of Portuguese as an official language and a language of instruction.

According to the Terms of Reference (ToR), the objectives of the evaluation were:

- To assess the PRLP performance level regarding its contribution to improving the education system and education in general in TL;
- To assess the level of results obtained, which include the level of inclusion of the Portuguese language in the Timorese society;
- To assess the functioning of the schools, namely regarding the use of the Portuguese Language as a language of instruction, and the contribution made by the PRLP in this area;
- To identify constraints and possible adjustments to the intervention of the Project, consistent with the expectations of the Timorese and the Portuguese authorities;
- To make recommendations in preparing the new programming cycle of PRLP.

THE INTERVENTION OF PRLP

The PRLP has been developed in East Timor since 2000. The action of the Project is based, fundamentally, on the presence of Portuguese teachers who teach Portuguese and some other areas, particularly in the area of teacher training.

In the period defined for this evaluation (2003-2009), the action of the PRLP in the education system was geared to train the Timorese teachers to use Portuguese as a language of instruction, within their disciplines, and to be responsible for the teaching of Portuguese to the students. In addition to the education sector, the PRLP also directed their Portuguese training to other sectors, with emphasis on Public Administration, and to the media and general public.

EVALUATION DIFFICULTIES

Although the general objective of the use of Portuguese as a teaching language and in the administration was established, the definition of intermediate operational objectives with expected results temporally demarcated and respective verification with those actually achieved, only began to take shape in recent years. Furthermore, the records of the data regarding the Project, both in training and other activities developed and respective indicators and financial resources used, are not systematized for the entire period covered by this

evaluation. Thus, the verification of the criteria of effectiveness and efficiency at a given time and between different times of course is difficult.

Another difficulty was to obtain updated and consistent statistical indicators, for some variables in the action of the project, particularly regarding the Timorese's command of different languages and their use in different contexts. We tried to overcome these difficulties through the crossing and referring of the various sources and through direct observation of contexts, during the fieldwork.

RESULTS (according to the evaluation criteria)

- **Implementation Process** – the PRLP progress is marked by the realization of activities according to the general objective of strengthening the use of Portuguese; several constraints prevented some of the structuring activities from occurring as outlined in the beginning (ex. teacher qualifications, through the “Evening Bachelor Degree”);

- **Relevance** – the PRLP is relevant, both to the reality of TL – with a view to supporting the use of Portuguese as an official language, including the aspect of language of instruction, and in terms of training of Timorese teachers – and of Portugal, considering the language as a fundamental axis of Portuguese cooperation;

- **Effectiveness** – considering the various types of constraints, endogenous and exogenous that the PRLP/PCLP has been subjected to, we consider that, on one hand, the range of activities performed in all areas (formal and non formal education, public administration, libraries /toy libraries, media, people in general) is significant, but on the other hand, it is less than expected, especially considering that after a decade, only about 10% of the active teachers without professional qualifications obtained them under the PRLP intervention programs, there are few libraries in operation, the media in the Portuguese language needs a “-revolution” and that the training in the public administration and the supply to the population are still insufficient;

- **Efficiency** – It was not possible to assess whether the resources were used at the lowest cost. This limitation is based on two main reasons: firstly, the lack of logical planning, registration and systematization of data in relation to the project activities, for much of the evaluation period, secondly, the absence of similar projects, or those which may be taken as reference, does not allow the comparison of costs in order to assess whether the values applied were close or not to other values taken as a measure. In any case, a substantial part of the costs, relating to salaries of Portuguese teachers, results from a variable determined externally to the project, so that the relation between cost/ results (benefits) can not only be seen from the perspective of the first drawdown, but from the perspective of full use of available resources to maximize results.

- **Effects** — The project presents a probability to produce positive effects (besides the ones already visible) in terms of: a) Professional competence of the teachers; b) Dissemination of the Portuguese language, namely in an academic context; c) Promotion of professional

careers and existence of more motivated medium level technicians; d) Wider range of libraries that lack, however, in many cases, an appropriate dynamism; e) Stronger presence, quantitatively and qualitatively, of the Portuguese language media, reaching a more vast and heterogeneous public (children, adults, etc.); f) Contribution to the creation of a database in the field of education in East Timor; g) Contribution to the clarification of legislative and administrative procedures; h) Contribution to the implementation of Portuguese as an official language, according to what is stated in the Constitution; i) Contribution to the assumption of the Portuguese language as a complementary vehicle for the creation and affirmation of the national Timorese identity.

- **Sustainability** — With regards to the existence of economic and financial sustainability, the project is totally financed by IPAD (The Portuguese Cooperation Agency), where the economic and financial sustainability is dependent on the future projection/ planning on behalf of the Portuguese Cooperation. Conditions are being created for trainers in the PL to become Timorese teachers. There has been a common will for the Portuguese language, as an official language, to be disseminated throughout the territory and used as the language of instruction and work in Timor.

Regarding the contribution of the project to the institutional reinforcement and management capacity, we notice that it has been contributing to the increase of the literacy level in the PL, to the reinforcement of institutional training and to the development of management capacity in TL, through its intervention in the area of training for teachers, public administration, NGO (Non-Governmental Organizations) workers and the public in general, thus aiming to reach the development objectives of the millennium.

- **Coordination and complementarity** — The Project is coordinated and is complemented with other initiatives in course within the scope of the Portuguese language, both directed towards the educational system and the society in general. However, there have not always been enough formal mechanisms of coordination and articulation with other interventions in TE from Portugal and other countries.

The Project is complemented with the intervention of other supporters, namely Brazil, but we verified the non-existence of formal activities of articulation. There is some complementarity with the intervention of other supporters in the area of education, but it does not result from a previous and planned effort for the effect.

- **Added value** — The Project is an important contribution of the Portuguese cooperation for the compliance of what is determined in the Constitution of East Timor and the Framework Law on the Education System with regards to the Portuguese Language. It has also contributed to achieving the millennium goals in East Timor, in particular with regards to poverty reduction and access to Universal Primary Education.

- **Visibility** — The project is known, in general, among its direct intervenients and other international supporters. No specific strategies were foreseen to ensure its visibility, both in Portugal and in East Timor or elsewhere. Within the Project the intervenients continue to have

knowledge gaps regarding some fundamental aspects, which reinforces the need to create a clear, defining image that should be widely disseminated within the national and international community.

CONCLUSIONS

In a summarised way, we can highlight the following:

- C1.** The Reintroduction of the Portuguese Language follows the decision, at first, in the Constitution of the TL, to adopt Portuguese as one of the official languages. We noted a consensus, both from the Portuguese part and the Timorese part, on the strategic importance of the PRLP / PCLP for East Timor. It is clearly a Project that should be continued;
- C2.** In this Project, the Portuguese government has invested 50 million Euros over a decade (2000-2010);
- C3.** This investment has resulted in a significant range of activities, particularly at the level of the education system, public administration, libraries / toy libraries, media and the public in general;
- C4.** A substantial share of this investment has been focused on the education system, especially in training of teachers – initial and continuous;
- C5.** The PRLP has suffered alterations in the guidelines throughout their progress;
- C6.** This alteration in the guidelines is due to various factors, endogenous and exogenous;
- C7.** The PRLP has been facing a set of constraints, which, not being a reason to change its policy, condition, however, its implementation. Here we also have constraints relating to the Portuguese part and the Timorese part;
- C8.** The philosophy of the PRLP went from an initial stake in the training of students to a further investment in Timorese teacher training, seeking a multiplier effect; this reorientation allowed to exploit resources and enhance the role of the Timorese themselves in the reintroduction of the Portuguese language, this reorientation has remained and continues to mark the project intervention;
- C9.** The PRLP has also, recently, when at the recruitment of Portuguese teachers, included a requirement for training in the School of Education in Oporto and in East Timor. These aspects appear to be positive as they aimed to overcome some of the gaps previously accounted for concerning the profile of the Portuguese teachers;
- C10.** In conjunction with the reintroduction of the Portuguese language, the PRLP was a means of action to improve the education system itself, acting on the qualifications of teachers and the need to create a database.

LESSONS LEARNED

The assessment process enabled to learn some lessons, of which we highlight the following:

- For the success of a cooperation project aimed at society, it should, generally, be assumed by this society, with particular emphasis on the role of the authorities and local officials; in the case of PRLP, the reintroduction or dissemination of a language is done by its use, so there needs to be a combined and concerted effort from all the intervenients in order for the purpose to be achieved; one of the risks for the PRLP/PCLP is to be seen as a Portuguese project, rather than an Timorese project;
- A project must adopt, from the beginning, clear indicators regarding the results to be achieved – and monitor these results throughout its progress, by means of the regular presentation of complete reports; thus, facilitating the decision-taking, aiming to achieve the project's objectives and allowing for its assessment (internal and external);
- An intervention project should be based on perspectives that guide their action and support the reflexion- it must accompany the intervention;
- For the introduction of a language, a global policy is essential, that does not end in academic periods, but that implies the presence in many areas, from the media to the participation in the daily life of the community.

RECOMENDATIONS³

Cooperation Policy

- R1** – Continue to support the Portuguese language consolidation, given the relevance that this has on the assertion in the identity construction of TL, in a regional and international context and in the training of the Timorese society, with particular emphasis to the education sector. (IPAD/TL)
- R2** - Express more effectively the political will to implement the use of Portuguese language, as an official language in different contexts. (TL)
- R3** – Improve the institutional articulation between Portuguese entities with interventions in the Portuguese language, in which case the IPAD should promote such coordination, both at the design stage and the implementation stage, through regular meetings with all the Portuguese intervenients in the field, in order to promote the complementarity and enhance synergies in the activities of the various intervenients; from this recommendation, specifically, follows a combined and articulated action between the PRLP / PCLP, the Portuguese School (s) (of which the extension of the network is projected) and the *Instituto Camões* / Portuguese Cultural Center, this articulation could provide mechanisms for the integrated use or collaboration of agents assigned to each of the entities. (MNE-IPAD/ME PT)
- R4** – The Portuguese Cooperation should work towards greater coordination and articulation of policies and activities relating to the Portuguese language in TL, with other supporters

³ According to IPAD's information, there were taken in 2010 some measures related to some specific recommendations such as: R4, R6, R7, R12, R14, R15, R18, R19.

and/or intervenients, particularly within the CPPL; this recommendation can be achieved through meetings of coordination and the development of joint activities (Embassy / PCLP).

- R5** - Promote a better gender integration between teachers and students during the project, since there are still some gaps on the Timor context concerning the role that can be played by the Timorese women. (PT / TL)

Articulation with East Timor

- R6** – Articulate Project activities with the authorities in TL, namely in the education sector and other sectors of public administration, integrating them into initiatives and measures with a view to qualification and professional development of trainees in these sectors. (PCLP /LT)
- R7** – Promote the participation of Timorese authorities in the education sector and other administrative sectors in the design, programming, monitoring and evaluation of activities related to each sector, with a view to progressive training and meeting the goals of the Project for these instances. (PCLP/TL)
- R8** – Identify areas of particular relevance to each sector, in each moment, in which it is possible to develop the action of the project - how will the teaching preparation of the new curricula be, in the coming time, in the education sector. (PCPL / TL)
- R9** – Ensure that there is, in the ministries correspondent to the main sectors of intervention with relevance to Education, an intervenient or co-responsible intervenient, nearest to the highest level of the hierarchy in order to enhance the collaboration and participation. (PCLP / ET)
- R10** – Promote a co-responsibility in order to assume the costs related to the project activities.(TL)

Organization and Project Management

- R11** – Clarify priorities and make efforts on the most strategic areas, regarding the existing limited resources and other kind of limitations such as the geographical ones. In this way regarding the teacher training area it could be important to promote the teacher training graduation on specific institutions. Regarding in service teachers training there is a possibility to promote course on s In the case of teachers during the classes' period/on duty the training course can be organised on specific training centers with suitable conditions (a significant number of trainees, out of the regular academic period , available classrooms, pedagogical and logistic resources). (PCLP/TL)
- R12** – Enhance the capacity of coordinating the project, make decisions regarding the management of human and material resources in terms of its didactic and pedagogical dimensions, with the proximity and speed that they require, within general budgetary frameworks and approved activity plans. (Embassy / IPAD)
- R13** – Reinforce the Project coordinator's participation during the meetings with other sponsors/staff and partners who cooperate on the educational development of TL. (PCLP).

- R14** – Improve communication within the project by clarifying and explaining, in reference documents, the purposes to be achieved together, the roles of the intervenients, the supervision system and performance evaluation and the mobility to which they are subjected in the country, for the duration of the contract. (Embassy / IPAD)
- R15** – Deepen the systematic collection and processing of information policy regarding the management of the Project, in general, and for each activity, such as indicators of progress and achievement. (PCLP)
- R16** – Improve the project administrative procedures, namely reducing the time of the training certification process. (PCLP/TL)
- R17** – Adopt a policy of regular (self) evaluation of the intervention of the Project, in its multiple dimensions, to assess the effectiveness of the methodologies used and the results obtained in each activity and sector of intervention. (PCLP)
- R18** – Expand the role of the scientific and pedagogic advice in the recruitment of teachers, extending it to the various sub-contingents in order to clarify pedagogical orientations, promote the knowledge of the curriculum and skills of the recruited and to create bonds of (co-) accountability; (PCLP)
- R19** – Give greater visibility to the project, particularly through the media, by publishing activities and giving institutional and mediatic importance to its completion and to the results obtained. (PCLP)

Scientific-Pedagogical Approach

- R20** – Clarify the pedagogical-didactic and methodological guidelines established for the various intervention activities in the command of the language in the context of East Timor, explaining them in meetings and in documents prepared for the purpose, in order to enable the teachers to assimilate them, in a sustained and consistent way and with a view to enrichment. (PCLP / ESE-IPP)
- R21** – Strengthen the training of the Project's teachers, which should prepare for the entry into office, contemplating, mainly, matters relating to the linguistic diversity of TL (with a focus on the characteristics of Tetum), cultural matters (for TL and the region in which this country is included) pedagogic (taking into account the specificity of target audiences with whom they will work) and didactic (PL as a second language), this training must accompany the exercise of functions, deepening some of the material and gathering the contributions from the practice and the initiatives developed by teachers. (PCLP / ESE-IPP)
- R22** – Obtain the accreditation of the continuous training sessions intended for Portuguese teachers, which will strengthen their institutionalization and appreciation in their professional progress; the undertaking of these training sessions may be coordinated with other entities, for example, the Portuguese School. (PCLP / ESE-IPP)
- R23** – Establish, within the Project, a production orientation and knowledge sharing, encouraging research and production and testing of materials, prepared with the aim of

appropriateness to context and to specific target audiences of the project intervention; this approach might lead to the pursuit of academic courses, an open action field with higher education institutions, whether Portuguese or Timorese, particularly with the UNTL, and allows an active participation, substantiated and specialized in scientific and pedagogic forums. (PCLP / ESE-IPP)

R24 – Elaborate, in conjunction with the previous recommendation, specialized support material for each course, creating for the effect, specific teams; thus, the support to new teachers and their integration in the Project shall be facilitated. (PCLP/ESE-IPP)

R25 – Implement and develop activities of/in the PL that may take advantage of the new technologies, namely the Internet, developing the interaction with other speakers of the PL; in that sense, the project “*Rostos de Esperança*” may gain a new dynamism, accompanying the broader access to Internet in East Timor, which is expected to increase in the near future and the dynamism of libraries/centre of educational resources should gain a new impulse, in an integrated way with the use of information and communication technologies. (PCLP)

1. ■ INTRODUÇÃO: alcance e objectivos da avaliação

Conforme estabelecido nos Termos de Referência (TdR), o presente Relatório incide sobre o Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa (PRLP) em Timor-Leste, no período compreendido entre 2003 e 2009 (a partir de Setembro 2009, o Projecto assumiu a designação de Projecto de Consolidação da Língua Portuguesa – PCLP). Em termos sucintos, o PRLP consistiu num projecto posto em prática pela Cooperação Portuguesa, com o objectivo de apoiar a adopção do Português em Timor-Leste, com funções de língua oficial e concomitantemente de língua de ensino. Este apoio tornava-se necessário, pois, durante os anos de ocupação por parte da Indonésia, a utilização do Português havia sido proibida nas escolas e na administração, e, de um modo geral, erradicada da sociedade timorense. A decisão constitucional de adoptar o Português como língua oficial, a par do Tétum, e a necessidade de garantir o funcionamento do sistema educativo exigiam a tomada de medidas com o objectivo de alargar a utilização do Português em sectores chave, com relevo para o ensino, mas também a administração, para além do objectivo de aumentar a penetração do Português na sociedade de Timor-Leste, em geral.

Decorrida cerca de uma década sobre a implementação do PRLP, a entidade responsável pelo Projecto decidiu proceder à respectiva avaliação, tendo estabelecido os seguintes objectivos para esta avaliação:

- Apreciar o grau de desempenho do PRLP ao nível do seu contributo para a melhoria do sistema educativo e da educação em geral em TL;
- Apreciar o nível de resultados obtidos, onde se incluem o grau de penetração da Língua Portuguesa na sociedade timorense;
- Apreciar o funcionamento das escolas, nomeadamente ao nível da utilização da Língua Portuguesa como língua de instrução, e o contributo prestado nesse âmbito pelo PRLP;
- Identificar constrangimentos e eventuais ajustamentos à intervenção do Projecto, tendo presente as expectativas das autoridades portuguesas e timorenses;
- Fazer recomendações, no quadro da elaboração do novo ciclo de programação do PRLP.⁴

Em relação ao período delimitado para a avaliação (2003 a 2009), refira-se que o Projecto teve início em 2000, mas sofreu uma reorientação em 2003, tendo passado a tomar como destinatários os professores timorenses, com vista a capacitá-los a leccionar em Língua Portuguesa, em vez da leccionação directa de aulas desta disciplina aos alunos. O período em

⁴ Entendendo-se o novo ciclo já no âmbito do PCLP.

avaliação coincide, *grosso modo*, com a implementação desta nova estratégia. Na actualidade, como já referido, o Projecto adopta a designação de Projecto de Consolidação da Língua Portuguesa (PCLP) em Timor-Leste, mantendo esta estratégia, embora, tal como tem acontecido ao longo dos anos, a sua acção não se restrinja ao sistema educativo e à formação dos professores.

Apesar de o período delimitado para a avaliação corresponder ao período de 2003 a 2009, esclarece-se que, ao longo do texto do Relatório, incluímos referências ao período anterior (2000 a 2003) e ao período subsequente (2010), para permitir um melhor enquadramento e compreensão de objectivos, linhas de acção e resultados alcançados e ainda para permitir uma ligação mais estreita com a realidade e linhas de acção actualmente em curso no Projecto (PCLP).

2. ■ PROCESSO DE AVALIAÇÃO

2.1. ■ Delimitação da avaliação

O PRLP constituiu um projecto de intervenção da Cooperação Portuguesa em Timor-Leste, dinamizado pelo IPAD, entre os anos de 2000 a 2009, com continuidade na actualidade sob a designação de PCLP. A intervenção do PRLP orientou-se para a dinamização da presença da Língua Portuguesa em Timor-Leste, a fim de corresponder às funções que lhe foram atribuídas enquanto língua oficial e língua de ensino. No percurso desde o seu início, o Projecto conheceu diversas fases. O âmbito desta avaliação foi delimitado ao período entre 2003 e 2009, o qual, *grosso modo*, corresponde à fase de implementação do Projecto caracterizada por se ter orientado para a formação dos professores timorenses (em Língua Portuguesa e nos domínios científico e pedagógico), ainda que complementada por uma diversidade de outras linhas de acção, ao serviço do objectivo global de promoção do uso da Língua Portuguesa em Timor-Leste. A delimitação do alcance temporal da avaliação foi estabelecida pelo IPAD, conforme consta dos TdR (vide Anexo 1).

Os parâmetros ou critérios estabelecidos para a avaliação nos TdR foram os seguintes:

- a) Processo de implementação
- b) Relevância
- c) Eficácia
- d) Eficiência
- e) Previsão de efeitos
- f) Sustentabilidade
- g) Coordenação e complementaridade
- h) Valor acrescentado
- i) Visibilidade

Para cada um destes critérios, foi elaborado pelo IPAD um conjunto de questões, em anexo aos TdR, a estudar na avaliação. Em complemento das questões formuladas pelo IPAD, a equipa de avaliação elaborou questões complementares, que integrou no relatório preliminar, orientadoras do trabalho de campo a desenvolver.

A avaliação teve um carácter externo e implicou que nenhum elemento da equipa constituída tivesse ligação à concepção ou execução do PRLP.

A avaliação decorreu entre Maio e Outubro de 2010, tendo tido três fases: consulta documental no IPAD, trabalho de campo em Timor-Leste e elaboração do relatório final.

2.2. ■ Metodologia

A metodologia seguida para a avaliação incluiu as seguintes modalidades de recolha e análise de dados: consulta e análise de documentos, entrevistas, *workshops*.

■ Consulta documental

A consulta de documentos decorreu ao longo de todo o processo da avaliação. Uma vez que nenhum dos elementos da equipa tinha participado na concepção ou acompanhado de uma forma próxima o PRLP, numa primeira fase, a consulta documental permitiu a tomada de conhecimento aprofundada do Projecto, o estabelecimento de possíveis indicadores, o levantamento de aspectos relevantes a incluir nas entrevistas aos intervenientes no Projecto ou a pessoas conhecedoras da realidade de Timor-Leste. Na fase do trabalho de campo e ainda no âmbito da elaboração do relatório, os documentos foram consultados para aferir indicadores e colmatar a existência de lacunas de dados específicos para determinados períodos.

■ Entrevistas

As entrevistas, em conjugação com a análise documental, consistiram no outro instrumento privilegiado de recolha de dados para a realização da avaliação. Foram realizadas dois tipos de entrevistas: i) entrevistas semi-estruturadas aos diversos intervenientes do PRLP ou a personalidades conhecedoras da realidade de Timor-Leste (*vide* Anexos 2 e 3, com a lista de pessoas entrevistadas); ii) entrevistas não estruturadas, no âmbito de contactos informais, realizadas na fase de trabalho de campo em Timor-Leste a pessoas não previamente determinadas, com carácter anónimo, com o objectivo de avaliar o seu domínio da Língua Portuguesa, de recolher as suas posições acerca da política de língua em TL e especificamente acerca do papel atribuído à Língua Portuguesa.

Para as entrevistas semi-estruturadas, foram elaboradas questões de base, centradas no papel do entrevistado no âmbito do PRLP, tendo em conta as questões a estudar. No entanto, as entrevistas tiveram um carácter aberto, pelo que os entrevistados puderam alargar os seus depoimentos para além dessas questões de base e os entrevistadores puderam incluir novas questões, decorrentes das informações que emergiram no diálogo.

■ Observação directa

No âmbito do trabalho de campo, pôde ser posta em prática a observação directa em relação à utilização da Língua Portuguesa em diversos contextos: escolas (em Díli, Baucau, Liquiçá, Manatuto, Maubara, Laclubar – *vide* Anexo 4), UNTL, igrejas, centros de documentação e mediateca, serviços públicos, serviços de saúde, situações de rua e de vida

quotidiana da sociedade timorense (nomeadamente mercado, supermercado, lojas, restaurantes).

■ **Workshops**

Os *workshops* não se destinaram apenas à apresentação dos resultados da avaliação em diversos momentos, mas tiveram também como objectivo, em termos metodológicos, aferir e discutir as representações que os avaliadores iam construindo com os intervenientes no Projecto e com outros detentores de interesse. Foram realizados três workshops: o 1.º em Lisboa, no dia 7 de Setembro, na sequência da primeira fase; o 2.º em Díli, no dia 30 de Setembro de 2010, no final da fase de trabalho de campo em Timor-Leste; o 3.º em Lisboa, realizado a 9 de Dezembro de 2010 e destinado a apresentar e discutir o Relatório Final. Nos Anexos 5, 6 e 7, apresenta-se a lista das pessoas presentes nos diferentes *workshops*.

2.3. ■ **Equipa**

A equipa avaliadora foi constituída pelos seguintes elementos:

— **Luís Filipe Barbeiro**

Formação em Linguística Portuguesa (mestrado) e Educação / área de especialização de Metodologia de Ensino do Português (doutoramento); professor coordenador da ESECS, com projectos desenvolvidos no âmbito do ensino-aprendizagem da escrita, da diversidade linguística e da intercompreensão linguística.

— **José Brites Ferreira**

Formação em Ciências da Educação (mestrado e doutoramento); com trabalhos e/ou projectos desenvolvidos no âmbito da organização escolar e desenvolvimento curricular, da avaliação de escolas, das políticas educativas e com conhecimento e experiência de intervenção em matéria de cooperação para o desenvolvimento nos PALOP. Professor coordenador da ESECS, coordenador do Núcleo de Investigação e Desenvolvimento em Educação do Instituto politécnico de Leiria e investigador do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES).

— **Maria Antónia Barreto**

Formação em Ciências da Educação (doutoramento); coordenadora do Departamento de Ciências Sociais da ESECS e do mestrado da ESECS em Ciências da Educação – especialidade de Educação e Desenvolvimento Comunitário, professora coordenadora da mesma escola, investigadora e membro da Direcção do Centro de Estudos Africanos (ISCTE-IUL), com conhecimento e experiência de intervenção em matéria de cooperação para o desenvolvimento nos PALOP e em avaliação e gestão de projectos.

— **Pedro Silva**

Formação em Sociologia (licenciatura) e Ciências da Educação (mestrado e doutoramento); coordenador do curso de Serviço Social da ESECS, professor adjunto da mesma escola, investigador do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (Universidade do Porto) e do Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s) CIID-IPL, nomeadamente no âmbito da relação Escola-Família-Comunidade, com experiência em avaliação e gestão de projectos.

— **Teresa Cristina Eugénio**

Formação em Contabilidade (doutoramento) e Ciências de Gestão (mestrado); professora adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, investigadora do Centro de Investigação em Gestão para a Sustentabilidade (CIGS/IPL), com conhecimento e experiência de intervenção em matéria de cooperação para o desenvolvimento nos PALOP e em avaliação e gestão de projectos, nomeadamente em Timor-Leste, onde desenvolveu múltiplas actividades, tendo leccionado na Universidade Nacional Timor Lorosa'e (em 2002 e 2004).

3. ■ ENQUADRAMENTO

3.1. ■ Contexto histórico-social

Timor-Leste ou Timor Lorosa'e tornou-se um país independente, reconhecido pelas Nações Unidas e comunidade internacional, em geral, em 2002. Anteriormente, a história de Timor-Leste é marcada pelo período enquanto colónia portuguesa (cerca de 500 anos) e pela ocupação indonésia recente, entre 1975 e 1999. Neste ano de 1999, realizou-se um referendo no qual o povo timorense pôde optar entre a independência ou a integração na Indonésia. O referendo mostrou uma opção clara pela independência (78%). Seguiu-se um período transitório, em que a administração foi exercida pelas Nações Unidas, com o objectivo de preparar o novo país para a independência. Neste período, foi aprovada a primeira constituição da República Democrática de Timor-Leste e realizadas eleições presidenciais e legislativas. A independência ocorreu em 20 de Maio de 2002.

Após a independência, a ONU permaneceu em Timor-Leste com o objectivo de apoiar a construção do novo país, com missões dirigidas prioritariamente para a segurança e para a organização do Estado. O período pós-independência foi marcado por perturbações na estabilidade político-social, com manifestações de descontentamento e a ocorrência de algumas crises políticas, de que a mais relevante foi a ocorrida nos meses de Abril e Maio de 2006. Esta crise, com origem em desentendimentos no seio das forças de defesa e de segurança, conduziu ao pedido das autoridades timorenses para a reentrada de forças militares internacionais, a fim de se alcançar a normalização da situação interna. Conduziu ainda à presença de um contingente da UNPOL (Policia das Nações Unidas) para assegurar a manutenção e preparação da segurança por um período mais alargado.

Timor-Leste tinha em 2009 uma população de um 1 114 534 habitantes. A estrutura desta população mostra uma camada jovem muito elevada: mais de metade tem uma idade inferior a 18 anos e 25% situa-se entre as idades de 15 e 19 anos; a idade média situa-se em 17.3 anos, com um crescimento populacional de 3.11% ao ano.⁵ Esta estrutura populacional é um factor muito relevante a ter em conta nos desafios de desenvolvimento de Timor-Leste, pela pressão que coloca em sectores como a educação e o emprego.

No domínio económico-social, Timor-Leste ocupa a 120.^a posição em 169 países, quanto ao índice de desenvolvimento humano, segundo o relatório do PNUD de 2010.⁶ Esta posição corresponde a um progresso face a anos anteriores, tendo Timor-Leste passado a situar-se entre os países de desenvolvimento humano médio. Apesar desta melhoria, é ainda um país

⁵ Cf. Norad (2007); PIS – Sector de Educação e Formação (2006).

⁶ PNUD (2010).

marcado pela pobreza. Esta abrange mais de 40% da população, cerca de 380.000 pessoas.⁷ Destas, estima-se que cerca de 200.000 vivam em situação de pobreza extrema. A insegurança alimentar alarga-se a 64% da população.⁸ A pobreza é mais acentuada nas zonas rurais, onde se pratica uma agricultura de subsistência. Essa pobreza tem conduzido ao êxodo rural e ao aumento da população urbana, de que é manifestação o incremento da população na cidade de Díli (que conta com cerca de 160.000 habitantes).

A taxa de alfabetização era de 50,1%, em 2004, sendo de 56,3% para os homens e 43,9% para as mulheres.⁹ A desigualdade de género manifesta-se neste indicador e está presente na sociedade timorense, no contexto da família, do trabalho ou da participação na comunidade, em geral.

Em relação à taxa líquida de matrícula, por nível de ensino (ou seja, a relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado nível de ensino, em idade normal de frequência desse nível de ensino, e o número total de crianças em idade normal de frequentar o nível de ensino em questão), observa-se uma grande discrepância entre o ensino primário e os restantes níveis:¹⁰

| | |
|------------------------|------------------|
| Ensino primário: | 2006/2007: 75,5% |
| | 2007/2008: 80,2% |
| | 2008/2009: 83,0% |
| Ensino pré-secundário: | 2007/2008: 24,1% |
| | 2008/2009: 28,7% |
| Ensino secundário: | 2007/2008: 12,4% |
| | 2008/2009: 13,8% |

Para além da pobreza, a qualidade de vida é ainda afectada pelo acesso reduzido a cuidados adequados de saúde, educação, água potável e saneamento. O desemprego é elevado, sobretudo entre os jovens, estimando-se que todos os anos entrem no mercado de trabalho cerca de 16.000 novas pessoas à procura de emprego.¹¹ Pelo seu lado, o sector privado apresenta baixos níveis de investimento, não gerando os postos de trabalho necessários. Num quadro de pobreza e de baixa literacia, os recursos humanos qualificados para permitirem fazer face à construção da organização e administração do Estado e para promoverem o desenvolvimento económico e social são também insuficientes.

No percurso histórico recente, em resultado do processo que conduziu ao fim da ocupação por parte da Indonésia e à independência, a situação vivida em relação aos recursos humanos e às infra-estruturas, já de si muito deficitária, viu-se repentinamente agravada. Dois dos sectores em que a situação foi mais grave foram a Administração Pública e a Educação.

⁷ PIS – Sector de Educação e Formação (2006), PIC (2007-2010).

⁸ PIC (2007-2010).

⁹ PIC (2007-2010).

¹⁰ DNE (2010).

¹¹ PIS – Sector de Educação e Formação (2006).

A Administração era até ao processo de independência subordinada à Indonésia, tendo os respectivos quadros abandonado o país. Os quadros timorenses eram não só insuficientes, mas, na sua maioria, também pouco preparados. Tornava-se, assim, necessário assegurar o funcionamento da Administração com novos responsáveis e com a qualificação dos funcionários timorenses.

No sector da Educação, assistiu-se a um fenómeno semelhante. A situação vivida na fase que se seguiu à realização do referendo é descrita como de «colapso quase total»: «Cerca de 90% das escolas e instalações de ensino ficaram destruídas, cerca de 20% dos professores do ensino primário e 80% de professores do ensino pós-primário, maioritariamente não timorense abandonaram o país».¹²

Para além dos aspectos ligados aos recursos humanos e às infra-estruturas, emerge com acuidade a questão linguística. O funcionamento de um país exige o estabelecimento da comunicação entre o Estado e os cidadãos. Essa comunicação é possibilitada pela existência de uma ou mais línguas oficiais, que podem coincidir com a língua ou línguas maternas faladas no território. No caso de Timor-Leste, o panorama linguístico caracteriza-se pela grande diversidade de línguas maternas. Os documentos tomados como referência apontam para a existência de 16 línguas indígenas (doze de origem austronésia e quatro aborígenes, estas ligadas à família de línguas papua),¹³ sendo que a diversidade pode subir a 32, se se considerar também a existência de dialectos.¹⁴ Para além do elevado número, dois outros factores devem ser tidos em conta: a distribuição linguística pelo território e as funções que as línguas têm sido chamadas a desempenhar.

Quanto à distribuição, não se encontra uma língua que, enquanto língua materna, se tivesse espalhado, ao longo dos tempos, por vastas regiões do país. Ainda assim, o Tétum (com a sua diversidade de variantes — Tétum-Téric, Tétum-Lós e Tétum-Praça) é falado como língua própria em três regiões descontínuas: região central da parte sul da ilha, região fronteiriça com Timor indonésio e cidade de Díli e respectivos subúrbios (Tétum-Praça, a variante correspondente à língua franca crioulaizada). Na actualidade, o Tétum, enquanto língua segunda, permite a comunicação numa vasta região do território.

Em relação às funções, deve ter-se presente que uma língua se constrói pelo seu uso. Assim, o facto de as línguas indígenas não terem sido chamadas a desempenhar funções de línguas de administração e de ensino originou que, à data da independência, não existisse uma língua de TL já preparada para se constituir como língua da administração e de transmissão do conhecimento escolar. As funções de língua de administração e de ensino foram desempenhadas pelo Português, anteriormente a 1975, e pelo Indonésio, na sequência da ocupação. A continuidade do *bahasa* indonésio como língua oficial e de instrução colocava problemas de identidade e de afirmação do novo país perante o antigo ocupante e vizinho.

¹² Doc. «Projecto de Consolidação da Língua Portuguesa em Timor-Leste», IPAD, 28 Agosto 2009.

¹³ Sobre a complexidade do panorama linguístico de Timor-Leste, *vide*, entre outros, Hull (2001a, 2001b, 2002), Carvalho (2001), Hattori *et al.* (2005), Taylor-Leech (2007, 2008), Batoréo (2010).

¹⁴ Cf. Batoréo (2010).

Entre as línguas nacionais, o Tétum é a língua mais difundida, mas ainda não reúne as condições para se constituir, por si só, como língua de administração e de ensino. Muitos dos termos requeridos pelas práticas administrativas e pela transmissão dos conhecimentos escolares, que tomam como referência o conhecimento produzido a uma escala mundial, ainda não se encontram presentes no Tétum.

A adoção do Português, a antiga língua da Administração da época anterior à ocupação, também colocou dificuldades. Estas surgiram sobretudo por haver toda uma geração que, ao longo dos 24 anos de ocupação, não teve contacto com o Português. A escolarização desta geração foi feita em Indonésio. A geração que teve contacto com o Português foi a geração escolarizada antes de 1975.

Perante esta situação, foi ainda considerada na sociedade timorense a adoção do Inglês como língua oficial, não só pela presença recente de muitos agentes internacionais durante o período de transição e pós-independência, mas também por ser a língua dos países vizinhos Austrália e Nova Zelândia, para além de constituir, hoje, a língua franca global. De qualquer modo, a percentagem de timorenses que falavam o Inglês era diminuta, ainda menor do que a relativa ao Português. Por outro lado, não estava associada ao Inglês a afirmação de identidade que o Português proporcionava, pela ligação histórica e pela integração na Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Em resultado da discussão e reflexão havidas, considerados os problemas associados a cada uma das alternativas, a Constituição de Timor-Leste consagrou a existência de duas línguas oficiais: o Tétum e o Português. Refira-se que, na sua evolução, designadamente para corresponder às novas funções enquanto língua oficial e de conhecimento, o Tétum tem vindo a incorporar muitos termos do Português, prosseguindo um percurso que remonta (para a variante do Tétum-Praça) à sua afirmação como língua franca crioulizada em contacto com o Português.

Para além das duas línguas oficiais, a Constituição estabeleceu a existência de duas línguas de trabalho, o *bahasa* indonésio e o Inglês, em uso na administração pública, a par das línguas oficiais e enquanto tal se revelar necessário (art.º 159 da Constituição).

Em relação ao grau de penetração do Português na sociedade timorense, os dados existentes não são rigorosos. Em 2001, um estudo da Direcção Nacional de Estatística, elaborado em colaboração com o Banco Mundial e a UNICEF indicava que 5,3% da população falava Português. Um estudo das mesmas entidades, em 2007, indicava o valor de 15,6%. Por seu turno, o Indonésio decresce de 48% para 38%, o Tétum sobe para 87% e o Inglês de 2% para 4,3%. Nos censos de 2004, a percentagem de respondentes que afirmou possuir competências em Português foi de 36%, tendo sido de 86% para o Tétum, 59% para o Indonésio e 21% para o Inglês (Taylor-Leech, 2008). Estes valores devem ser tomados em termos gerais: a afirmação de competências nestas línguas não corresponde necessariamente ao seu domínio, pois o critério era deixado à interpretação do respondente.

Como salienta o relatório Norad (2007), elaborado na sequência das perturbações de segurança de 2006, «language policy would have been complicated, regardless of the choices made» (p. 7). A escolha do Português, para além do Tétum, como língua oficial, colocou o desafio da criação de condições para que o Português pudesse desempenhar as funções que lhe eram atribuídas enquanto língua oficial. Assumida como língua de identidade, pela ligação à História de Timor-Leste, e pela sua afirmação como língua de resistência, durante a ocupação indonésia, tornava-se necessário assegurar o seu ensino, quer às gerações escolares, quer à administração e aos outros sectores da sociedade.

3.2. ■ Perspectivas de desenvolvimento

Orientações estratégicas

Alcançada a independência, mas tendo como pano de fundo o quadro de pobreza apresentado, as autoridades de Timor-Leste revelaram consciência da necessidade de alterar este quadro, definindo uma estratégia de desenvolvimento orientada por duas grandes metas:

- A redução da pobreza em todos os sectores e regiões do País;
- A promoção do crescimento económico equitativo e sustentável, que melhore a saúde, a educação e o bem-estar de todo o País.

O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), com um horizonte de vinte anos, estabeleceu um primeiro ciclo de actuação de cinco anos (2002/03 a 2006/07, portanto, situado no período do presente relatório) e consagra domínios de desenvolvimento como a redução da pobreza e o desenvolvimento humano, em articulação com outros domínios, como os do desenvolvimento rural e regional, o da agricultura e o das infra-estruturas.

A orientação para o combate à pobreza veio a ser reforçada em 2006 com o documento *Combate à Pobreza como Causa Nacional*. Este documento estabelece como frentes estratégicas para combater a pobreza:

- A promoção de oportunidades para os pobres;
- A melhoria do acesso dos pobres a serviços básicos;
- O aumento da segurança, incluindo a redução da vulnerabilidade contra catástrofes naturais e a melhoria da segurança alimentar;
- A autonomização dos pobres e grupos vulneráveis.

Articulados com o PDN e com os outros documentos estratégicos orientadores, foram elaborados, desde 2003, os Programas de Investimento Sectorial (PIS), com o objectivo de operacionalizar acções que permitam alcançar as metas estabelecidas. Entre os PIS elaborados, encontra-se o PIS para o Sector da Educação e Formação, datado de Abril de 2006. Nesse Programa, encontra-se reflectido o papel que deve ser desempenhado por este sector para se alcançarem as finalidades estabelecidas: «Um aspecto vital para a estratégia de

desenvolvimento do país é a redução da pobreza que afecta, pelo menos, 40 por cento da população. A experiência internacional mostra claramente que uma melhor educação é vital para as estratégias de redução da pobreza» (p. vii).

Os seus objectivos gerais orientam a acção para se atingir o ensino primário universal, a qualificação dos cidadãos, por meio do acesso aos níveis de ensino pós-primário, a alfabetização dos adultos, a igualdade no acesso à educação e formação, designadamente em relação aos grupos mais desfavorecidos, neste momento, como os pobres, os habitantes do meio rural, as mulheres. O domínio linguístico, em conformidade com o consagrado na Constituição, encontra-se inscrito nos objectivos a alcançar a médio prazo: «Acelerar a reintrodução efectiva do Português e do Tétum nas escolas» (p. viii).

No momento presente, assume relevo o facto de se encontrar a ser ultimado o Plano Estratégico Nacional para a Educação.¹⁵ Este Plano, já da responsabilidade do IV Governo Constitucional de Timor-Leste, toma como referência para a sua elaboração as metas definidas pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Por conseguinte, surgem em relevo as acções a desenvolver no sector educativo ao serviço dos objectivos de: i) alcançar a educação básica universal; ii) eliminar a iliteracia e iii) assegurar a igualdade de género. Em relação às línguas, a visão estratégica traça como um dos objectivos a alcançar no final da educação básica (nove anos de escolaridade) assegurar o domínio das duas línguas oficiais, Tétum e Português.

Recursos

O recurso económico que emerge como mais relevante, para gerar meios financeiros próprios que propiciem o desenvolvimento de Timor-Leste, é constituído pelas receitas provenientes do petróleo e gás natural. As receitas petrolíferas, segundo legislação aprovada em 2005, são canalizadas para o Fundo Petrolífero, no âmbito do qual se procura uma gestão consolidada de médio e longo prazo que atenua, por meio da capitalização e de acumulação de poupanças, as variações de curto prazo nos preços destes bens e que salvaguarde a existência de fundos de desenvolvimento para as gerações vindouras.

Para além das receitas do petróleo e gás natural, o bem que assume o maior peso em termos de exportação é o café.

As trocas comerciais com o exterior apresentam-se ainda muito desequilibradas. Em 2009, as exportações representaram 34 512 milhões de dólares, enquanto as importações atingiram o valor de 295 096 milhões de dólares, o que representa um saldo negativo de -260 584 milhões de dólares.¹⁶

Para o seu desenvolvimento, Timor-Leste tem contado com o apoio da comunidade internacional, através de doações canalizadas pelos governos (em 2007, essa ajuda perfez o

¹⁵ No período de elaboração do presente relatório, tivemos acesso ao Plano na sua versão preliminar.

¹⁶ DNE (2010).

montante de 278 milhões de dólares, por parte dos doadores do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento – CAD). Portugal tem constituído um dos principais doadores (ocupou a primeira posição em diversos anos e neste momento constitui o segundo principal doador, logo após a Austrália).

No quadro de pobreza que apresentámos, com vista à sua redução, é de realçar também o papel que organizações internacionais, como a UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, assim como algumas ONG (CARE, USAID, Plan) têm desempenhado no país, em áreas como a saúde, a educação, a agricultura, o abastecimento de água e saneamento, os meios de comunicação. Também a Igreja Católica, profundamente integrada na sociedade timorense, tem desenvolvido uma acção fundamental nestes sectores. Na área da educação, a Igreja Católica proporciona a escolarização em muitas regiões do país, através de estabelecimentos próprios, embora seguindo as regras nacionais timorenses.

3.3. ■ A intervenção do PRLP

► Sector Educativo

No contexto de apoio à reconstrução do sistema educativo, factor fundamental de desenvolvimento, e de necessidade de assegurar a existência uma língua de escolarização e de expressão do conhecimento, a Cooperação Portuguesa, através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) concretizou o Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa (PRLP) em Timor-Leste, a partir de Abril de 2000. Como sinal de estarem a ser dados passos no sentido do funcionamento do sistema com normalidade e do empenho no ensino do Português, estabeleceu-se como objectivo, nesta fase, a existência de um professor português, pelo menos, em cada escola timorense do nível pré-secundário (7.º, 8.º e 9.º anos) e secundário (10.º, 11.º e 12.º anos). Esse objectivo foi concretizado nos anos lectivos de 2000/2001, 2001/2002 e 2002/2003, com a presença de, respectivamente, por ano lectivo, 158, 152 e 136 docentes nestas escolas.¹⁷ Os docentes portugueses leccionavam aulas de Português fundamentalmente aos alunos timorenses destes níveis.

Esta leccionação directa de Português pode, por conseguinte, considerar-se ao serviço do objectivo de criar condições para que o Português começasse a dar passos no sentido de vir a ser aprendido por mais pessoas, designadamente pelas camadas jovens, a fim de poder ser chamado a desempenhar as funções de língua oficial e de instrução. No entanto, se atendermos ao total do número de alunos no pré-secundário e secundário (58.094, para o ano de 2000/01),¹⁸ constata-se, de imediato, que cada docente teria de ensinar Português a um número muito elevado de alunos. Esse número elevado de alunos existiria, mesmo sem ter em conta a necessidade de exercer a acção noutras vertentes, como o ensino do Português a

¹⁷ Relatório de Actividades 2002/2003 – 2005/2006.

¹⁸ PIS – Sector de Educação e Formação (2006).

docentes que necessitavam de (re)adquirir o domínio da língua, ou a formação a pessoas de outros sectores, designadamente da Administração Pública, conforme solicitações frequentes que também chegavam.

Mesmo considerando apenas o sector da educação, a natureza da tarefa era ainda mais exigente. Na verdade, não se tratava apenas de reintroduzir a Língua Portuguesa enquanto língua de instrução em Timor-Leste, tratava-se de apoiar toda a reconstrução do sistema educativo, nomeadamente ao nível da qualificação de recursos humanos. O colapso não se deu apenas em relação à destruição das escolas e da falta de material escolar. A saída de muitos professores, a falta de qualificação adequada das pessoas que foram chamadas para os substituir e mesmo de muitos dos que permaneceram exigiam que a componente de qualificação estivesse também presente no apoio. Na verdade, para assegurar o funcionamento do ano lectivo, as autoridades timorenses tiveram de chamar a exercer funções docentes os antigos regentes escolares que exerceram funções até 1975 e outras pessoas que não tinham diplomas de ensino superior. Para além de ser necessário reavivar o domínio do Português para os que já o haviam aprendido na infância, era necessário ensinar esta língua aos professores timorenses que ainda não a sabiam, para que caminhassem no sentido da sua utilização enquanto língua de instrução. Para além disso, era necessário capacitar os professores timorenses, designadamente os que tinham sido chamados de emergência ao sistema, mas também a generalidade dos docentes, com competências científicas e pedagógicas adequadas, a fim de corresponderem aos objectivos de formação esperados do sistema educativo, para se encontrar ao serviço do desenvolvimento. Esta componente de formação aos docentes já estava presente em diversos casos, embora com uma carga horária reduzida nos horários dos professores portugueses (cerca de dois terços do horário era preenchido com a leccionação directa aos alunos dos ensinos pré-secundário e secundário, sendo o restante terço ocupado com a formação de docentes timorenses).¹⁹

A via que estava a ser seguida revelou algumas limitações quanto ao objectivo global de proporcionar a aprendizagem do Português, de uma forma generalizada, no sistema educativo, para que pudesse ser utilizada como língua de ensino: i) o número de professores necessários para assegurar a leccionação a toda a população escolar dos níveis básico (1.º ao 6.º anos), pré-secundário (do 7.º ao 9.º ano) e secundário (do 10.º ao 12.º ano) teria de ser muito mais elevado; ii) não estava a ser proporcionada a formação em Português, de uma forma alargada, aos professores timorenses, para que pudessem utilizá-lo como língua de instrução; iii) era necessário incluir na acção a capacitação científica e pedagógica dos professores timorenses, para potenciar os efeitos do Projecto na melhoria do sistema educativo.

A consciência destas limitações levou a uma reorientação estratégica, que marcou o início de uma nova fase do PRLP. Essa reorientação consistiu em tomar primordialmente os professores timorenses como destinatários da formação. Para esta alteração, os responsáveis

¹⁹ Relatório de Actividades 2002/2003 – 2005/2006.

do PRLP consultaram as autoridades governamentais de Timor-Leste, assim como um conjunto alargado de personalidades ligadas à educação, incluindo responsáveis da Igreja Católica e de estabelecimentos de ensino a ela ligados. A alteração proposta recolheu a concordância dos auscultados e passou a ser colocada em prática, a partir do ano lectivo de 2003/2004. Neste ano lectivo e nos seguintes, os professores portugueses do PRLP passaram primordialmente a dar formação aos professores timorenses.

Uma outra vertente que permitiu alargar a acção do Projecto no sector educativo, a partir de 2003/2004, consistiu no recrutamento de 170 professores timorenses para exercerem funções de formadores do curso do nível inicial de língua (curso do nível I). Estes professores timorenses detinham já competências em Língua Portuguesa (adquiridas na generalidade dos casos no período anterior a 1975) e foram recrutados com base nas competências evidenciadas. Este recrutamento, não podendo fazer face a todas as exigências do Projecto e aos níveis mais avançados de formação, está em linha com o objectivo de alcançar a sustentabilidade do Projecto, a partir dos recursos humanos timorenses. Para além disso, do ponto de vista da representação sobre a língua, constitui um contributo para a assunção do Português como «língua de Timor-Leste», ensinada pelos próprios timorenses e não apenas pelos portugueses.

Como ficou já expresso, para além das competências de língua, outra área em que era necessário exercer a acção, para capacitar o sistema educativo timorense, era a formação científica e pedagógica dos professores timorenses. Para dar resposta a esta necessidade, nomeadamente para dar formação aos professores timorenses que entraram no sistema, na fase de emergência, sem ter a habilitação adequada, de nível superior, foi criado o curso designado como “Bacharelato Nocturno” (BN), iniciado em 2004/05 e que foi antecedido de um curso de preparação linguística para a sua frequência. Neste ano lectivo, iniciaram o curso cerca de 800 professores. Para este curso, houve o envolvimento do Ministério da Educação e da Universidade Nacional Timor-Lorosa'e. Com vista à capacitação dos professores timorenses nos domínios pedagógico e científico, a formação ministrada no “Bacharelato Nocturno” inclui formação em ciências da educação, metodologias e áreas disciplinares específicas. O funcionamento deste curso exigiu o recrutamento de professores ligados aos níveis de ensino visados e matérias em causa, ou seja, professores do 1.º ciclo do ensino básico (para ministrarem formação aos professores do ensino primário), para além dos professores da área de Língua Portuguesa. Para esta formação, existe uma colaboração entre a Cooperação Portuguesa (através do PRLP) e a Cooperação Brasileira. Os professores portugueses passaram a ter a seu cargo a formação dos docentes dos 1.º e 2.º ciclos e a formação em Língua Portuguesa dos docentes dos níveis pré-secundário e secundário, assegurando os professores brasileiros a formação nas áreas científicas específicas (Química, Física, Matemática, História, Geografia e Biologia). A formação ministrada pelos professores portugueses, na primeira fase do curso, era assegurada nos distritos, o que permitiu uma larga

penetração junto dos professores de todo o país. A fase final da formação era ministrada em Dili.

Para a reconstrução do sistema educativo, era necessário perspectivar o futuro da formação de professores, assegurando a criação e funcionamento da formação inicial. Com esse objectivo, o Projecto propôs ao Ministério da Educação e à UNTL a criação do curso de Formação de Professores dos Ensinos Pré-Primário e Primário, o qual veio a funcionar a partir do ano lectivo de 2005/2006. Este curso era ministrado em língua portuguesa apenas nas disciplinas leccionadas por docentes portugueses e brasileiros. A partir de 2010, o curso passou a ser ministrado integralmente em língua portuguesa.

A aposta no sistema educativo está bem patente nesta nova fase do PRLP, a que temos vindo a referir-nos (iniciada em 2003/2004). Esta aposta é congruente com os princípios orientadores e as áreas estratégicas definidas para a Cooperação Portuguesa (*vide* documento *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*)²⁰ designadamente quanto:

— ao apoio à lusofonia (/língua portuguesa) como instrumento de escolaridade e formação (cf. ponto 3.3., p. 21) – entendida a língua como uma das vantagens comparativas da cooperação portuguesa, com projecção sobretudo para as áreas da educação e formação (cf. ponto 1.2., p. 12);

— ao empenho na prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), com relevo para os objectivos 1., 2. e 3.:

ODM 1: *Erradicar a pobreza extrema e a fome* — objectivo geral em que uma educação de qualidade desempenha um papel fundamental, pela capacitação que proporciona às pessoas;

ODM 2: *Alcançar a educação básica universal* — objectivo directamente ligado à capacidade de resposta do sistema educativo, visando o PRLP contribuir directamente para o aumento dessa capacidade de resposta, através da formação de professores e através de melhorias na rede escolar e nas condições das escolas;

ODM 3: *Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres* — objectivo geral, em que uma das componentes essenciais é o acesso à educação e formação por parte das mulheres; no contexto de TL, contrariamente ao que sucede em muitos outros países, designadamente ocidentais, o número de professores do género feminino é bastante inferior ao número de professores do género masculino (2400 vs. 5952, respectivamente, no ano de 2007/2008).²¹

No caso da intervenção do PRLP, em relação à formação de professores, a acção nas áreas da língua e da capacitação surge de forma integrada. A capacitação é feita através do aumento do domínio da língua, que dá acesso ao conhecimento expresso através desta e, por sua vez, o acesso a este conhecimento aumenta o domínio da língua. Na intervenção do

²⁰ Ref.ª Doc. Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa

²¹ Dados fornecidos pelo Ministério da Educação, retomados no doc. do IPAD relativo ao PRLP para 2008/2009.

PRLP, a Língua Portuguesa constitui simultaneamente objecto de aprendizagem/conhecimento e instrumento de aprendizagem/conhecimento.

Ainda em relação ao sector educativo e, dentro deste, à formação de professores, a procura de melhorias qualitativas quanto à formação ministrada no âmbito do Projecto conduziu, em 2007/2008, a uma nova fase (terceira fase), caracterizada pela existência, formalizada a partir de 2008, de uma assessoria científica e pedagógica. Esta assessoria tem vindo a ser coordenada e assegurada pela Doutora Maria Elisa Sousa, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (ESE-IPP), tendo sido estabelecido um protocolo com esta Escola para institucionalizar a assessoria pretendida.

Do relatório da missão que efectuou a Timor-Leste, no início de 2008, para preparar a acção a desenvolver no âmbito dessa assessoria, ressaltam alguns aspectos da fase anterior, em relação aos quais se procurará uma reorientação para tornar mais profícua a formação ministrada aos professores por parte do PRLP (além de a outros públicos-alvo).²²

— inexistência de programas (mas apenas de planificações, elaboradas pela(s) equipa(s) de docentes), tendo como consequência “uma certa uniformização e repetição”, “um trabalho idêntico nas diferentes turmas” de aulas de língua;

— a dispersão do trabalho da generalidade dos professores (um mesmo professor podia ter no seu horário a leccionação de cursos livres, níveis dos cursos regulares, disciplinas do bacharelato) — por contraste, é indicado como exemplo de boas práticas o trabalho do grupo de docentes que desenvolve a sua acção no INAP, focalizando-se nas reais necessidades do público-alvo;

— ineficiência das estratégias que têm vindo a ser adoptadas quanto ao desenvolvimento da proficiência linguística, estratégias caracterizadas, de um modo geral, pela “entrada nas estruturas gramaticais”;

— prática diminuta de “reflexão crítica, de questionamento do seu próprio trabalho”, de um modo geral, por parte dos docentes, que os leve a procurar novas estratégias pedagógico-didáticas com vista a encontrar soluções para os problemas e a melhorar os resultados.

Do relatório, ressaltam também linhas de acção prioritárias a ser concretizadas no futuro. Entre as prioridades e linhas de acção apontadas no relatório, destacamos, pela projecção para o trabalho a desenvolver pelos professores portugueses e para o funcionamento do Projecto:

— a elaboração (“urgente”) de programas de formação para todos os cursos (em vez das planificações anuais estabelecidas pelo grupo de docentes) — a ausência destes programas / orientações programáticas é apontada como uma das maiores fragilidades do Projecto, por favorecer “percursos erráticos, casuísticos e até erróneos, propiciando práticas que se repetem, erros que se perpetuam, alimentando convicções e crenças sem base de sustentação teórica” (p. 16);

²² Relatório da autoria de Maria Elisa de Sousa (2008) “Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa Timor-Leste”.

— a reestruturação da formação oferecida, no sentido da simplificação dos níveis anteriormente existentes (níveis I, II e III, seguido de curso preparatório, no caso de se pretender chegar à frequência do bacharelato), sem que se encontrem explicitados os perfis de entrada e de saída quanto à proficiência linguística esperada para cada um desses níveis; a simplificação proposta estabelece um NÍVEL INICIAL (Iniciação ao Estudo da Língua Portuguesa, habitualmente designado por Oficinas de Língua Portuguesa), seguido de um NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO, orientado para os cursos específicos (curso de Preparação para o Bacharelato, no caso da formação contínua / requalificação de professores; cursos para públicos específicos e cursos livres para o público em geral); outro aspecto da reestruturação foi a quebra da organização da generalidade das actividades por anos lectivos, de modo a permitir maior flexibilidade e a concretização por meio de cursos intensivos (por exemplo, para a preparação da entrada no bacharelato);

— a programação dos cursos de acordo com necessidades específicas de diferentes destinatários;

— incremento de iniciativas de divulgação da língua com carácter extra-curricular;

— o reforço dos critérios de exigência no recrutamento, designadamente quanto à competência linguística;

— a organização de formação para os professores portugueses, cujo início deverá ser prévio à ida para Timor-Leste;

— a existência de dossiês específicos relativos ao trabalho desenvolvido no âmbito de cada curso;

— a reorganização da estrutura de coordenação do PRLP, com a criação das seguintes coordenações intermédias, para coadjuvar o Coordenador do Projecto: Coordenação dos Recursos Humanos e Materiais, Coordenação Financeira e Coordenação Pedagógica.

Na sequência da reorientação correspondente à implementação destas linhas de acção, a partir de 2008, observa-se a reorganização do Projecto em várias dimensões, nomeadamente, a sua sistematização num documento de projecto e o funcionamento de estruturas intermédias de apoio à coordenação e organização, nas vertentes pedagógicas e logísticas, para além do acompanhamento científico e pedagógico.

Ocupando um lugar primordial, a acção do PRLP no sector educativo não se restringe à formação de professores. A acompanhar esta linha de intervenção, a acção dos professores do PRLP incidiu, desde a 1.ª fase, sobre outras vertentes, também elas coerentes com os objectivos da Cooperação Portuguesa:

- a criação de Bibliotecas / Ludotecas e distribuição de livros;
- o fomento de geminações com escolas portuguesas (projecto “Rostos de Esperança”).

A criação de Bibliotecas/Ludotecas tem como objectivo proporcionar o acesso ao livro e à leitura, num país onde este acesso era praticamente inexistente. Para além da população escolar, as bibliotecas podem também ser colocadas ao serviço da população em geral,

constituindo um meio de penetração da Língua Portuguesa e um meio de acesso ao conhecimento. Foram criadas pela Cooperação Portuguesa, com relevo para o papel dos professores e estrutura do PRLP, em colaboração com o Instituto Camões / Centro Cultural Português 37 bibliotecas e 5 ludotecas, no período 2002/2003 a 2005/2006, num total de 42 bibliotecas existentes neste último ano lectivo.²³

O projecto “Rostos de Esperança” fomentou o intercâmbio entre escolas timorenses e portuguesas.²⁴ As escolas de Timor-Leste aderiram na sua totalidade a este projecto, tendo sido celebrados 119 protocolos de gemação. Para além do enriquecimento pedagógico nos dois sentidos, trazido pela comunicação e troca de experiências entre alunos portugueses e timorenses, um dos resultados deste projecto foi o apoio por parte de escolas portuguesas a escolas de Timor-Leste, traduzido designadamente na recolha e oferta de livros e outro material escolar.

► **Educação não formal**

Para além da intervenção no sistema formal de ensino, o PRLP, a partir de 2009, passou a desenvolver uma iniciativa de formação dirigida a jovens que completaram o ensino secundário, com o objectivo de os habilitarem a intervir em situações de educação não formal, junto das populações, numa perspectiva de difusão da Língua Portuguesa, mas também de desenvolvimento de acção em relação a outras áreas, como a formação cívica, higiene e saúde, animação juvenil, etc.

► **Administração Pública**

A reintrodução da Língua Portuguesa não se focalizou apenas no sistema educativo, mas orientou-se também para a necessidade de dotar o sistema administrativo do novo país de condições para assumir a Língua Portuguesa como uma sua língua oficial.

Para que a função de língua oficial se possa concretizar, torna-se necessária a sua presença na própria administração, nos documentos e na utilização por parte dos seus agentes. A formação directa dos funcionários surge, por conseguinte, com um grau elevado de relevância.

A acção na Administração Pública é também congruente com as orientações estratégicas da Cooperação Portuguesa. Ao lado da língua, a história comum constitui outra vantagem comparativa. Essa história comum teve uma forte componente administrativa, pelo que esse percurso comum pode ser capitalizado na intervenção realizada em sectores como a Administração Pública e a Justiça.²⁵

²³ Relatório de Actividades 2002/2003 – 2005/2006.

²⁴ O projecto “Rostos de Esperança” teve o enquadramento dos Ministérios da Educação de Portugal e Timor-Leste, através de protocolo celebrado em 13 de Novembro de 2001.

²⁵ Cf. doc. *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, ponto 1.2., p. 13.

De acordo com os elementos recolhidos, designadamente através do Relatório de Actividades 2002/2003 – 2005/2006²⁶ e entrevistas realizadas, a formação em Língua Portuguesa destinada aos funcionários da Administração Pública foi residual até ao ano lectivo de 2002/2003. A consciência da necessidade de preparar a Administração Pública para o uso do Português como língua oficial nasce em relação ao próprio Ministério da Educação, para que a reintrodução não se limitasse aos professores e se estendesse aos outros ministérios.

No ano lectivo de 2003/2004, passam a funcionar cursos, assegurados pelos professores portugueses, nos diversos ministérios. No total, nesse ano lectivo, encontram-se inscritos 1006 formandos/funcionários que frequentam o nível I, na sua maioria (750 formandos, correspondendo a 75%), mas também os níveis II (209) e III (35). A percentagem de formandos no nível I confirma o alcance do desafio de formação em Língua Portuguesa.

Foram destinatários da formação as diversas áreas da administração Pública: Presidência da República, Negócios Estrangeiros, Educação, Agricultura e Pescas, Turismo, Justiça, Forças Armadas, Polícia, Parlamento, etc.

A formação decorria nos próprios locais de trabalho o que veio a revelar-se um constrangimento, pois os funcionários eram frequentemente chamados para o desempenho das suas funções habituais, com prejuízo da formação. Este último aspecto ditou, no ano lectivo seguinte (2004/05), a passagem da formação para o Instituto Nacional da Administração Pública (INAP).²⁷

Uma vez iniciada, a formação em Língua Portuguesa na Administração Pública manteve-se, ao longo dos anos,²⁸ como um eixo essencial do PRLP, ao lado da formação de professores, mantendo-se até à actualidade, no âmbito do PCLP.

► **Outros sectores específicos**

Para além dos diversos sectores da Administração Pública timorense, foram realizados cursos de Língua Portuguesa destinados a outros sectores, designadamente o religioso e o da sociedade civil/empresarial e internacional.

Este eixo de formação tem também vindo a ser mantido, ao longo dos anos, como um dos eixos de actuação do PRLP (com continuidade no PCLP). O desafio não se resume à iniciação à Língua Portuguesa, mas estende-se à necessidade de dar resposta a necessidades específicas de utilização da língua na vida empresarial e organizacional.

► **Comunicação Social**

A comunicação social constitui um meio de contacto com a língua e, desse modo, um meio para a penetração da língua na sociedade. Em complemento da acção desenvolvida nos sectores educativo e da administração pública, o PRLP também direccionou para o sector da

²⁶ Relatório de Actividades 2002/2003 – 2005/2006.

²⁷ Relatório de Actividades 2002/2003 – 2005/2006.

²⁸ Em 2010 foram criadas unidades de produção e difusão de documentos em LP.

comunicação social a sua atenção, na dupla perspectiva da sua mobilização ao serviço dos objectivos do Projecto e da formação a proporcionar aos profissionais deste sector.

A área da comunicação social tornou-se parte do acordo de cooperação entre a República Democrática de TL e a República Portuguesa em 2002.²⁹ Com o objectivo de acelerar a utilização efectiva da Língua Portuguesa em TL, foi considerado fundamental contar com recursos dos *media*: «Os jornais, a rádio e a televisão têm de falar «mais» português para que o contacto com esta língua possa ser mais natural e abrangente.»³⁰ Nesta área de intervenção, o PRLP assumiu dois rumos: por um lado, apoiar a formação dos recursos humanos deste sector em relação ao domínio da língua, por outro, produzir conteúdos em Português.

As linhas de acção seguidas para atingir os objectivos propostos são diversas:

- a) Formação em LP para jornalistas;
- b) Apoio aos jornais publicados em TL;
- c) Dinamização de programas de rádio;
- d) Dinamização de actividades na TVTL.

A formação em Língua Portuguesa proporcionada pelo PRLP destinada a jornalistas deparou-se com as dificuldades destes profissionais em conseguirem compatibilizar a sua actividade profissional com a frequência dos cursos. Por outro lado, no caso dos *media*, a pressão para a utilização da língua deriva principalmente da necessidade colocada pelo público-alvo. Como a penetração da Língua Portuguesa na sociedade timorense é ainda escassa, ao longo desta década do PRLP, esse factor de pressão não se fez sentir. Como resultado, encontramos uma reduzida utilização do Português na comunicação social, a qual é expressa na seguinte descrição, realizada em 2006, no artigo de imprensa «Timor-Leste Press Essential in Building National Identity», por Janet Steele,³¹ em relação ao domínio do Português nas redacções dos jornais timorenses: «When the government issues a press release in Portuguese, journalists can't read it. At the Timor Post, there is only one journalist who can understand Portuguese. At Suara Timor Lorosae there are two, and at Diário Nacional there is not even one.»

A camada reduzida da população que fala o Português torna difícil a sobrevivência de jornais escritos em Português. Por outro lado, a existência de imprensa escrita em Português é importante para possibilitar o contacto com esta língua, de uma forma mais alargada e em ligação com as questões do quotidiano político e social do país. Para além disso, a existência de imprensa escrita em Português constitui uma fonte de materiais linguísticos que podem ser mobilizados para a aprendizagem desta língua. Tendo estes factores em conta, uma das linhas de acção do PRLP foi o apoio ao jornal *Semanário*, a única publicação periódica integralmente em Português. Esse apoio foi concretizado sobretudo através da compra de exemplares, os

²⁹ Art. 29º, Acordo Quadro de cooperação entre a República de Timor-Leste a República Portuguesa, Díli, 20 de Maio, 2002.

³⁰ Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa – proposta para o ano lectivo 2008/2009.

³¹ Fonte Tempo, No. 30/VI. 28 March-3 April, 2006; disponível em <http://www.pmw.c2o.org/2006/timor4910.html>

quais são disponibilizados aos professores para utilização na sua prática lectiva. Para além disso, o apoio concretizou-se também através do apoio à tradução e revisão de textos.

A dinamização de programas de rádio surge em 2003, no âmbito do PRLP. Nesta acção, destaca-se a colaboração com a RDP e a participação dos professores portugueses na produção de programas de rádio, designadamente do programa *Conversas em Português*, um programa com a duração de duas horas diárias, produzido e apresentado por uma docente do PRLP. Nos anos subsequentes, surgem ainda outros programas, como *Ondas Lusófonas*, em colaboração com a RTL, ou *“A hora do Jorge”*. Para além das dimensões culturais, entre os conteúdos surge também a aprendizagem do Português.

A difusão da língua através da rádio, alargando-se às rádios locais, mantém-se ao longo dos anos como um dos eixos de actuação do Projecto, através da participação em programas realizados em Timor-Leste com a colaboração do PRLP. Quando não esteve presente sob a forma de produção directa, o apoio tem incidido na tradução e revisão de textos em Português.

A televisão constitui hoje um meio extremamente poderoso para a difusão e afirmação de uma língua. Para além do acesso à Radiotelevisão Portuguesa Internacional (RTPi), cujo grau de penetração é escasso, para além da comunidade portuguesa, o papel da televisão na difusão da LP tem de ser encontrado em articulação com a Televisão de Timor-Leste (TVTL). Assim, a intervenção da Cooperação Portuguesa direccionou-se também para este meio, a partir de 2004/05, nomeadamente através de apoio material para o funcionamento de um estúdio, da presença de assessores da RTP, de aulas de Português ministradas aos jornalistas e outros funcionários da TVTL e da deslocação de técnicos timorenses a Portugal para formação técnica. O apoio por parte do PRLP, para além das aulas, concretiza-se em relação à tradução e revisão de textos, o que permite ter na actualidade um noticiário com uma duração de cerca de quinze minutos, emitido em Português, na TVTL, a seguir à edição em Tétum.

► **População em geral**

A proibição do ensino e da utilização do Português durante os vinte e quatro anos de ocupação indonésia afastou toda uma geração (a escolarizada nesse período) do contacto com esta língua. Um dos eixos de intervenção do PRLP foi, por conseguinte, ditado pela necessidade de ensinar Português às camadas populacionais que manifestavam a vontade de aprender ou reaprender esta língua que passou a ser uma das línguas oficiais do país.

Paralelamente à leccionação nas escolas (na primeira fase) ou à formação dirigida aos professores timorenses (na segunda e terceira fases), os docentes do PRLP leccionaram cursos livres de Português, dirigidos à população em geral.

Para além destes cursos livres, outras actividades foram dirigidas à sociedade civil em geral, dinamizadas pelos docentes do PRLP, por si ou em colaboração com outras entidades. Entre essas actividades, destaca-se a projecção de filmes, iniciativa referida como colhendo grande adesão por parte da população. O grau de integração e dinamismo dos docentes do PRLP, ao longo dos anos, deixou campo para a dinamização de outras actividades nas

comunidades locais e escolares, como a realização de exposições, semanas culturais, festivais da canção em Português, concursos de redacção e de oratória em Língua Portuguesa e outros eventos.

Em suma, a intervenção do PRLP, que, em 2000, surgiu primordialmente para dar resposta à necessidade de assegurar a presença de professores de Português nas escolas pré-secundárias e secundárias, evoluiu segundo duas orientações:

- i) a de aprofundar a sua acção na formação dos professores timorenses em Língua Portuguesa e nos domínios científico e pedagógico;
- ii) a de alargar a sua acção a outros destinatários, para assegurar a formação em Língua Portuguesa, a públicos diversificados e com perfis de utilização específicos.

Nos anos finais a que se refere este relatório (2008 e 2009), com projecção para a actualidade com o PCLP, os documentos que sustentam a acção do Projecto espelham essas orientações de aprofundamento e diversidade de acções, ao incluírem mais de uma dezena de linhas de actividade, entre as quais as dirigidas à formação de professores ocupam um lugar substancial, mas onde também se encontram as dirigidas aos funcionários da Administração Pública, às organizações internacionais, aos *media*, à educação não formal, à população em geral.

■ Estrutura do PRLP

Para gerir este conjunto alargado de professores, repartidos por diversas áreas de intervenção e por todo o território, o PRLP conta com uma coordenação sediada em Díli, no edifício da Embaixada Portuguesa. Numa primeira fase, a coordenação era exercida de uma forma integrada directamente na embaixada, através do adido para a cooperação, que era assessorado no âmbito do Projecto.

A estrutura evoluiu no sentido de uma coordenação própria do PRLP, ainda que em ligação com as estruturas da cooperação na Embaixada Portuguesa e com o IPAD. Essa coordenação era chamada a assegurar toda a gestão do Projecto, desde os aspectos logísticos de gestão de pessoal e de recursos materiais em Díli e em cada um dos centros espalhados no território, até à gestão das funções dos professores afectos ao Projecto, incluindo a vertente pedagógica.

A necessidade de reforçar o investimento nesta vertente levou, em 2008, à disponibilização de uma assessoria pedagógica e à criação de estruturas de coordenação intermédias. Assim, para além da existência de uma vice-coordenação, no ano de 2008/2009, passaram a existir a Coordenação Pedagógica, a Coordenação Financeira e a Coordenação dos Recursos Humanos e Materiais, estas implementadas a partir de 2010.

3.4. ■ Percurso de execução do PRLP

Apresentam-se nesta secção os resultados apurados para alguns dos indicadores relativos às actividades desenvolvidas ao longo do percurso do PRLP. Esses indicadores foram obtidos através da consulta documental e auscultação complementar da coordenação do Projecto, quando da consulta documental não resultou a obtenção de todos os dados. Deve ressaltar-se que alguns dos valores são, eles próprios indicados como aproximados, nos documentos consultados. Por outro lado, ao longo do período de acção do PRLP, que viveu diversas fases de implementação e de estruturação, como se explicitou, não se encontra uma continuidade quanto à natureza e sistematicidade dos dados recolhidos. Apesar das limitações, sobretudo até à terceira fase, considerou-se importante sistematizar, nalguns quadros, elementos quantitativos que permitam acompanhar o percurso de execução do PRLP em relação a indicadores como: professores portugueses contratados, formandos inscritos, grupos específicos de formandos, aproveitamento nas acções de formação, acções em domínios específicos e respectivos resultados; custos financeiros.

■ Professores portugueses no PRLP

Os recursos humanos do PRLP, para a realização das actividades, foram constituídos fundamentalmente por docentes. Estes foram recrutados por concurso específico, promovido pelo IPAD, com a colaboração do Ministério da Educação português. Sendo um concurso específico, autónomo do concurso de colocação de pessoal docente para o sistema educativo português, os concorrentes e, conseqüentemente, os docentes recrutados, foram, de um modo geral, professores que não obtiveram colocação nos concursos destinados às escolas portuguesas. Em articulação com o recrutamento geral, para dar resposta a necessidades específicas dentro das actividades de formação de professores, verificou-se também o recrutamento de docentes ligados a instituições de formação inicial de professores, designadamente para a leccionação de matérias integradas na formação de professores do ensino pré-primário e primário.

No quadro seguinte, apresentam-se os números relativos aos professores portugueses, que em cada ano lectivo exerceram funções no PRLP. Indica-se no quadro o número total de professores e faz-se menção específica aos docentes recrutados para leccionarem, no âmbito da colaboração por parte de instituições de formação de professores (Escolas Superiores de Educação João de Deus, Paula Frassinetti e Escola Superior de Educação do Porto).

Quadro 1 – N.º de Professores portugueses no PRLP

| Fases | Período | N.º total | Contingentes específicos (integrados no n.º total) |
|--------|--------------------------|-----------|--|
| Fase 1 | Abril – Setembro de 2000 | 25 | |
| | 2000/2001 | 158 | |
| | 2001/2002 | 152 | |
| | 2002/2003 | 136 | |
| Fase 2 | 2003/2004 | 117 | |
| | 2004/2005 | 97 | 18 prof. do 1.º ciclo (ESE João de Deus e P. Frassinetti)* |
| | 2005/2006 | 97 | 25 prof. do 1.º ciclo (ESE João de Deus e P. Frassinetti)* |
| | 2006/2007 | 121 | 28 prof. do 1.º ciclo (ESE João de Deus e P. Frassinetti)* |
| Fase 3 | 2007/2008 | 121 | |
| | 2008/2009 | 116 | 10 prof. recrutados pela ESE do Porto** |
| | 2010 (extra-avaliação) | 115 | 25 prof. recrutados pela ESE do Porto** |

* Recrutados para o exercício de funções no curso de —Bacharelato Nocturno”

** Recrutados para o exercício de funções no curso Formação de Professores dos Ensinos Pré-Primário e Primário da Faculdade de Ciências da Educação da UNTL.

Observa-se que a passagem para a Fase 2 (formação aos professores timorenses, em vez da leccionação directa da disciplina de Língua Portuguesa aos alunos timorenses) se traduziu em alguma diminuição do número de professores portugueses afectos ao PRLP. Para esta diminuição, contribuiu também o recrutamento de formadores timorenses para colaborarem na leccionação de níveis iniciais de língua.

3.4.1. ACTIVIDADES

■ Sector educativo

Como foi referido, a área de intervenção primordial do PRLP foi o sistema educativo. Como indicadores de execução, pretendemos considerar os alunos/formandos inscritos, a existência de grupos específicos de formandos e os índices de aproveitamento. No quadro seguinte, apresentam-se valores relativos a estes indicadores.

Quadro 2 – N.º de Formandos no PRLP (Níveis/Cursos de Língua Portuguesa; Prep. p/ Bacharelato; Bac. Nocturno)

| Fases | Período | Resultados previstos | N.º de inscritos | Discriminação de grupos específicos | C/ Aproveit. |
|--------|---------------|---|---|--|--|
| Fase 1 | 2000/2001 | — | ▪ ± 45000 al. no pré-sec. e sec. ▪ < 4000 prof.* | n.d.** | n.d. |
| | 2002/2002 | — | | n.d. | n.d. |
| | 2002/2003 | — | | n.d. | n.d. |
| Fase 2 | 2003/2004 | — | 4900 | n.d. | n.d. |
| | 2004/2005 | — | 5600 | ▪ 688 BN | 3233 (27%)*** |
| | 2005/2006 | — | 6300 | ▪ 1379 BN | n.d. |
| | 2006/2007 | — | 6800 | ▪ 2439 BN | n.d. |
| Fase 3 | 2007/2008 | ▪ 2400 c/ aproveitamento Níveis I, II, III e Prep. Bach. ▪ 350 concl. BN | 6679 | ▪ 107 Pré-Prim. ▪ 4576 Prim. ▪ 1155 Pré-Sec. ▪ 841 Sec. | ▪ 3894 nos Níveis I, II, III e Prep. Bach. ▪ 1400 nos C. intensivos L. P. ▪ 306 concl. Bach. ▪ 1125 Freq. Bach. |
| | 2008/2009 | 2500 formandos | 3655 | ▪ 75 BN | ▪ 2049/2718 formandos (75%) |
| | 2009/2010**** | ▪ 600 concl. BN | ▪ BN não se realizou ▪ 937 CLP | ▪ 937 nos CLP | ▪ 937 CLP***** |

* Não disponível.

** Este valor inclui professores e população em geral

*** Avaliação realizada através de avaliação formativa e de exame nacional (com peso de 50%).

**** Em Janeiro de 2010, o ano lectivo timorense passa a coincidir com o ano civil; a partir de Julho, para aproveitar a interrupção prolongada, efectuem-se Cursos Intensivos de formação aos professores; o período de 2009 aqui considerado diz respeito ao período de Set. a Dez.

***** Não foi atribuída avaliação, mas certificado de frequência, pois não se leccionou o n.º de horas estabelecido.

► **Formandos do PRLP no sector educativo** (leccionação directa e formação contínua)

Refira-se que os dados apresentados no quadro se referem a acções diversas, em relação às quais nem sempre foi possível obter, sobretudo para os anos mais recuados, elementos discriminados, designadamente em relação aos diversos níveis de formação ou em relação ao aproveitamento. A observação do grau de preenchimento do quadro nas três fases consideradas permite verificar a evolução positiva do PRLP no sentido da maior sistematicidade quer na recolha quer no tratamento dos dados respeitantes ao Projecto, permitindo o seu confronto com metas pré-estabelecidas.

► **Curso de Formação de Formadores do Instituto Nacional de Formação Profissional e Contínua**

O Curso de Formação de Formadores, perspectivado com o objectivo de capacitar professores timorenses para assumir as funções de formação no âmbito do PRLP e assim se reforçar a sustentabilidade do Projecto, encontrou diversas dificuldades de concretização.

Por exemplo, para 2007/2008, esteve previsto o funcionamento de um Curso de Formação de Formadores destinado aos docentes da bolsa de formadores do Instituto Nacional de Formação Profissional e Contínua (INFPC). O objectivo consistia na actualização de

conhecimentos nas áreas de formação e na área pedagógica. Contudo, o curso, previsto para um número inicial de 15 formandos, não veio a concretizar-se, devido a dificuldades orçamentais do INFPC. Ao longo de 2009, o curso também não se concretizou.

► **Formação inicial de professores**

Para além da formação aos professores que se encontravam no sistema, o PRLP fez incidir também a sua acção na formação inicial, ou seja, na preparação das futuras gerações de professores. Para alguns dos níveis dessa formação, foram recrutados contingentes específicos de formadores, designadamente, nos dois últimos anos, os professores seleccionados pela ESE do Porto, que leccionam nos cursos de formação de professores para as “séries iniciais”, ou seja, para os níveis pré-escolar e da escolaridade básica. Essa formação decorre em cursos da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Segundo os dados recolhidos na Faculdade de Ciências da Educação desta Universidade, o número de alunos existentes, actualmente, em cada ano do curso é o apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – N.º de Formandos da Formação Inicial no Curso Normal Superior (–Séries Iniciais”) (em Setembro de 2010)

| Ano | N.º de alunos |
|-----|---------------|
| 1.º | 73 |
| 2.º | 87 |
| 3.º | 38 |
| 4.º | 17 |

Neste momento, o curso é um curso de licenciatura com uma duração de 4 anos, tendo começado como curso de bacharelato, com a duração de 3 anos. Destaque-se o número mais elevado de ingressos nos últimos dois anos.

Em relação à conclusão do curso, ela já se verificou em 2009, por parte de um grupo de 11 professores já em exercício. Em 2010, ocorreu a graduação por parte do primeiro grupo do percurso de escolaridade regular, tendo já concluído a sua graduação 11 alunos e restando ainda 21 que a deverão concluir.

Para além dos alunos da UNTL, os docentes do PRLP deram também apoio aos formandos do Instituto dos Maristas de Baucau, através da leccionação da disciplina de Língua Portuguesa (69 estudantes deste Instituto concluíram o curso com aproveitamento em 2009).

■ **Curso de Educadores Não Formais**

Criado com o objectivo de capacitar jovens formadores para intervirem junto das populações, em áreas diversas da formação e da animação, o curso teve duas edições em 2009 e já produziu os seus frutos, conforme se indica no Quadro 4.

Quadro 4 – Curso de Educadores não Formais

| Período | Resultados previstos | Resultados alcançados |
|------------------|--|--|
| 2009 (Jan/Julho) | 50 jovens: formação em LP e animação comunitária | 21 jovens: formação em LP e animação comunitária |
| 2009 (Set.-Dez.) | 15 jovens: formação em LP e animação comunitária | 15 jovens: formação em LP e animação comunitária |

Para além do número de formados, um resultado a destacar é o facto de alguns dos jovens (14 em 2009 e 15 em 2010) que concluíram o curso terem passado a colaborar com o PRLP, em diversas acções de animação, por exemplo, animação de bibliotecas, a partir de Julho de 2009.

A pertinência do curso é confirmada pelo facto de a 3.^a edição (iniciada já em 2010, a partir de Agosto) ter sido adaptada para ter como destinatários funcionários do Ministério da Solidariedade (encontrando-se actualmente 22 funcionários em formação).

■ Administração Pública

A formação dos funcionários da Administração Pública timorense constituiu o outro sector determinante para a reintrodução do Português como língua oficial. No Quadro 5, apresentam-se os valores respeitantes aos formandos deste sector ao longo do tempo.

Quadro 5 – N.º de formandos na Administração Pública

| Fases | Período | Previstos | Inscritos | Aprov. |
|--------|-------------------|-----------|-----------|-----------|
| Fase 1 | Abril – Set./2000 | — | — | |
| | 2000/2001 | — | residual | |
| | 2001/2002 | — | residual | |
| | 2002/2003 | — | residual | |
| Fase 2 | 2003/2004 | — | 1006 | 70% |
| | 2004/2005 | — | 890 | 77% |
| | 2005/2006 | — | 800 | n.d. |
| | 2006/2007 | — | 980 | n.d. |
| Fase 3 | 2007/2008 | 700 | 369 | 283 (77%) |
| | 2009 (Jan.-Jul.) | 200 | 404 | n.d. |
| | 2009 (Set.-Dez.) | 400 | 46 | n.d. |

Refira-se que uma das alterações introduzidas nos cursos em 2009 foi o aumento da carga horária, que passou a ser de 10h semanais, em vez das anteriores 6h dos cursos organizados por níveis (I, II e III).

■ Formação em Língua Portuguesa para outros sectores

A formação em Língua Portuguesa, ao longo da acção do PRLP, teve também como destinatários outros sectores de actividade, para além da Administração Pública e a população em geral. O Quadro 6 apresenta os dados relativos a esta linha de acção.

Quadro 6 – N.º de formandos noutros sectores (Org. internac.; Empresas; Congregações Religiosas, etc.) e população em geral

| Fases | Período | Previstos | Inscritos | Aprov. |
|--------|-------------------|-----------|-----------|------------|
| Fase 1 | Abril – Set./2000 | — | — | |
| | 2000/2001 | — | residual | |
| | 2001/2002 | — | residual | |
| | 2002/2003 | — | residual | |
| Fase 2 | 2003/2004 | — | 3583 | |
| | 2004/2005 | — | 5546 | |
| | 2005/2006 | — | 5750 | |
| | 2006/2007 | — | 6720 | |
| Fase 3 | 2007/2008 | 3000 | 1476 | n.d. |
| | 2009 (Jan.-Jul.) | 3000+20* | 1487** | 1253 (84%) |
| | 2009 (Set.-Dez.) | 4000+60* | 1921 | *** |

* Funcionários de organizações internacionais

** Não inclui 44 funcionários de organizações internacionais que frequentaram um curso específico

*** Foi atribuído certificado de participação, pois o n.º de horas foi insuficiente para a realização da avaliação final

■ Bibliotecas

— Nos anos iniciais do PRLP, como ficou expresso, assistiu-se a um movimento significativo de criação de Bibliotecas, num processo em que se empenharam fortemente os professores portugueses. Esse empenho encontrava correspondência nas relações com outras entidades (como o Instituto Camões / Centro Cultural Português) e com escolas e outras instituições portuguesas.

Esse movimento conheceu um abrandamento nos últimos anos do período em avaliação. Não se verifica apenas redução na criação, mas também dificuldades no processo de dinamização das bibliotecas criadas anteriormente.

Encontram-se referências nos relatórios posteriores a 2005/2006, aos resultados previstos e alcançados neste domínio, apresentados no Quadro 7.

Quadro 7 – Criação de Bibliotecas

| | Período | Resultados previstos | Resultados alcançados |
|--------|------------------|--|--|
| | ... | | |
| Fase 3 | 2007/2008 | | <ul style="list-style-type: none"> ▪ criação de 1 biblioteca ▪ dinamização de 1 biblioteca e 1 ludoteca |
| | 2009 (Jan/Julho) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de 2 bibliotecas/ludotecas ▪ Dinamização de 4 Bibliotecas itinerantes | <ul style="list-style-type: none"> ▪ criação de 3 bibliotecas e 1 ludoteca ▪ dinamização de 4 bibliotecas itinerantes ▪ Reorganização / Requalificação de 4 bibliotecas |
| | 2009 (Set.-Dez.) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de 6 bibliotecas/ludotecas; ▪ Criação de 8 bibliotecas itinerantes | Não se realizou* |

* A justificação para a não realização reside no facto de as escolas se encontrarem encerradas neste período

A redução ficou a dever-se, em grande parte, a factores como a partida dos professores que dinamizaram o processo. No âmbito do trabalho de campo, obteve-se a informação de que, da totalidade das bibliotecas criadas, ao longo dos anos, só 12 se encontram a ser dinamizadas.

Este é um domínio em que mais se tem feito sentir a iniciativa individual dos docentes. Em 2009, a Coordenação do Projecto atribuiu cerca de 7h a cada docente para a organização e desenvolvimento de projectos. Sendo uma das áreas em que se manifesta o empenho dos docentes, a criação e dinamização de bibliotecas beneficiaram desta atribuição.

■ Projecto de geminação —Rostosde Esperança”

O movimento de geminação de escolas sofreu um decréscimo acentuado nos anos mais recentes do Projecto. Assim, em contraste com a grande adesão dos anos iniciais, o projecto surge agora dinamizado em escolas específicas, quando se conjugam o empenho individual de docentes, do director da escola e da obtenção de resposta por parte de escolas portuguesas, frequentemente contactadas, a partir de ligações pessoais ou na sequência de envolvimento anteriores. Um dos problemas apontados como desmotivadores do interesse das crianças é a demora na troca de correspondência postal.

As referências nos relatórios da terceira fase são as apresentadas no Quadro 8.

Quadro 8 – Dinamização do projecto de geminação -Rostos de Esperança”

| | Período | Resultados previstos | Resultados alcançados |
|--------|------------------|-----------------------------|--|
| | ... | | |
| Fase 3 | 2007/2008 | — | ▪ Dinamização em 10 escolas |
| | 2009 (Jan/Julho) | ▪ Dinamização em 25 escolas | ▪ Dinamização em 17 escolas |
| | 2009 (Set.-Dez.) | ▪ Dinamização em 25 escolas | Não se realizou, pelo facto de as escolas estarem encerradas |

■ Comunicação Social

Como deixámos exposto, a comunicação social constituiu, ao longo dos anos, um dos domínios da acção do PRLP, através de programas de rádio, de apoio à imprensa escrita (designadamente ao jornal *Semanário*, que é escrito em Português) e à televisão. Essa linha de acção mantém-se, como se verifica pelas acções referidas nos relatórios da terceira fase.

Quadro 9 – Acções desenvolvidas no sector da comunicação social

| | Período | Resultados previstos | Resultados alcançados |
|--------|-------------------|---|---|
| | ... | | |
| Fase 3 | 2007/2008 | ▪ n.d. | ▪ dinamização de 4 programas de rádio |
| | 2009 (Jan./Julho) | Objectivo geral: aumento da divulgação da Língua Portuguesa através dos media | <p><i>Rádio</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ dinamização do programa de rádio —<i>Cover</i>sas em Português”, emitido em directo pela RDP-Díli (2h diárias) ▪ dinamização do programa de rádio —<i>Português com todos</i>”, emitido pela Rádio Comunidade de Lospalos (2h semanais) ▪ Produção de 21 episódios do programa —<i>Em Português</i>”, para serem emitidos na RTTL, na RDP Díli e em rádios locais <p><i>Imprensa escrita:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ apoio ao jornal <i>Semanário</i> (reforço das competências dos tradutores timorenses para a melhoria da qualidade dos textos) |
| | 2009 (Set.-Dez.) | ▪ Objectivo geral: aumento da divulgação da Língua Portuguesa através dos media | <p><i>Televisão</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio à TVTL por meio da correcção de textos do telejornal e <i>Português</i> <p><i>Rádio</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio à RTTL por meio da correcção de textos dos noticiários em Português ▪ Colaboração num programa sobre o quotidiano timorense (1h semanal) <p><i>Imprensa escrita</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ apoio ao jornal <i>Semanário</i> (reforço das competências dos tradutores timorenses para a melhoria da qualidade dos textos) |

3.4.2. RECURSOS FINANCEIROS

Conforme memorando consultado no IPAD, os recursos financeiros afectados directamente ao PRLP, entre 2000 e 2009, estimam-se em 48.500.000,00€, sem as verbas do PIDDAC destinadas a manutenção, estruturas e equipamento. Tratou-se, por conseguinte, de um investimento avultado, com uma média anual de cerca de 5 milhões de euros.

Para além do valor global indicado, na secção respeitante à gestão são referidos alguns valores financeiros sectoriais.

4. ■ CONSTATAÇÕES: Resultados da avaliação

4.1. ■ Processo de implementação

Este critério permite equacionar e responder a questões directamente relacionadas com a implementação do Projecto, nomeadamente a relação entre o planeado e o implementado, bem como eventuais problemas existentes ao nível da gestão e implementação do Projecto.

Uma apreciação destas matérias implica, antes de mais, ter presente que o quadro de partida em que surge o PRLP é de natureza eminentemente política. A decisão de reintrodução do Português situa-se ao mais alto nível, decorrendo da própria Constituição da República Democrática de Timor-Leste, que no seu artigo 13.º determina:

1. *O Tétum e o Português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste.*
2. *O Tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado.*

Para uma avaliação da implementação do Projecto, é ainda necessário ter presente, não apenas a natureza constitucional deste preceito, mas também os contextos nacional e internacional em que ele se insere e as implicações que dele decorrem para a sociedade timorense.

Tratando-se de uma deliberação constitucional, implica toda a sociedade timorense, desde as autoridades governamentais aos cidadãos, mas não se restringe a ela. A sua natureza constitucional implica também os parceiros de Timor-Leste, quaisquer que eles sejam, os quais no seu relacionamento com Timor-Leste não podem invocar o desconhecimento ou actuar em desrespeito pela deliberação constitucional em causa, nomeadamente quando actuam em Timor-Leste.

A magnitude desta deliberação implicou e implica, por conseguinte, toda a sociedade timorense, com as consequências que dela decorrem, nomeadamente a adopção de políticas e práticas, a diferentes níveis, que passam também pela elaboração e operacionalização de planos e actividades, de modo a concretizar a política constitucional relativa às línguas, aí se incluindo o papel atribuído ao Português. Trata-se, sem dúvida, de tarefa árdua e complexa, dada a multiplicidade e diversidade de variáveis em presença.

Uma apreciação sintética relativa à implementação do Projecto é necessariamente redutora da complexidade e diversidade das actividades desenvolvidas ao longo do período em apreço (2003-2009). Um primeiro aspecto a salientar, tendo em conta os elementos a que tivemos acesso, é que nem sempre houve uma planificação clara e explícita das actividades a desenvolver, que passasse pela formulação detalhada de objectivos a atingir, bem como de resultados esperados, particularmente em termos quantitativos. Todavia, é de registar que, ao

longo do período em análise, se foi caminhando, cada vez mais, para uma lógica de projecto em que matérias como objectivos a atingir, beneficiários, resultados esperados, indicadores, resultados conseguidos, passaram a ser enunciados de forma mais explícita. Esta mudança de sentido é perceptível em 2006 e é claramente visível em 2007/2008 e nos anos seguintes.

Como se deixou expresso, o período a que se reporta a presente avaliação diz respeito a 2003-2009. Todavia, como se referiu na caracterização da intervenção do PRLP, o Projecto teve início em 2000. Até 2003 decorreu a fase específica, considerada habitualmente como a fase de emergência, plena de múltiplas dificuldades de natureza diversificada (instalações escolares destruídas ou degradadas, falta de professores, falta de recursos e materiais didácticos, dificuldades de comunicações e de transportes, falta de alojamentos, dificuldades organizacionais, etc.). Esta fase de emergência coincidiu com um processo de reconstrução do sistema educativo, processo que passava também pela reintrodução da Língua Portuguesa como língua oficial e que continuou nas fases subsequentes.

Na 1.^a fase (até 2003), o objectivo primordial foi colocar professores que leccionassem Língua Portuguesa aos alunos nas escolas pré-secundárias e secundárias de todos os distritos. Esta resposta aconteceu sem que pudessem ter sido assegurados, previamente, múltiplos recursos necessários à organização e funcionamento pleno do sistema escolar (nomeadamente instalações, professores com qualificações, recursos e materiais didácticos adequados, comunicações e transportes, mecanismos de gestão e de natureza organizacional, etc.).

Grande parte dos professores portugueses colocados fora de Díli acabava por trabalhar em situações de grande isolamento, situação que os obrigou a um trabalho bastante autónomo e desgastante, numa altura e num contexto em que a troca e a partilha de experiências e materiais eram fundamentais e necessários, mas onde as necessidades eram muito grandes, os recursos muito escassos e as comunicações e deslocações difíceis. Este contexto tornava também difícil a implementação de acções de coordenação e articulação, nomeadamente no plano científico e pedagógico, bem como ao nível do quadro norteador das actividades em curso no terreno.

Não existindo um quadro orientador estruturado nem práticas de coordenação e articulação que permitissem envolver, em tempo útil e de forma consistente, todos os actores, foram as situações e os actores nelas implicados que, com mais ou menos voluntarismo, acabaram por tornar mais ou menos dinâmico o Projecto, em contextos de trabalho francamente árduos, permitindo identificar necessidades e a partir delas delinear novas intervenções.

Com a reorientação, ocorrida em 2003/2004, no sentido de a intervenção dos professores portugueses passar a ser dirigida para a formação dos docentes timorenses dos diversos graus de ensino, a intervenção centrava-se junto de um público específico que poderia, por sua vez,

disseminar a Língua Portuguesa junto de uma população estudantil muito maior.³² Para além disso, o trabalho com os professores poderia incluir outras áreas de formação, designadamente no domínio científico e pedagógico. Libertando os professores portugueses da tarefa de ensinar directamente Português aos alunos de todo o sistema educativo, mas concentrando a sua acção, dentro deste sistema, em relação aos professores, a sua acção poderia ser dirigida também a outros públicos, pelos quais também passava o desafio de adopção do Português como língua oficial e, por outro lado, contemplar a vertente de formação científica e pedagógica dos professores

Assim, perspectivava-se, em termos gerais e como resultado esperado, que todo o ensino primário fosse ministrado em Português, por professores timorenses, em 2005/2006.³³ A partir daí, a introdução far-se-ia nos níveis subsequentes, considerando a progressão na escolaridade, até se chegar ao final do secundário e ao alargamento às diversas disciplinas. Decorrente desta progressão, perspectivava-se que o ano de 2011/2012 fosse, para o ensino superior, o ano em que o 1.º ano de todos os cursos da UNTL seria ministrado em Português.³⁴

Esperava-se que a orientação seguida nesta segunda fase permitisse rentabilizar os recursos humanos e potenciase, através da acção realizada por cada formando (professor timorense), nas suas aulas, a difusão da Língua Portuguesa enquanto língua de ensino-aprendizagem na sociedade de Timor-Leste. Por seu turno, a acção dos professores portugueses, dadas as limitações das qualificações anteriores dos docentes timorenses, passou a incluir a formação científica e pedagógica, em conjugação com a formação em Língua Portuguesa.

Assumiu particular relevância nesta reorientação a criação dos cursos de “Bacharelato Nocturno”, que começaram por ser leccionados em todos os distritos (pelo menos o 1.º ano). O processo de implementação destes cursos sofreu diversas vicissitudes. Foram depois interrompidos em 2006/2007, sofrendo os efeitos da crise política e de segurança de 2006. Embora o processo já tenha sido retomado (em 2009/2010), em Díli, está ainda longe de ser percepcionado como estando a trilhar um percurso regular. Nos seus destinatários não se encontra uma ideia clara do porquê do prolongamento da interrupção, ainda não retomada em todos os casos. Muitos docentes continuam a aguardar pela retoma do processo formativo,

³² A propósito desta matéria, no relatório de actividades relativo a 2002/2003-2005/2006, é referido: “Se esta estratégia se justificava no ano lectivo 2000/2001, período de emergência, no qual era necessário que as escolas iniciassem o seu funcionamento (de referir que, durante a ocupação indonésia, apenas 7% dos professores nestes dois graus de ensino eram timorenses), sendo obviamente imprescindível a colocação de docentes portugueses para o ensino da Língua Portuguesa, pareceu portanto desajustada a continuação deste processo nos mesmos moldes no ano lectivo 2001/2002, onde a aposta deveria incidir na formação de professores timorenses e a substituição faseada dos docentes portugueses por timorenses nas escolas.

No ano lectivo de 2002/2003, tal como já foi referido, o ensino do Português em escolas pré-secundárias e secundárias ocupava ainda cerca de dois terços da carga horária dos professores. O restante terço foi utilizado na formação de docentes (cursos de iniciação, desenvolvimento e aperfeiçoamento). Estes cursos não atingiam na maioria dos casos seis horas semanais, nem a totalidade dos professores e obrigavam estes a deslocações de várias horas para a sua frequência” (pp. 9-10).

³³ Vide o doc. “Programa de intervenção da cooperação no sector da educação em Timor-Leste”, datado de Maio de 2003, emanado do Ministério da Educação, GAERI.

³⁴ Vide o doc. “Estratégia para cooperação portuguesa”, emitido pela Embaixada Portuguesa em 04.08.2006.

como tivemos oportunidade de constatar nalgumas localidades.³⁵ Por outro lado, esta espera tem também reflexos para o domínio da língua, pois origina que muitos docentes estejam sem possibilidade de actualizar a sua competência linguística durante largos períodos de tempo, na sequência dos cursos já realizados.

Embora esta reorientação tivesse como principal público-alvo os professores, a intervenção do Projecto não se restringiu a estes actores do sistema educativo formal. Com efeito, tendo deixado de ser os alunos do sistema de ensino os destinatários, estes passaram a ser, não apenas os docentes, que nele leccionavam, mas também os funcionários públicos e outros sectores da população. Estes públicos-alvo, para além do maior nível etário, apresentavam necessidades específicas, considerando, o nível de ensino e as matérias leccionadas, no caso dos professores, e as áreas de actividade, no caso dos funcionários públicos e outros sectores da população. Com esta reorientação, mantinham-se docentes em todos os distritos, os públicos-alvo passavam a ser mais diferenciados, as suas necessidades eram também mais específicas e diferenciadas e implicavam também estratégias diferenciadas.

A fase iniciada em 2003/2004 envolveu mais públicos e públicos mais diferenciados, levando à elaboração de planos de actividades mais estruturados. Este aspecto é já visível em 2006, no *Projecto de “Reintrodução da Língua Portuguesa”* relativo ao período 2006/2007 a 2009/2010, no qual são equacionados vários cenários e enunciadas novas linhas/estratégias de actuação, que passam também por questões de carácter pedagógico-didáctico. Esta tendência para planos de actividades mais explícitos e claros, nomeadamente no que se refere a matérias como objectivos a atingir, beneficiários, resultados esperados, indicadores, resultados conseguidos, é já claramente visível em 2006, continuando nos anos seguintes.

Entretanto, no que referimos como a terceira fase, a partir de 2007/2008, caracterizada pelo apoio da ESE-IPP, enquanto estabelecimento de ensino superior vocacionado para a formação de professores, foram delineadas alterações, tanto ao nível da organização dos cursos e do público-alvo, como dos conteúdos a leccionar e das metodologias de ensino a seguir. Com estas alterações, visava-se garantir uma maior sustentabilidade do Projecto, uma maior e mais efectiva utilização da LP como instrumento de comunicação e de transmissão de conhecimentos, uma maior disseminação e difusão da LP e uma melhor organização, gestão, acompanhamento e supervisão das actividades, sobretudo no plano pedagógico.

Nesta fase, observa-se uma estratégia de intervenção mais estruturada, que passou por alterações de algumas das actividades anteriores, e em que as questões de coordenação, acompanhamento e supervisão pedagógica adquirem particular visibilidade relativamente às fases anteriores. É já neste quadro que foi elaborado o Programa/Projecto relativo a 2009,³⁶ em

³⁵ Se tivermos em conta o discurso oral de alguns dos docentes ouvidos, das suas percepções nem sempre fica claro qual a instância em que foi decidida a interrupção em causa, se na CP, no ME, ou se em ambas as instâncias.

³⁶ Vide Ficha Resumo do PROGRAMA/PROJECTO de 58 páginas e de Informação n.º 24/CGII/DAOP/NAC/2009, de 5 Fevereiro/2009.

que são enunciados diversos tipos de actividades que tem como grupos-alvo: docentes timorenses (actuais e futuros), funcionários públicos, população em geral.

Em síntese e em termos de implementação, é de referir que, inicialmente, o Projecto procurou, sobretudo, responder a situações de emergência, baseado em linhas orientadoras bastantes genéricas. A decisão política relativa à reintrodução da LP não foi preparada ou acompanhada, de início, por decisão técnica equivalente, capaz de dar conta, num curto espaço de tempo, de todas as variáveis e condicionalismos em presença e perspectivar formas adequadas de operacionalização e concretização. Ou, como afirma a Prof.^a Maria Elisa de Sousa, no seu relatório, «abia lá tudo, desde que o que estivesse em causa tivesse a ver com a LP».

Em síntese, relativamente ao processo de implementação, é de registar que se foi caminhando para uma lógica de projecto cada vez mais conseguida e que matérias como objectivos a atingir, beneficiários, resultados esperados, indicadores, resultados conseguidos, fontes de verificação passaram a ser enunciados de forma mais clara e explícita. Assim, relativamente aos últimos anos, 2007/2008, 2008/2009 e 2009/(2010), os elementos consultados permitem evidenciar que a implementação decorreu, em geral, conforme o planeado.

Os problemas de gestão e implementação do Projecto encontrados decorrem, em grande parte, do que foi referido anteriormente. Circunscrevendo-nos, de forma sintética, aos problemas identificados na gestão e implementação do Projecto, ao longo do período referido, é de registar que eles se situaram, sobretudo, nos seguintes âmbitos:

- Coordenação/articulação institucional;
- Coordenação/acompanhamento/supervisão do Projecto;
- Comunicação, circulação de informação e procedimentos administrativos;
- Contraparte;
- Recrutamento e selecção dos agentes da cooperação (docentes portugueses);
- Formação dirigida aos agentes da cooperação (docentes portugueses);
- Orientações metodológicas;
- Sentido de plano/projecto articulado e avaliado.

Coordenação/articulação institucional

Circunscrevendo-nos à Cooperação Portuguesa, são vários os actores que, a partir de Portugal e/ou em Timor-Leste, desenvolvem actividades directamente relacionadas com a LP, umas directamente dependentes ou coordenadas pelo IPAD, outras promovidas por diferentes Ministérios sem qualquer articulação ou coordenação com este organismo, outras ainda promovidas por ONG. Neste universo de actividades, é clara a falta de articulação e coordenação institucional entre parte das acções desenvolvidas, as quais, se devidamente articuladas, poderiam proporcionar maiores sinergias, diminuição de custos e melhores

resultados no que se refere à LP (é fácil de verificar que existem diferenças de filosofia, de estratégia, de método, de recursos, de enquadramentos, relativamente à LP em Timor-Leste, nomeadamente de entidades como o IPAD, o IC (Instituto Camões), a EPD (Escola Portuguesa de Díli), para referir apenas alguns dos actores envolvidos. Esta falta de coordenação e articulação institucional, que deveria ser salvaguardada ao nível mais elevado da CP, parece existir também em Timor-Leste, ou reflectir-se lá, dada a multiplicidade de interlocutores e intervenientes, com os quais é necessário contactar e articular a nível local, tendo em vista a concretização do PRLP.

Coordenação/accompanhamento/supervisão do Projecto

As condições de implementação inicial do Projecto no terreno dificultaram, sem dúvida, a coordenação/accompanhamento/supervisão do mesmo, sobretudo em termos científicos e pedagógicos, acabando os professores por trabalhar em situações de grande isolamento e autogestão, mais ou menos partilhada e colaborativa entre os mesmos e a coordenação operacional. Por outro lado, o peso da gestão de recursos logísticos, as dificuldades de comunicação e isolamento dos professores cooperantes, as circunstâncias em que estes trabalhavam parecem ter contribuído para uma certa ausência do “sentido de escola”, agravada pelo facto de, com alguma frequência, não existirem salas de ensino/formação adstritas ao Projecto e terem as mesmas de ser como que “mendigadas” pelos professores cooperantes nas localidades onde trabalhavam. A esta ausência de “sentido de escola”, para que os professores não tinham sido formados e que ali encontravam, acresce o facto de a estrutura em que se encontravam inseridos não ser, de facto, uma escola e configurar mais uma entidade organizacional de natureza administrativa, não obstante os esforços e recursos proporcionados pela Embaixada e a coordenação operacional desenvolvida.

Comunicação, circulação de informação e procedimentos administrativos

O esforço de alterar e melhorar a situação acabada de referir e dar mais sustentabilidade científica e pedagógica às actividades que vinham sendo desenvolvidas, ao mesmo tempo que se perspectivavam novas mudanças, sem que fossem sempre claros os pressupostos que lhes estavam subjacentes bem como o sentido das mesmas, terão contribuído para dificultar a comunicação e a circulação entre os diversos intervenientes, situação que emerge a partir de 2008.

Para tal, parece ter contribuído, em parte, a paragem dos cursos de “Bacharelato Nocturno”, sem que os destinatários e/ou intervenientes no mesmo tenham percebido bem a origem e o sentido de tal decisão, facto agravado com a demora na emissão de certificados relativos a estas formações e no protelar da continuação das mesmas. Para dificultar a comunicação e a circulação de informação referidas e o mal-estar surgido, contribuiu ainda o modo como foi delineada e implementada a estratégia de intervenção a partir de 2008. A estratégia delineada a partir deste ano passou também por alterações ao nível das estruturas

organizacionais da coordenação, acompanhamento e supervisão pedagógica, dando origem a um novo quadro de estruturas e funções, nomeadamente pedagógicas, que não terão sido sempre bem compreendidas ou explicitadas junto dos professores que estavam no terreno e se sentiram como que marginalizados face a outros que, mais jovens, com formações diferentes, sem experiência de terreno e seleccionados/recrutados de modo diferente, vinham agora exercer também funções de supervisão, anteriormente não existentes.

Contraparte

O facto de a coordenação operacional e pedagógica do Projecto estar localizada na Embaixada, e não no Ministério da Educação, contribuiu para a construção da ideia de que o *Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa*, não obstante o enquadramento constitucional dos seus objectivos, não tinha sido apropriado por Timor-Leste, aparecendo antes como um Projecto da Embaixada ou da Cooperação Portuguesa. Esta ideia é reforçada por um certo desconhecimento ou pouca visibilidade do Projecto em certos sectores de Timor-Leste (alguns dos entrevistados referiram que o mesmo deveria ser melhor conhecido em alguns serviços ou sectores do próprio ME) e à quantidade de tarefas que o coordenador do Projecto e os professores cooperantes têm assumido ao longo do tempo com diferentes entidades para a sua implementação.

Falta, na relação com a contraparte, o delinear de uma estratégia conjunta que leve à sua execução de forma consequente e que crie nos destinatários, designadamente nos professores timorenses, um horizonte de expectativas que seja confirmado em termos de formação e de carreira.

Recrutamento e selecção dos agentes da cooperação (docentes portugueses)

Outro ponto que merece particular apreciação é o recrutamento e selecção dos agentes da cooperação, dada a grande diferença entre a formação inicial recebida nas instituições portuguesas (orientada primordialmente para a realidade portuguesa e para o ensino do Português como Língua Materna) e as realidades que vão encontrar em Timor-Leste, nomeadamente ao nível linguístico e etnolinguístico, práticas sociais e culturais, públicos diferenciados. Neste sentido, será fundamental uma preparação adequada para aquele contexto que inclua, nomeadamente, o estudo das características linguísticas do Tétum e desejavelmente algum nível de aprendizagem da língua, o ensino do Português como língua não materna, o estudo da cultura timorense, a preparação para trabalhar com públicos diferenciados, a aprendizagem e ensino da língua para fins também diferenciados, tanto em contextos escolares como não escolares. Esta formação deve ocorrer em Portugal e em Timor-Leste.

Além disso, de acordo com alguns dos professores cooperantes entrevistados, a existência de duas modalidades diferentes de recrutamento, implementada após 2008, em vez de contribuir para criar um “sentido de escola” e de corpo docente favoreceu a existência de

clivagens entre grupos diferentes, para o que terá contribuído também a falta de comunicação e circulação da informação, já referida.

Formação dirigida aos agentes da cooperação (docentes portugueses)

Do que acabou de ser evidenciado no ponto anterior, em relação ao recrutamento e selecção dos docentes portugueses do PRLP, resulta que a vertente de formação dirigida a estes docentes, com o objectivo de os preparar para as funções que eram chamados a desempenhar, não foi assegurada, de um modo geral, ao longo do percurso. Desde logo, a reorientação ocorrida entre a primeira e a segunda fase, com a passagem da leccionação directa aos alunos para a formação dirigida aos professores, não foi acompanhada de formação implicada pela mudança de público-alvo, que passou a deter características e funções substancialmente diferentes. Registe-se, no entanto, que esta preocupação com a formação a proporcionar aos docentes do PRLP já emerge na terceira fase, tendo existido algumas acções asseguradas pela ESE-IPP e que já incidiram sobre alguns dos domínios referidos (conhecimento das características do Tétum e da realidade e cultura timorense, em relação aos novos docentes, aprofundamento de áreas de Linguística e de Literatura, bem como de Didáctica). No entanto, esta formação, conforme pudemos apreender nas entrevistas em TL, é ainda referida como diminuta e nem sempre centrada em aspectos cruciais da acção desenvolvida pelos docentes.

Em relação à formação, podemos apontar um rumo segundo uma perspectiva alargada, que não se restrinja a algumas acções pontuais de formação, mas que transforme o PRLP/PCLP numa “escola” de Português e de formação pedagógica, no contexto de TL, assente na auto-formação, na reflexão conjunta e partilha de materiais, no desenvolvimento de investigação. Estas vertentes, embora, por vezes, emirjam em alguma medida, ainda não se encontram afirmadas como dimensões relevantes do Projecto. Por exemplo, muita da formação relativa à adequação da acção a desenvolver à realidade de TL é ainda passada entre colegas, dos mais velhos para os mais novos, sem que se encontre reflectida e sistematizada em documentos do próprio Projecto. Do mesmo modo, embora se tenha assistido nos últimos anos, à preocupação com a constituição de dossiês com os materiais de formação utilizados pelos docentes, falta um trabalho de análise, reflexão e reelaboração desses materiais, com vista a poderem ser utilizados enquanto materiais do Projecto. Também em relação à investigação, as iniciativas de que tivemos conhecimento têm sido sobretudo individuais e não enquadradas no Projecto ou cujo enquadramento pode ser reforçado.³⁷

³⁷ Entre essas iniciativas, encontram-se a elaboração de dissertações de mestrado, tendo a equipa tido acesso às teses de Almeida (2008) e de Lourenço (2008), dissertações de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa, Área de Especialização em Metodologia do Ensino de Português Língua Estrangeira / Língua Segunda, apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A necessidade de formação e de investigação é extremamente relevante, num contexto em que os estudos elaborados ou apoiados por organismos internacionais, como o EGRA,³⁸ vão apontando desafios, com vista a encontrar estratégias que permitam a TL alcançar níveis de desempenho, designadamente nos domínios da educação e da literacia, cada vez mais exigentes porque inseridos num contexto mundial. Esses estudos apontam novos domínios (com relevo, no estudo referido, para a aprendizagem da leitura e da escrita) em que os docentes portugueses deverão estar aptos a trabalhar com os docentes timorenses.

O facto de o Projecto contar com a assessoria científico-pedagógica de uma instituição de ensino superior ligada à formação de professores apresenta potencialidades também em relação a este domínio de desenvolvimento de investigação e de elaboração de materiais didácticos que apoiem a acção desenvolvida pelos docentes portugueses nos diferentes sectores, desde a formação de professores até ao público em geral, passando pelas línguas da especialidade em áreas como a administração, a gestão ou a justiça. Deste modo, os estudos e os materiais disponibilizados sustentarão a passagem de conhecimentos entre os docentes, formando uma —esola”, de uma forma mais sustentada do que as —dicas” entre colegas.

Orientações metodológicas

A assunção desta vertente da formação permitiria, por outro lado, clarificar uma questão que tem vindo a emergir como problemática na comunicação dentro do Projecto: a questão da metodologia a adoptar no ensino do Português no contexto de Timor-Leste. Referimos anteriormente o relatório da Prof.^a Elisa Sousa, no qual se caracteriza a estratégia adoptada nas fases anteriores como uma abordagem pela —entrada nas estruturas gramaticais”, ou seja, a metodologia adoptada baseava-se sobretudo no ensino das estruturas gramaticais do Português. Esta estratégia não conduziu ao desenvolvimento desejado da proficiência linguística e, em muitos casos, criou uma relação difícil dos formandos com a Língua Portuguesa, tida como muito complexa e —com muita gramática”, —muitos verbos”, como nos foi frequentemente referido. Com vista a alcançar os resultados desejados no domínio da proficiência linguística, a assessoria pedagógica alterou a orientação metodológica a seguir, centrando-a nas competências de compreensão e expressão, procurando assegurar a presença das competências de oralidade.

Esta reorientação implicou a dinamização de actividades de ensino-aprendizagem de carácter diferente das que habitualmente eram realizadas. Em confronto com a —maneira de fazer” até aí dominante, surgiram reacções e representações das novas actividades propostas como correspondendo a metodologias importadas do ensino (desenvolvimento de competências) da língua materna e, por isso, inadequadas ao contexto em que iriam ser implementadas e aos destinatários com quem iriam ser desenvolvidas. Esses destinatários eram maioritariamente constituídos por adultos (professores e outros) e que passariam a ser

³⁸ Banco Mundial (2009) *Análise da Aquisição de Leitura nos Primeiros Anos de Escolaridade (An Analysis of Early Grade Reading Acquisition)*

trataados como crianças”, o que é tomado como desrespeitoso na sociedade timorense. Algumas ocorrências deste tipo de reacções foram-nos referidas quer por docentes portugueses, quer por professores, quer mesmo por directores regionais. Em si, estas referências revelam a emergência de uma situação problemática, cuja origem pode ser procurada na inadequação de algumas actividades, na forma como foram colocadas em prática, ou na apreensão incorrecta da nova orientação. Para prevenir este problema, teria sido necessário assegurar uma apreensão adequada dessa orientação metodológica, o que poderia ter sido feito por meio de formação e de documentos explicitadores.

Apesar de, de uma forma generalizada, a existência de programas para as diversas actividades e cursos ser reconhecida como positiva pelos docentes que os operacionalizam, estes docentes referem a falta de orientações metodológicas mais específicas quanto à forma de os implementar.

A necessidade de orientação metodológica nota-se ainda pela vinda à superfície de incertezas quanto às actividades a dinamizar, sobretudo por parte dos docentes que estão em Timor-Leste há menos tempo e que, perante a “questão metodológica” que dividiu intervenientes, se sentem inseguros quanto aos rumos a seguir. O facto de a questão ainda persistir revela que a coordenação pedagógica intermédia ainda não logrou desenvolver a acção de apoio e securização necessária, porventura, pelo facto de a vertente de “supervisão” se ter sobreposto na forma como foram vistos pelos docentes. Para que essa acção possa ser desenvolvida, será necessário reforçar a formação, de forma a desfazer equívocos e a ultrapassar apreensões divergentes quanto ao alcance e às potencialidades da orientação metodológica e das actividades que lhes correspondem em situação de ensino-aprendizagem. Para isso, a própria coordenação pedagógica deverá ver reforçado o seu “saber”, a fim de ser reconhecido.

No caso da formação de professores, uma clarificação importante a realizar, para que não haja mal-entendidos perante os professores timorenses, será a vertente em que se está a trabalhar: se se trata da preparação de uma actividade que, por sua vez, os professores timorenses poderão replicar com as crianças, se uma actividade que lhes é directamente dirigida enquanto pessoas adultas e docentes. Os dois tipos poderão ter lugar (a primeira também como estratégia integrante da sua formação docente), mas será necessário criar representações claras nos professores portugueses e timorenses acerca do alcance e objectivos didácticos de cada actividade.

Sentido de plano/projecto articulado e avaliado

Referimo-nos já às diferentes fases do Projecto. Dos dados obtidos, resulta que nem todas as acções foram pensadas e desenvolvidas numa lógica de planificação, operacionalização e avaliação devidamente articuladas. Com efeito, um dos aspectos a registar é que, dos dados obtidos, resulta que nem sempre houve momentos de diagnóstico, que envolvessem os destinatários, relativo às necessidades de formação e/ou caracterização dos perfil dos

formandos, nomeadamente dos docentes. Neste aspecto, será fundamental proceder-se à identificação e caracterização dos docentes e das suas necessidades de formação, tendo em vista o que deles é esperado no sistema educativo.

A inexistência e/ou falta de visibilidade de uma avaliação institucional, do processo e dos resultados do Projecto, ao longo das fases anteriores, terá contribuído para a não identificação atempada de algumas fragilidades do Projecto. Todavia, como já referimos, é de registar que, ao longo do tempo, sobretudo a partir de 2006-2007, se caminhou para uma lógica de projecto, crescentemente articulado, em que matérias como objectivos a atingir, beneficiários, resultados esperados, indicadores, resultados conseguidos, passaram a ser enunciados de forma mais clara e explícita. Neste sentido, caminhou-se para uma cultura de avaliação que não existiu em fases anteriores do projecto.

4.2. ■ Relevância

Este critério permite apreciar em que medida a intervenção do Projecto é consistente e está adequada às reais necessidades existentes no sector educativo de Timor-Leste e à difusão/consolidação da Língua Portuguesa.

Relevância para Timor-Leste

Tratando-se de um Projecto, cujo âmbito de intervenção não se limita ao sistema educativo formal mas também a outros sectores e à sociedade timorense em geral, torna-se necessário atender à sua articulação com as políticas, estratégias e documentos orientadores relativos às necessidades da sociedade timorense.

A estratégia de desenvolvimento timorense assenta, globalmente, nos seguintes documentos:

- i) Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), que assenta em dois pilares essenciais: a erradicação da pobreza e a promoção do crescimento equilibrado e sustentável;
- ii) Programa de Estabilidade, destinado a promover as actividades de criação de emprego, boa governação e redução da pobreza, colocando em foco, de uma forma especial, as áreas da educação e da saúde;
- iii) Os Programas de Investimentos Sectoriais (PIS) ou, mais recentemente, os Planos Estratégicos nos diversos sectores, que estabelecem a ligação entre o PDN e a operacionalização do mesmo ao nível de cada ministério;
- iv) O documento Combate à Pobreza como Causa Nacional, elaborado pelo Governo em 2006, tendo em vista um desenvolvimento equilibrado e a redução da pobreza.

Os objectivos do PRLP enquadram-se no âmbito dos documentos orientadores das políticas de desenvolvimento social e educacional para a sociedade timorense, oficialmente

definidos, nomeadamente o PIS para o Sector da Educação e Formação, relativo ao período 2006-2010, no qual são enunciados os seguintes objectivos:

- *Conseguir o ensino primário universal, de acordo com o mandato da Constituição e com os convénios internacionais assinados, em particular os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para a educação.*

- *Desenvolver um ensino pós-primário, incluindo secundário, técnico-profissional e superior, de forma a preparar os cidadãos a tornarem-se produtivos e a darem resposta às necessidades da economia e da sociedade.*

- *Promover a alfabetização dos adultos de modo a assegurar as necessidades básicas de aprendizagem da população adulta.*

- *Garantir que o acesso e a participação no ensino, tanto formal como não formal, sejam equitativos e que englobem os grupos mais desfavorecidos, nomeadamente os pobres do meio rural, as mulheres e raparigas.*

De acordo com o PIS e visando a consecução destes objectivos, o Ministério da Educação formulou e adoptou uma Plataforma Política de Educação (PPE) a médio prazo (2004-2008), que estabelece uma visão, metas, objectivos e prioridades, tanto em termos gerais como para áreas específicas da educação, com base nos princípios e metas enunciados na Constituição, bem como no PDN, e em convénios internacionais relativos à educação, aos quais Timor-Leste aderiu.

No PIS, o Ministério da Educação enuncia como objectivos a médio prazo os seguintes:

- *Estabelecer uma política e um quadro legal e regulamentar apropriados para o sector da educação.*

- *Promover o ensino primário universal, com ênfase na melhoria da equidade, do acesso e da cobertura; melhoria dos resultados dos alunos e da qualidade global; redução dos abandonos escolares e reprovações.*

- *Acelerar a reintrodução efectiva do Português e do Tétum nas escolas.*

- *Racionalizar a oferta de ensino superior.*

- *Capacitar o Ministério no que se refere à gestão da educação e à prestação de serviços.*

(p. 30)

A opção de eleger o sistema educativo como um domínio estratégico de acção do PRLP mostra-se relevante e coerente com os princípios e linhas norteadoras que visam superar as necessidades da sociedade timorense, através da capacitação da mesma, com vista à construção do seu futuro. Além disso, por via directa e indirecta, permite actuar num sector que abrange uma parte significativa da sociedade, nomeadamente crianças e jovens.

O PRLP enquadra-se, pois, nas linhas orientadoras do sistema educativo timorense, nomeadamente a Constituição e a Lei de Bases da Educação (Lei n.º 14/2008, de 29 de Outubro), posteriormente aprovada, que reafirma e determina que as línguas de ensino do sistema educativo timorense são Tétum e o Português (artigo 8.º). É neste quadro orientador, que determina a relevância da Língua Portuguesa para a sociedade timorense, que tem

decorrido o PRLP e que têm sido operacionalizadas medidas que visam a consolidação da presença da Língua Portuguesa em Timor-Leste como língua oficial.

O PIS para o Sector da Educação e Formação, relativo ao período 2006-2010, dedica também particular atenção às questões da língua, nomeadamente quando se refere à necessidade de *–Acelerar a reintrodução efectiva do Português e do Tétum nas escolas–*. Também o PDN dedica atenção específica à questão das línguas de ensino, nomeadamente quando se refere: à Reintrodução do Português e do Tétum nas escolas; ao Incremento da qualidade de instrução, com atenção às necessidades da diversidade e mudança linguística.

Em relação à opção específica de dirigir a formação para os professores timorenses, ela é relevante, na medida em que: permite potenciar o papel dos professores timorenses na disseminação da Língua Portuguesa, de uma forma muito mais alargada do que se conseguiria através da leccionação directa por parte de professores portugueses; valoriza o papel dos professores timorenses na assunção e concretização das opções tomadas na Constituição e demais quadros orientadores da política educativa e linguística em TL; constitui uma rentabilização de recursos, dirigidos para a própria capacitação da sociedade timorense.

O PRLP tem incluído estratégias para produzir efeitos no desenvolvimento do sector da educação e beneficiários-alvo do país, embora com âmbitos e desenvolvimentos de natureza desigual. Como se referiu, o Projecto tem procurado atingir beneficiários diferentes e com necessidades também diferenciadas, nomeadamente alunos, docentes, funcionários públicos, população em geral. Qualquer um destes grupos poderá induzir efeitos subsequentes, embora diferentes. Existe, no Projecto, um claro desiderato de atingir toda a sociedade timorense, tanto através do sistema educativo formal como de outras formas de intervenção, que têm tido menor visibilidade, como é o caso da criação e dinamização de bibliotecas e ludotecas, da comunicação social e de formas diversificadas de educação não formal e intervenção cultural, nomeadamente desenvolvidas por comunidades e por ONG.

O PRLP tem procurado dar respostas a diferentes grupos-alvo cujas necessidades são diferenciadas, nomeadamente alunos, professores, funcionários, população em geral. Esta diversidade de destinatários levou o Projecto a procurar respostas adequadas aos diferentes grupos-alvo, nem sempre fáceis de operacionalizar, sobretudo quando a diversidade de situações foi acompanhada de constrangimentos ou factores desfavoráveis, tanto de natureza académica como de natureza pedagógica, institucional ou organizacional. Um aspecto a focar é que, nos documentos a que tivemos acesso, não são visíveis medidas específicas dirigidas ou orientadas no sentido da promoção da igualdade do género e capacitação das mulheres, um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio a que parte dos documentos já citados dão particular ênfase. Tenha-se, no entanto, em conta que a actuação no domínio da educação é susceptível de ter reflexos na questão da igualdade de género, designadamente na vertente dos docentes. Para além do facto de existir um número bastante superior de professores do género masculino, no Plano Estratégico para a Educação é afirmado que as professoras apresentam um nível de qualificação mais baixo. Por conseguinte, um dos desafios colocados

ao Projecto na sua actuação será o de não agravar mas, antes, contribuir para atenuar esta disparidade. Um dos objectivos do Plano Estratégico para a Educação é, aliás, o de aumentar o número de professoras no sistema de ensino. Deste objectivo esperam-se reflexos para a diminuição da violência nas escolas (dos professores em relação aos alunos) e para a existência de modelos sociais que incentivem as raparigas a prosseguir os seus estudos.

Ao longo das sucessivas fases do Projecto, houve mudanças na definição dos grupos-alvo prioritários. Estas mudanças indiciam, por um lado, o desiderato de atingir diferentes segmentos da sociedade timorense, nomeadamente alunos, professores, funcionários da Administração Pública, população em geral. Por outro lado, as mudanças ocorridas indicam também alterações na estratégia de implementação do Projecto e nas prioridades a seguir, nomeadamente face à amplitude do volume de destinatários e à limitação de recursos existentes.

É de registar o desejo de universalidade de destinatários do Projecto. Todavia, é de referir também que, tendo em conta as limitações de recursos e as condições de implementação, a universalidade de beneficiários não se conseguiu até à data e está ainda longe de ser atingida.

As opções tomadas, se devidamente implementadas, permitem perspectivar efeitos também noutros grupos, nomeadamente nos alunos e respectivas famílias, no caso do sistema educativo. No que se refere à Administração Pública, estes efeitos podem ser visíveis nos actos e procedimentos dos serviços da administração e nos efeitos dos mesmos junto dos utentes que a ela recorrem. Além disso, poderão ser também um importante reforço institucional para a Boa Governação, nas suas múltiplas dimensões, matéria que tem estado presente tanto nas preocupações de Timor-Leste como da CP.

Relevância para a Cooperação Portuguesa

Portugal tem como objectivo central da sua política de cooperação a redução da pobreza, sendo a educação uma área central nesse contexto. O documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” estabelece como uma das prioridades sectoriais a educação, nomeadamente no apoio à escolaridade básica, incluindo a alfabetização de adultos, promovendo assim a concretização do segundo Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Além disso, a promoção da qualidade da educação é uma condição essencial para a redução da pobreza, o que torna o PRLP relevante para a CP também por esta via.

De acordo com o PIC TL 2007-2010, as acções da Cooperação Portuguesa com Timor-Leste regem-se pelas orientações gerais da política externa portuguesa e vão ao encontro das linhas estratégicas de desenvolvimento estabelecidas pelo Governo timorense, também elas enquadradas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Tendo em conta as prioridades timorenses, a intervenção da CP passa pelo apoio à consolidação do quadro institucional timorense e pelo apoio aos esforços nacionais no combate à pobreza. Neste quadro, insere-se e merece particular atenção a consolidação da Língua Portuguesa, nas mais diversas áreas da sociedade timorense.

Em síntese, em relação ao critério de **relevância**, conclui-se que o Projecto está alinhado com as orientações do sistema educativo timorense e é coerente com as políticas de desenvolvimento do mesmo bem como da cooperação portuguesa. O Projecto tem incluído estratégias que visam dar resposta a diferentes grupos-alvo e produzir efeitos no sector educativo e na sociedade timorense. Dada a natureza e âmbito do Projecto e a inexistência de projectos similares comparáveis, não será legítimo falar de vantagens ou desvantagens comparativas do mesmo face a outros. Estamos perante um caso muito singular, em Timor-Leste e no Mundo.

4.3. ■ Eficácia

Este critério permite apreciar o grau de cumprimento dos objectivos específicos desta intervenção.

Acesso e utilização dos serviços/resultados do Projecto

O PRLP abrange actividades variadas, desde o Sistema Educativo, às Bibliotecas/Ludotecas, à Administração Pública, à Comunicação Social, à população, predominando significativamente as que se referem ao Sistema Educativo, em geral, e à formação de professores, em particular. Conforme previamente mencionado, os objectivos da fase inicial a que encontramos referência nos documentos foram estabelecidos em termos gerais, considerando a progressão da introdução da Língua Portuguesa como língua de ensino no sistema educativo, e não em termos intrínsecos, considerando a participação do público-alvo na formação e os níveis de competência a alcançar, em função do papel que se perspectivava atribuir aos professores timorenses.

Assim, tal como já expresso, enunciava-se, em 2003, o resultado esperado que todo o ensino primário fosse ministrado em Português, por professores timorenses, em 2005/2006.³⁹ A partir daí, a introdução far-se-ia nos níveis subsequentes, considerando a progressão na escolaridade, até se chegar ao final do secundário e alargamento às diversas disciplinas. Decorrente também desta progressão, perspectivava-se o ano de 2011/2012, para o ensino superior, como o ano em que o 1.º ano de todos os cursos da UNTL seria ministrado em Português.⁴⁰ Simultaneamente, era esperado que, ao longo de todo este período, fosse alargada a rede de bibliotecas (nomeadamente escolares), a formação de funcionários públicos, o apoio à produção e difusão em Língua Portuguesa na rádio, na televisão e na imprensa escrita, a par de acções diversas de promoção da Língua Portuguesa junto da população, em geral.

³⁹ Vide o doc. "Programa de intervenção da cooperação no sector da educação em Timor-Leste", datado de Maio de 2003, emanado do Ministério da Educação, GAERI.

⁴⁰ Vide o doc. "Estratégia para cooperação portuguesa", emitido pela Embaixada Portuguesa em 04.08.2006.

Ao longo dos anos da sua existência, o PRLP foi implementado de modo a abranger, com graus de penetração variados, os diferentes domínios que se propunha atingir. Neste sentido, estudantes, professores, funcionários públicos e população em geral tiveram acesso a acções de formação e a actividades várias que contribuíram para o contacto com a Língua Portuguesa e o desenvolvimento de competências nessa língua, em grau variável, segundo os públicos.

Grau de cumprimento dos objectivos específicos

Não tendo os objectivos do PRLP sido alvo de uma quantificação sistemática ao longo do tempo (encontramos previsões de metas para alguns anos, sobretudo para os últimos, a partir de 2007) é difícil precisar qual o grau exacto do seu cumprimento. Contudo, parece-nos importante ter em conta os seguintes dados (apurados através de documentos vários e das entrevistas e observação que fizemos):

— Na educação formal a maioria dos professores terá frequentado, ao longo dos anos, algum tipo de formação em LP.⁴¹ Contudo, 85% dos cerca de 12 mil professores não terá tido formação conducente a grau académico, tendo concluído, até ao momento, o bacharelato 1026 (cerca de 8%);⁴²

— Quanto às bibliotecas, estarão abertas 12 das 42 criadas. A questão, assim, não será apenas a de encontrar espaços e apetrechá-los com livros, mas também a de formar pessoal habilitado para dinamizar o seu funcionamento;

— Na comunicação social, o consumo da imprensa escrita é inferior a 1%,⁴³ sendo bem mais escasso o acesso à publicada em Língua Portuguesa. Registe-se que o *Diário* (maioritariamente em Tétum) oferece alguns artigos em português; o *Timor Post* (multilingue) dedica-lhe parte de uma página,⁴⁴ havendo apenas uma publicação – o *Semanário* – em Português. Este é objecto de aquisição e distribuição por parte da Cooperação Portuguesa, mas a sua visibilidade parece ser tão diminuta que dois dos nossos entrevistados timorenses (com elevadas responsabilidades no aparelho estatal) referiram pensar que o mesmo já não fosse publicado.

Na rádio, a percepção que obtivemos é a da reduzida audição e da escassa existência de programas em Português.

Quanto à televisão em LP, ela é reconhecida, mas pouco consumida. Alguns dos entrevistados timorenses afirmaram ver programas nesta língua como forma de melhorarem o seu domínio de Português. Contudo, revelou-se consensual que a televisão em língua

⁴¹ Nalguma das diferentes modalidades: Cursos de Nível 1, 2 ou 3, Preparação para o Bacharelato, Oficina de Língua ou Especialização, Curso Intensivo, etc.

⁴² Não tendo sido possível obter dados seguros sobre a extensão e a qualidade do domínio da Língua Portuguesa por parte dos docentes timorenses, apresentamos, a título indicativo, a estimativa de um conjunto de professores timorenses, alguns deles directores de escola e todos eles com um bom domínio da LP: 60 a 70% dos docentes fala português, mesmo que com variados domínios desta língua e em diferentes proporções conforme o grau de ensino (100% em Díli e entre 50% e 100% fora de Díli, no Ensino Primário; 75% no Ensino Pré-Secundário; 25% no Ensino Secundário).

⁴³ Dado fornecido por José Alberto de Sousa em entrevista à nossa equipa.

⁴⁴ Num dos exemplares que tivemos na mão até aconteceu que a página, apresentada como sendo em LP, era integralmente escrita em espanhol.

indonésia é bastante popular, levando muitas crianças a dominarem melhor esta língua do que a portuguesa, parecendo haver aqui um trabalho de fundo a ser feito com mais e melhores programas em Português, desde logo para o público infante-juvenil. É importante a criação de um contexto de utilização formal e informal da Língua Portuguesa, podendo a TV desempenhar aqui um papel fulcral.

Na administração pública a formação em LP tem sido feita quer directamente no INAP, quer em ministérios e outros organismos públicos. Contudo, foi-nos afirmado que será precisa mais formação, sendo um dos constrangimentos o da falta de espaços adequados para a realizar.⁴⁵ É de referir os vários exemplos que nos foram comunicados por entrevistados quanto ao previsível alargamento do contexto de utilização da LP nesta área, desde logo na Justiça e no Parlamento (com todos os documentos oficiais em LP).

Nível dos resultados alcançados

Não existe uma previsão de resultados a alcançar desde o início do Projecto, pelo que é difícil avaliar resultados alcançados, tendo como referência valores que tivessem sido previamente estabelecidos. Numa reflexão sobre este assunto, podemos considerar dois níveis de resultados:

- penetração da LP na sociedade timorense;
- resultados parcelares enunciados nos documentos de projecto a partir de 2007/2008, com indicadores específicos.

Os resultados alcançados em relação ao grau de penetração da LP na sociedade timorense, em geral, não são ainda os esperados ou os percebidos como desejáveis e satisfatórios pela generalidade dos interlocutores, participantes no Projecto, autoridades timorenses, pessoas em geral, quando se pronunciam acerca do grau de reintrodução/utilização do Português em TL (ainda que diferentes interlocutores apresentem níveis diferentes de expectativas iniciais e actuais e de ponderação da complexidade desse desafio). Existe uma melhoria no nível de utilização da Língua Portuguesa, tendo como referência o estudo da Direcção Nacional de Estatística referido e a percepção que nos foi transmitida de uma forma quase generalizada, pelas pessoas com quem contactámos. No entanto, o Português está longe de poder ser utilizado como língua de comunicação bilateral (ou sequer de compreensão) junto da maioria da população e está ainda ausente de contextos de uso em que seria expectável a sua utilização, enquanto língua oficial e língua de ensino.

No caso do ensino, a progressão na escolaridade dos alunos que iniciaram a sua instrução em Português poderia levar a pensar na sua utilização generalizada no ensino básico e secundário, na sala de aula. No entanto, em relação à comunicação linguística no processo de ensino-aprendizagem, a situação foi-nos descrita por muitos alunos e professores como correspondendo a uma “mistura”, ou seja, à utilização do Tétum, para a interacção professor-

⁴⁵ Por exemplo, o Director do INAP informou-nos que só tinha duas salas disponíveis para este efeito, o que considerava escasso.

aluno e aluno-aluno, à utilização do Português, com base nos materiais didácticos disponíveis, para a veiculação de conceitos, vertente em que ainda emerge, em muitos casos, o recurso ao Indonésio e o recurso ao Inglês, em níveis de escolaridade mais avançados, designadamente no ensino superior, por falta de domínio do Português também por parte dos professores.

A utilização do Português, no processo de ensino, fica assim muito delimitada no suporte e registo escrito, quer em papel, quer no quadro. Nas visitas que efectuámos às escolas, encontrámos esses registos em cartazes e nos cadernos dos alunos, sobretudo com apontamentos copiados do quadro. Em relação às competências linguísticas, pudemos observar que estudantes do 4.º ano conseguiam compreender os enunciados em Português que lhes dirigíamos, no contexto da visita à sala, conseguiam ler em voz alta textos em Português, mas muitos tinham dificuldade em expressar-se oralmente nesta língua, para além de os seus cadernos evidenciarem prática reduzida de expressão escrita em Português.

Existem nichos, como o sector da Justiça, em que já se deram passos mais consistentes e onde o Português assume um nível elevado de utilização. No entanto, alguns ministérios continuam a afixar normativos e a divulgar informação recorrendo às línguas de trabalho (sobretudo ao Inglês) e sem que o façam nas línguas oficiais ou, pelo menos, em Português.

Se a atenção for dirigida para resultados parcelares, de inscritos em cursos e funcionamento dos mesmos, os resultados poderão ser positivos. Mas, dado o conjunto de constrangimentos, a quantidade de cursos ministrados não tem tido consequência na qualidade de resultados em termos de aprendizagem.

Da parte da gestão do Projecto, faltou na primeira e na segunda fase um plano orientador discriminado quanto a resultados previstos e alcançados. Perante a congruência com o objectivo de reintrodução da LP, verificava-se a vontade de colmatar as diferentes necessidades e solicitações à medida que iam surgindo, mas faltou uma linha orientadora e estruturada, o que afecta a evidência dos resultados.

Não há intervenções similares a decorrer no país, no mesmo período, dirigidos para os mesmos resultados, uma vez que o PRLP/PCLP tem características que não são encontradas em nenhum dos projectos actualmente em vigor em TL, quer em termos de objectivos, quer em termos de amplitude dada à LP.

Constrangimentos

A acção do PRLP/PCLP realizou-se num pano de fundo de constrangimentos de várias ordens. Um dos principais remete para a tensão sempre presente entre a decisão política (inserida na Constituição) de declarar o Português como língua oficial e o reduzido – embora em fase de expansão – contexto da sua utilização. É notória, a este respeito, a percepção que obtivemos de que muitas crianças só têm contacto com a LP na sala de aula, acontecendo que, mesmo aqui, como mencionámos, é utilizado o Tétum (ou outra língua localmente dominante) entre elas e pelos professores, sempre que estes entendem ser necessário traduzir

o Português para a linguagem corrente. No recreio, na rua, na televisão ou em casa o Português é ainda pouco usado.

Outro dos constrangimentos é a escassez de material didáctico em Português, o que só recentemente parece estar a mudar. No caso dos manuais escolares, subsiste ainda o problema adicional da sua não distribuição, em muitos casos com o argumento de que não há para todos ou de que se poderão estragar.

A não entrega (pelo menos atempada) dos certificados de formação em LP por parte das autoridades envolvidas (incluindo, naturalmente, as timorenses) constitui um factor de alguma perplexidade e desmotivação, que nos foi testemunhada por muitos entrevistados. Estes aduziram ainda a mudança de regras e o não saberem quando serão chamados para formação posterior (incluindo o bacharelato) como factor adicional de preocupação.⁴⁶

A, em geral reduzida, equipa de coordenação local do PRLP/PCLP tem constituído outro factor condicionante, impedindo, por exemplo, uma mais sistemática deslocação aos distritos⁴⁷ ou uma maior participação em reuniões de organismos internacionais, nas quais é importante marcar presença.⁴⁸

Outro constrangimento remete para o facto de, inicialmente, a acção do PRLP se ter feito sentir através do apoio de docentes portugueses nos Distritos e Subdistritos, tendo esta distribuição geográfica vindo a reduzir-se, com o apoio posterior apenas nas capitais de Distrito.⁴⁹

Naturalmente, ao longo do percurso temporal do PRLP, registaram-se sobressaltos não controláveis e de mais variada natureza. É o caso da crise de 2006, que produziu efeitos nesse ano e no seguinte, incluindo, por exemplo, a suspensão do funcionamento da própria Escola Portuguesa de Díli.

Em síntese, considerando os constrangimentos identificados, damos relevo aos seguintes aspectos:

- a) É notório, por um lado, o esforço do PRLP/PCLP, que se traduziu no significativo leque de actividades realizadas em todos os domínios (educação formal e não formal, administração pública, bibliotecas/ludotecas, comunicação social, população, em geral),
- b) Há sinais de alargamento do contexto de utilização da Língua Portuguesa, com previsíveis efeitos sinérgicos quanto à necessidade da sua aprendizagem;
- c) Ficou-se, no entanto, aquém do expectável, nomeadamente tendo em conta que, ao fim de uma década, só cerca de 10% dos professores em serviço sem qualificação profissional a

⁴⁶ Nalguns casos conversámos com docentes que tinham feito há anos a formação nos vários níveis, não entendendo o critério de selecção para a formação seguinte nem a ausência de um horizonte temporal para a mesma. Vários docentes portugueses também nos referiram este aspecto, salientando que muitas vezes eles é que “davam a cara” e que prestavam informações que depois não se revelavam correctas.

⁴⁷ Aspecto salientado por muitos docentes.

⁴⁸ No Banco Mundial, por exemplo, foi-nos referida a ausência da parte portuguesa nas últimas reuniões.

⁴⁹ Actualmente, não haverá sequer docentes portugueses em todas as capitais de Distrito, o que parece configurar-se como uma situação transitória, a que não será alheia a recente descoincidência entre os anos lectivos português e timorense.

obteve, no âmbito dos programas com intervenção do PRLP (designadamente por meio do "Bacharelato Nocturno"), que há ainda poucas bibliotecas em funcionamento, que a comunicação social em LP necessita de uma "revolução" e que a formação na administração pública e a oferta junto da população são ainda insuficientes.⁵⁰

4.4. ■ Eficiência

Neste critério é feita a avaliação se os recursos utilizados pelo PRLP foram os mais adequados, tendo em conta as condições locais e os resultados alcançados. Não foi possível avaliar se os recursos foram utilizados ao menor custo. Esta limitação tem como base duas razões principais: por um lado a ausência de uma lógica de planificação, registo e sistematização de dados em relação às actividades do Projecto, para os primeiros anos do período em avaliação; por outro lado, a ausência de projectos semelhantes, ou que possam ser tomados como referência, não permite a comparação dos gastos no sentido de avaliar se os valores aplicados ficaram próximos ou não de outros valores, tomados como medida. De qualquer modo, uma parte substancial dos custos, a respeitante aos vencimentos dos professores portugueses, resulta de uma tabela salarial não definida independentemente pelo Projecto, pelo que a relação custos/resultados (benefícios) não poderá ser vista apenas na perspectiva de abaixamento dos primeiros, mas na perspectiva do aproveitamento das potencialidades dos recursos disponíveis para alcançar os resultados.

Qualidade da gestão

— Disponibilidade de meios/ recursos

Recursos humanos

O Projecto contou com um número de professores portugueses que variou entre 97 e 136 no período de 2003 a 2009. A gestão de recursos humanos constitui uma questão da maior importância, nomeadamente num contexto como o de Timor-Leste em que existe uma dispersão geográfica elevada e onde o isolamento, conjugado com as dificuldades de deslocação, é factor que pode influenciar negativamente o desempenho. Saliente-se que, de uma forma praticamente generalizada, foi ressaltado o esforço e empenho por parte da coordenação na procura de solução para os problemas apresentados pelos intervenientes.

No âmbito da gestão dos recursos humanos, a coordenação tem-se debatido, em alguns momentos, com dificuldades de meios humanos, uma vez que os pedidos das autoridades timorenses têm sido superiores à disponibilidade de recrutamento em Portugal.

Os RH recrutados têm a característica de serem maioritariamente professores recém-formados, sem vínculo ao Ministério da Educação e, em muitos casos, com a expectativa

⁵⁰ Note-se que não encontramos dados que nos permitam traçar um quadro fiel no que respeita à evolução das actividades do PRLP de acordo, por exemplo, com as pertenças de género ou de etnia.

fundamental de conseguirem tempo de serviço. Numa 1.^a fase, foram recrutados licenciados em ensino de língua portuguesa, licenciados em ensino do 1.º ciclo e educação de infância; numa 2.^a fase, licenciados em Português e numa língua estrangeira. Em 2009, surgem também professores formados em áreas como Educação Visual, Educação Física, etc., estando estes vocacionados para o ensino na formação de professores das “séries iniciais”, nos cursos ministrados na UNTL. Alguns destes professores já estão no terreno há mais de 6 anos.

A gestão de RH foi sobretudo uma gestão administrativa, logística. Nos primeiros anos em análise, a gestão era pouco focalizada em aspectos pedagógicos. Na última fase do período em avaliação, pretendeu-se implementar também uma gestão de carácter pedagógico pela criação de mecanismos de supervisão, a qual, no entanto, encontrou dificuldades na sua implementação, para as quais contribuíram problemas de comunicação.

Para além dos professores recrutados em Portugal, o PRLP incluiu também, desde a fase inicial do período em avaliação, a participação de professores timorenses, enquanto formadores. Numa perspectiva de custos, esta participação permitiu potenciar resultados, com o mesmo nível de recursos financeiros, para além de, numa perspectiva de apropriação do Projecto por parte de TL, ter permitido a capacitação de recursos humanos timorenses.

Recursos materiais

Os recursos materiais (viaturas, instalações, etc.) têm vindo a ser ajustados às necessidades do Projecto. Verifica-se uma evolução positiva na disponibilização e uso dos mesmos, embora o acesso seja diferente quando comparamos Díli com os restantes distritos. Na maioria dos distritos, as viaturas precisam de ser substituídas devido à antiguidade e estado das mesmas. O acesso a fotocópias e impressões, por vezes, é dificultado por avaria do equipamento. No entanto, tal como referido, foi-nos salientado o esforço da coordenação do Projecto para assegurar os recursos necessários e uma melhoria na rapidez da resolução destas questões.

Na generalidade, a habitação não foi apontada como um entrave. No entanto, existem situações que precisam de ser revistas, nomeadamente a segurança da construção em determinados distritos.

No período em análise, verificou-se uma evolução positiva na produção e disponibilização de materiais didácticos. Contudo, muitos (incluindo docentes portugueses e timorenses) referiram ainda a sua insuficiência e algum desperdício de sinergias, uma vez que não é feita uma avaliação de materiais já preparados nos anos anteriores e a difusão estratégica e sistemática dos materiais considerados melhores. Por outro lado, em relação aos materiais didácticos, subsiste ainda a necessidade da sua adequação ao contexto timorense, ou seja, a necessidade de produzir textos, imagens, fotografias, etc. sobre a cultura e realidade de Timor-Leste.

Seria também desejável a existência de alguns recursos de apoio à projecção de filmes e instalações para actividades diversas. Por outro lado, em locais fora de Díli, sente-se a

necessidade de existência de recursos de apoio à projecção de filmes e de dinamização por parte dos docentes de actividades diversas de cariz cultural. Nestes casos, não sendo possível disponibilizar, em todos os locais, os recursos desejáveis, a resposta deverá ser encontrada através da sua circulação coordenada. É igualmente importante cultivar no corpo docente timorense o hábito de utilização dos materiais didácticos, ainda que possam ficar danificados, pois o uso constitui precisamente condição para a realização da sua função. Um passo nesse sentido foi já dado com a formação (curso intensivo) que incidiu sobre a utilização dos manuais escolares — “Θ manual escolar em língua portuguesa na sala de aula” — ocorrida já em 2010 (Abril).

Em termos gerais, o Projecto não dispõe de um suporte estatístico, sendo difícil a gestão da informação. No período em análise, apenas tivemos acesso a um relatório extensivo, com tratamento aprofundado dos dados, respeitante ao ano lectivo de 2007/2008.

Recursos Financeiros

O Projecto é totalmente financiado pelo IPAD. Em relação à disponibilização dos recursos financeiros, não nos foram referidos problemas quanto à sua disponibilização atempada para implementar as actividades. Os problemas referidos dizem sobretudo respeito ao tempo de resposta e ao grau de autonomia concedida para a gestão de recursos patrimoniais (designadamente a aquisição ou abate de equipamento).

Os fundos utilizados estão descritos no quadro abaixo:

Quadro 10
Recursos financeiros

| | | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | Total |
|---|---|---------|------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------------|
| Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa | Reintrodução da Língua Portuguesa como língua oficial do país a par do Tétum. Formação de professores portugueses em língua portuguesa. Leccionação nas escolas do país | 5711892 | nd | 1623922 | 2464248 | 2232273 | 5086559 | 4984728 | 5459187 | 27562809 |

Unidade: euros
Fonte: IPAD (2010)

Os fundos explicitados no quadro (em que não se incluem elementos relativos ao ano de 2003) mostram que de 2002 a 2009 o investimento com o PRLP foi superior a 27.562.809 euros, tendo-se situado em diversos anos, designadamente nos últimos, em torno dos 5 milhões de euros por ano. Analisando os últimos 3 anos do Projecto e comparando com o apoio total de Portugal para o sector da educação de Timor-Leste percebemos que o PRLP (referido na rubrica 11130 – Formação de professores) representa 45% do apoio a este sector.

Quadro 11
 Recursos financeiros – Sector da Educação

| | 2007 | 2008 | 2009 | Total | |
|--|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|------------|
| 111 - Educação, nível não especificado | 5282291 | 5095913 | 5611168 | 15989372 | |
| 11110 - Política educacional e gestão administrativa | 24714 | 70343 | 2136889 | 2231946 | 8% |
| 11120 - Equipamento escolar e formação | 171018 | 40842 | 65505 | 277365 | 15 |
| 11130 - Formação de professores | 5086559 | 4987228 | 3408774 | 13480061 | 45% |
| 112 - Educação básica | 2501510 | 1609699 | 20311281 | 6142490 | 21% |
| 11220 – Educação primária | 2501510 | 1609699 | 20311281 | 6142490 | 21% |
| 113 - Educação secundária | 0 | 26557 | 24726 | 51283 | 0% |
| 11320 - Educação secundária | 0 | 22000 | 24726 | 46726 | 0% |
| 11330 - Formação profissional | 0 | 4557 | 0 | 4557 | 0% |
| 114 - Educação pós-secundária | 2472938 | 2682713 | 2345465 | 7501116 | 25% |
| 11420 - Ensino superior | 2472938 | 2682713 | 2345465 | 7501116 | 25% |
| Totais | 10256739 | 9414882 | 10012640 | 29684261 | |

Unidade: euros
 Fonte: IPAD (2010)

Na documentação consultada, com excepção dos dados globais obtidos junto do IPAD, a informação financeira não estava organizada nem sintetizada, sendo difícil a sua avaliação. Esta situação refere-se particularmente ao período de 2003-2007.

Não está disponível uma afectação de verbas realizadas no momento da definição e programação de actividades. Não é possível verificar se se registou qualquer derrapagem orçamental ou atraso de implementação de actividades, por dificuldades financeiras do Projecto. De qualquer modo, não nos foram indicadas, para os outros períodos, razões financeiras por parte do Projecto para o não cumprimento de prazos e metas definidos nos documentos de planificação.

Os recursos têm sido geridos localmente, no entanto, não foi fácil aceder a dados financeiros organizados e compilados, para todo o período em análise. Apresenta-se uma descrição detalhada das despesas do PRLP para o ano de 2007, data a partir da qual é possível encontrar informação mais completa.

Quadro 12
 Despesas relativas ao PRLP em 2007

| Natureza de Encargos | Unidade Monetária Euros |
|--|----------------------------|
| 1. Encargos agentes da cooperação | |
| Complementos mensais | 1.132.683,84 |
| Duodécimos férias e natal | 221.563,97 |
| Despesas médicas | 4.920,00 |
| Viagens e excesso de bagagem | 281.900,00 |
| Prémios de seguro | 103.708,08 |
| Subsídio de Embarque | 9.500,00 |
| | 1.754.275,89 |
| 2. Encargos de logística* | |
| | 855.813,38 |
| 3. Outros Encargos | |
| Formadores Timorenses | 90.083,33 |
| Contentor | 7.000,00 |
| Biblioteca, Rádio, jornal | 54.050,00 |
| | 151.133,32 |
| 4. Transferência Ministério da Educação | |
| Vencimentos | 1.807.888,71 |
| Subs. Férias | 153.055,03 |
| Duodécimos de Natal | 153.055,04 |
| Protecção Social | 204.369,66 |
| | 2.318.368,44 |
| TOTAL | 5.079.591,03 |

Fonte: IPAD (2007)

*Inclui: Combustíveis e lubrificantes; Comunicações; Material de escritório; Outros bens; Outros Serviços; Conservação de bens; Higiene a Limpeza; Encargos com instalações; Transportes; Encargos financeiros; Alojamento de professores.

No período mais recente, tivemos conhecimento de terem ocorrido auditorias às contas do PRLP, nomeadamente para 2008 e 2009 (o relatório referente a 2009 não estava ainda concluído à data de elaboração desta avaliação). Estas auditorias tiveram como objectivo a verificação e análise dos comprovativos de despesa do PRLP, incluindo análise às contas bancárias e apuramento dos desvios entre os valores orçamentados e os valores executados. Este é um procedimento positivo para a avaliação da execução orçamental, no entanto os resultados da auditoria são divulgados com algum desfasamento temporal, o que poderá dificultar a tomada de decisões tempestivas relativamente aos resultados das auditorias.

— Implementação das actividades

Pelos documentos a que tivemos acesso, só a partir de 2007/2008 é que o Projecto teve um plano de trabalho definido para as diferentes actividades. Na gestão da implementação, têm-se colocado um conjunto de constrangimentos, nomeadamente atrasos no início das actividades (provocados, por exemplo, pela alteração do calendário escolar); dificuldades na angariação de formandos (sobretudo na fase final do Projecto e fora de Díli); falta de salas que condicionou a não abertura de vários cursos para a administração pública (em 2006, 2007 e 2008); instalações precárias nos distritos, a falta de orçamento por parte do INFPC para pagamento aos formandos, o que condicionou a abertura de algumas turmas do nível de bacharelato (BN), em 2008 e 2009. Várias bibliotecas foram abertas, mas faltou a sua dinamização e acabaram por fechar enquanto tal. O perfil dos agentes da cooperação nem sempre está ajustado à realização de algumas actividades lúdicas e culturais, nomeadamente por desconhecimento da cultura timorense.

Os professores poderiam ter um papel mais activo em relação a um conjunto de actividades de cariz cultural, susceptíveis de contribuir para a difusão do Português, por exemplo, dinamizando a comunidade com grupos de teatro, iniciativas dirigidas para o fomento da leitura, etc., de forma a cultivar o gosto e o hábito pela utilização do livro, com reflexos nos níveis de literacia, na educação cívica e no contacto com a LP.

— Contribuição/ envolvimento dos parceiros

A ligação às estruturas governativas é um ponto-chave para o sucesso do Projecto. Este envolvimento tem ocorrido, nomeadamente com o Ministério da Educação de TL, embora seja desejável um reforço, nomeadamente com um assessor português junto deste Ministério, que poderia facilitar a articulação de objectivos e actividades. Seria também importante existir envolvimento de organismos do Ministério da Educação, nomeadamente da Inspeção. O envolvimento de outros parceiros é muito reduzido, nomeadamente da parte timorense.

A cooperação brasileira partilha muitos dos objectivos do Projecto, existindo complementaridade entre a cooperação desenvolvida pelos dois países, designadamente no domínio da formação de professores. Como foi referido, está a cargo dos professores brasileiros a leccionação nos bacharelatos das matérias científicas, como Biologia, Física, Química, etc., enquanto o PRLP/PCLP assegura o ensino da Língua Portuguesa e a formação no domínio pedagógico-didáctico. No entanto, não tem existido a articulação efectiva e contínua com a cooperação brasileira, a acompanhar o processo formativo de cada turma ou actividade.

Adequação do nível de alcance dos resultados

Os resultados alcançados ainda não satisfazem as exigências de uma língua oficial e de instrução, na medida em que não se verifica uma utilização sistemática da LP na administração pública, nem uma sua utilização consistente nas escolas, nem o seu uso fluente na

comunicação social. Por conseguinte, o nível de alcance dos resultados não é o adequado. É necessário redefinir objectivos, especificar resultados a alcançar em cada actividade e monitorizar o seu contributo para o objectivo geral de reforçar a penetração da Língua Portuguesa na sociedade timorense. Salvaguardamos, no entanto, face aos constrangimentos identificados, que o alcance dos resultados não depende unicamente da boa execução do Projecto.

Factores inibidores do alcance dos resultados

Foram encontrados vários factores inibidores do alcance dos resultados:

- Elevada percentagem de professores timorenses sem formação académica adequada — ainda que estes números não sejam rigorosos, aponta-se que cerca de 90% dos professores que começaram a leccionar em 2000 não tinham formação de nível superior; actualmente estima-se que cerca de 85% dos professores no sistema ainda não a possuam, sendo que alguns não têm sequer equivalência ao ensino secundário;
- Horários sobrepostos — os primeiros cursos efectuados para a administração pública ocorreram no local de trabalho dos funcionários o que condicionou fortemente o seu aproveitamento; os formandos eram solicitados para a resolução de questões profissionais, no horário da formação, impedindo a presença em sala;
- Dificuldades de acesso dos formandos nos distritos — devido à falta de uma boa rede de transportes e vias de acesso. Na maioria dos distritos, o acesso às capitais dos subdistritos e às capitais de distrito é por vezes muito difícil, acrescido das condições climáticas agrestes como chuva e percursos acidentados (montanha); muitos dos formandos, professores timorenses, tinham de caminhar horas até ao local onde decorria a aula; não estando fisicamente em condições que favorecessem a aprendizagem; nos últimos anos do Projecto, esta situação foi agravada, pois os professores portugueses deixaram de se deslocar aos subdistritos e passou apenas a haver oferta formativa nas capitais dos distritos.
- Falta de recursos materiais — o efeito de cascata que se pretendia na aprendizagem da LP enfrentou sérias dificuldades, designadamente a falta de recursos materiais que os docentes timorenses têm nas suas escolas para ensinarem a LP e para prepararem e leccionarem as suas aulas nesta língua (a publicação e distribuição dos manuais para o ensino primário em Português tem vindo a colmatar esta dificuldade; no entanto, o problema é extensivo aos outros níveis de ensino);
- Dificuldade de espaços físicos adequados para as aulas — por exemplo, a falta de salas condicionou a realização de cursos no INAP dirigidos aos funcionários públicos;
- Oferta reduzida de programas em LP na comunicação social — os programas emitidos em Português pela TVTL são em número reduzido e desadequados ao público, tendo uma baixa audiência. Quanto à imprensa escrita, apenas o jornal *Semanário* é escrito em Português, mas tem uma tiragem reduzida e é lido maioritariamente pela comunidade

portuguesa. Os dois jornais mais lidos pelos timorenses não são em Português, tendo apenas um deles uma página escrita em LP (*Timor Post*).

- Falta de cultura de utilização do livro — o que leva a que muitos livros estejam nas escolas sem serem utilizados;
- Desmotivação dos formandos — nos últimos anos do Projecto, tem vindo ao de cima alguma desmotivação dos formandos, suscitada por atrasos na entrega dos certificados, incerteza sobre quando poderão frequentar o bacharelato, junção de formandos com níveis etários e de conhecimentos muito diferenciados (nem sempre existindo dinâmicas específicas, que tenham em conta esta diversidade e que a coloquem ao serviço da aprendizagem), longas distâncias para frequentar a formação, agravada pela ausência de transportes;
- Dificuldades burocráticas das estruturas do Projecto que dificultam uma tomada de decisão atempada, em algumas situações, nomeadamente ao nível da gestão de recursos patrimoniais (os problemas referidos dizem sobretudo respeito ao tempo de resposta e ao grau de autonomia concedida para a gestão de recursos patrimoniais, designadamente a aquisição ou abate de equipamento).

Actividades e recursos em confronto com os resultados

Quanto ao nível de resultados alcançados, o problema não nos foi colocado na insuficiência de recursos ou de actividades formativas, mas na complexidade de que se reveste o objectivo de reintrodução do Português, no contexto de Timor-Leste e na influência de factores inibidores, como os que acabaram de ser referidos, bem como no alcance das estratégias seguidas.

Apesar de, de um modo geral, não ter sido colocada em causa a suficiência dos recursos, designadamente pela Coordenação do Projecto, também houve referência a momentos em que se verificou uma escassez de recursos humanos para responder às solicitações, derivada sobretudo pelas partidas de formadores para Portugal, principalmente em função das colocações nos concursos de docentes no sistema educativo português. No entanto, noutros momentos, a capacidade de resposta permitiria ir além da formação concretizada, devido à redução do número de inscrições e desistências nalguns distritos.

Por outro lado, foi também referido que algumas das solicitações da parte de TL, designadamente no sector educativo, implicariam um volume de recursos humanos que ultrapassaria largamente a capacidade de resposta detida pelo PRLP/PCLP. Este facto reforça a necessidade de articulação e programação conjunta da parte do Projecto e das autoridades timorenses, designadamente do Ministério da Educação.

A questão da suficiência dos recursos para produzir os resultados deve ser vista no contexto político, económico e social mais alargado. Não existem outros projectos a decorrer em simultâneo com as mesmas finalidades que permitam uma comparação.

Adequação dos recursos em quantidade e disponibilização no momento oportuno

Um dos problemas com que o Projecto se defrontou, em alguns momentos, foi a dificuldade em recrutar o número de docentes de acordo com o perfil desejado. Por outro lado, fizemos referência à emergência de casos em que os recursos humanos foram insuficientes em quantidade, uma vez que as solicitações de formação excediam a possibilidade de oferta.

No percurso do PRLP, existem algumas actividades cruciais cuja implementação não decorreu conforme previsto, como sejam os casos da qualificação dos professores por meio do Bacharelato Nocturno ou a formação de formadores timorenses para o INFPC. Contudo, designadamente nestes casos, os atrasos verificados ou o nível insuficiente de resposta não se deveu primordialmente à insuficiência de recursos ligados ao Projecto, mas a dificuldades (designadamente financeiras) experimentadas pela parte timorense. Noutras actividades, nota-se a influência dos constrangimentos enunciados. No entanto, de um modo geral, em relação às actividades dependentes da gestão directa por parte do Projecto, observou-se a preocupação em assegurar o seu desenvolvimento.

Os projectos desenvolvidos em TL, no período pós-independência, na área da educação e da difusão da LP, não têm os objectivos nem a amplitude do PRLP/PCLP. Deste modo, não é possível tomar como critério, para aferir custos, projectos semelhantes. Em termos internos, existem áreas em que se atingiu um maior nível de resultados, como seja a acção desenvolvida na área da Justiça, que já foi referida. Os referenciais de resultados podem, assim, ser procurados entre algumas actividades, procurando-se metodologias de actuação que recriem, em novas actividades, estratégias que mostraram um nível mais elevado de eficiência. Segundo um rumo que já se encontra assinalado no relatório da Prof.^a Elisa Sousa, a actuação consistente, especializada, criada em adequação ao perfil do público-alvo, encontrada na área da Justiça, pode inspirar a actuação noutras áreas. Assim, se nalgumas actividades concretizadas ao longo do percurso os custos investidos poderão eventualmente ser colocados em causa, outras mostram que é possível obter o retorno desses custos segundo os resultados desejados.

4.5. ■ Efeitos

Este critério permite apreciar os efeitos directos ou indirectos, previstos ou não, positivos ou negativos, que se podem identificar resultantes da intervenção do PRLP/PCLP.

O PRLP/PCLP visa, como vimos, contribuir para a expansão da Língua Portuguesa na sociedade timorense, em particular – embora não exclusivamente – através da sua acção no sistema educativo, na administração pública e na comunicação social. No sistema de ensino, visa-se a utilização do Português enquanto língua de ensino e aprendizagem de matérias disciplinares, com um papel crescente nesses processos, à medida que os alunos avançam na escolaridade. Criando-se as condições para que este papel seja assumido, induzem-se efeitos, a longo prazo, noutros domínios (designadamente o político-administrativo e o da comunicação

social) que reforçam a decisão política de instituir o Português como língua oficial, a par do Tétum.

No contexto timorense, o papel do Português parece estar a afirmar-se em relação à aprendizagem, à construção da identidade, em complemento das outras línguas timorenses, designadamente do Tétum, e à comunicação em determinados campos, como o administrativo, o científico e académico e o da comunicação social. Tétum e Português permitirão projecções diferentes no domínio da comunicação: o Tétum em relação à realidade e dimensões de vida especificamente timorenses, o Português em relação a aspectos de organização social, designadamente no sistema educativo, e em relação à participação numa comunidade mais vasta de falantes que, no mundo actual, em resultado das Tecnologias de Informação e Comunicação, passou a estar acessível mesmo à distância.

O Projecto denota já um conjunto de efeitos positivos, que apresentam uma probabilidade de reforço no futuro, quer próximo,⁵¹ quer a médio e longo prazo, designadamente em relação a:

a) Competência profissional dos professores – maior capacidade científica e pedagógica, nomeadamente em contexto de sala de aula;

b) Disseminação da Língua Portuguesa em contexto escolar, em particular no da sua utilização na sala de aula. A competência linguística em LP dos professores melhorou, embora subsista, em alguns casos, a tendência de usar o Tétum durante a leccionação devido ao fraco domínio da LP por parte dos alunos e às dificuldades encontradas pelos próprios professores. Contudo, pelo simples facto de ter havido melhoria na competência linguística e nas aptidões pedagógicas dos professores, poder-se-á esperar uma gradual melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem em LP. Trata-se, porém, de um processo lento e sujeito a possíveis inflexões se não houver vontade política;

c) Promoção das carreiras profissionais e existência de mais técnicos de nível médio mais motivados, fruto da aposta na formação e capacitação dos professores e outros agentes, em particular da administração pública, em diferentes níveis e categorias;

d) Dinamização das bibliotecas escolares existentes ou a criar;

e) Maior presença da comunicação social de LP, quantitativa e qualitativamente, atingindo um público mais vasto e heterogéneo (crianças; adultos, etc.);

f) Contributo para a construção de uma base de dados no campo da educação de Timor-Leste;

g) Contributo para a clarificação de procedimentos legislativos e administrativos;

h) Contributo para a instituição do Português como língua oficial, de acordo com o disposto na Constituição;

i) Contributo para a assunção da Língua Portuguesa como veículo complementar de construção e afirmação da identidade nacional timorense.

⁵¹ Nomeadamente tendo em conta as medidas implementadas recentemente pelo PCLP.

4.6. ■ Sustentabilidade

Este critério permite apreciar o grau de envolvimento das autoridades timorenses no desenvolvimento do PRLP e o grau de apropriação do processo pelos beneficiários nomeadamente pelo Ministério da Educação, pelos professores, bem como pelos funcionários públicos timorenses. Deverá também ser apreciado se estão a ser criadas as condições para a manutenção da Língua Portuguesa como língua de ensino e comunicação nos ministérios sectoriais.

Quanto à existência de sustentabilidade económica e financeira, o Projecto é totalmente financiado pelo IPAD, pelo que a sustentabilidade económica e financeira está dependente da projecção/ planeamento futuro por parte da CP.

No Programa de Investimento Sectorial para o sector da educação e formação (Timor-Leste, Abril, 2006) são apresentados vários dados relativos aos fundos para o sector da Educação e Formação em TL. Aí é possível constatar que Portugal emerge como o principal doador até 2006, ano até ao qual temos dados. A dependência de TL face aos doadores tem sido elevada.

Quanto à apropriação do Projecto pelos seus beneficiários após o eventual fim do apoio da CP neste âmbito a TL, podemos tecer algumas considerações. Assim, com a passagem da leccionação directa aos alunos para a leccionação aos professores, estão a ser criadas condições para que os formadores em LP venham a ser os professores timorenses.

Dos docentes que frequentaram a formação de formadores, alguns estão já a exercer a sua função de formadores em cursos livres e cursos intensivos. No entanto, nas entrevistas que realizámos junto de responsáveis do Ministério da Educação e directores de escola, várias vezes houve referência ao “programa do IPAD” para os bacharelados e não “ao nosso programa”, pelo que se verifica ser necessário um maior trabalho de apropriação.

Quadro 13
Fontes de fundos para o sector da Educação e Formação

| | 2001/2002 | 2002/2003 | 2003/2004 | 2004/2005 | 2005/2006 | 2006/2007 | 2007/2008 | 2008/2009 | Total |
|----------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|
| Doador | | | | | | | | | |
| Portugal | 11.672.505 | 8.405.112 | 9.509.364 | 4.616.218 | 3.363.670 | | | | 37.566.869 |
| TFET | 6.792.792 | 5.897.489 | 5.568.037 | 4.336.582 | 2.000.000 | | | | 24.594.900 |
| Japão | 1.388.053 | 6.114.266 | 4.703.502 | 4.280.525 | 202.685 | 92.400 | | | 16.781.431 |
| UNICEF | 2.039.131 | 1.488.755 | 4.139.815 | 4.066.829 | 4.066.829 | | | | 15.801.359 |
| União Europeia | 8.120.896 | 115.170 | 1.208.053 | 1.595.336 | 1.277.449 | 747.103 | 665.633 | | 13.729.640 |
| Austrália | 913.430 | 698.668 | 248.043 | 1.340.731 | 1.340.728 | 1.340.728 | 2.640.728 | 2.772.184 | 11.295.240 |
| Suessa | 0 | 0 | 3.108.744 | 2.864.250 | | | | | 5.972.994 |
| Reno Unido | 1.218.294 | 1.314.331 | 626.573 | | | | | | 3.159.198 |
| Brasil | 1.148.546 | 1.302.206 | 327.741 | 5.338 | | | | | 2.783.831 |
| USA | 338.811 | 381.047 | 50.201 | | | | | | 770.059 |
| Nova Zelanda | 121.345 | 126.203 | 646.922 | 640.876 | | | | | 1.535.346 |
| Coreia | 155.000 | 470.000 | 130.000 | 97.000 | | | | | 852.000 |
| UNDP | 135.353 | 120.325 | 160.325 | 60.000 | 52.000 | 48.000 | | | 576.003 |
| Outros | 321.196 | 214.918 | 214.711 | 292.884 | 290.024 | 138.756 | | | 1.472.489 |
| Total | 34.365.352 | 26.648.490 | 30.642.031 | 24.196.569 | 12.593.385 | 2.366.987 | 3.306.361 | 2.772.184 | 136.891.359 |

Fonte: Timor-Leste: Programa de Investimento Sectoral para o sector da Educação e Formação, 2006

Unidade: USD

Ao longo do nosso trabalho, foi possível registar a existência de um elevado grau de interação entre o Projecto e o nível político, na medida em que tem existido uma sintonia de vontades para que a LP, como língua oficial, possa ser disseminada pelo território e utilizada como língua de instrução e de administração em Timor-Leste. Por exemplo, em entrevista dada pelo Ministro da Educação de Timor-Leste, este afirma que “juntamente com Portugal e o Brasil, os nossos parceiros estratégicos no desenvolvimento da Língua Portuguesa, estamos a redobrar os nossos esforços para manter o Português em Timor-Leste a longo prazo” (Freitas, 2010, p. 44). No entanto, apesar desta sintonia entre Projecto e as opções políticas, será necessária uma intervenção mais assertiva ao nível operacional.

Quanto ao contributo do Projecto para o reforço institucional e para a capacidade de gestão, constatámos que o mesmo tem vindo a contribuir para a elevação do nível de literacia em LP, para o reforço da capacitação institucional e para o desenvolvimento da capacidade de gestão em TL, através da sua intervenção no âmbito da formação dos professores, da administração pública, de funcionários das ONG e da população em geral, indo, assim, ao encontro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

4.7. ■ Coordenação e complementaridade

Este critério refere-se à apreciação da intervenção do PRLP na sua articulação com outras intervenções da CP, com as das autoridades timorenses e com as de outros doadores na mesma área.

O Projecto está coordenado e é complementar de outras iniciativas em curso no âmbito da CP, tanto dirigidas ao sistema educativo como à sociedade, em geral. Contudo, não tem havido suficientes mecanismos formais de coordenação e articulação com outras intervenções de Portugal em TL, nomeadamente no âmbito da educação (por exemplo, iniciativas de apoio ao

desenvolvimento local, actividades do Instituto Camões ou da FUP, Escola Portuguesa de Díli). A participação dos docentes portugueses do PCLP na formação ligada à reforma curricular pode ser potenciada para dar resposta aos desafios no sector educativo de uma forma integrada e articulada.

Apesar desta limitação, o Projecto cria sinergias e efeitos multiplicadores: a passagem do público-alvo alunos do pré-secundário e secundário para docentes e, mais recentemente, a focagem na formação inicial de docentes, revela essa preocupação.

O PRLP é complementar com a intervenção de outros doadores, nomeadamente o Brasil, país que apoia a formação em Língua Portuguesa pela afectação de formadores em alguns locais do interior do território, pela formação profissional e pela formação inicial de docentes (leccionação de disciplinas da área científica no plano de estudos de formação inicial). Nos primeiros anos do Projecto, desencadearam-se esforços para articulação das actividades realizadas pelo Brasil e Portugal. Actualmente, segundo os contactos que efectuámos (incluindo na embaixada brasileira), verificámos a não existência de duplicação nas intervenções efectuadas e também a não existência de actividades formais de articulação.

Com outros doadores, na área da educação, nomeadamente a Austrália, o Japão, os EUA, os Estados da UE, a Comissão Europeia, o Banco Mundial, a UNICEF, a UNESCO, parece existir alguma complementaridade nas intervenções, a qual, todavia, não resulta de um esforço prévio e concertado nesse sentido. Por razões de agenda, tem havido alguma dificuldade por parte da coordenação do PRLP/PCLP em participar com regularidade, por exemplo, nas reuniões de sistematização de actividades organizadas pelo Banco Mundial.

4.8. ■ Valor acrescentado

Neste critério aprecia-se em que medida o Projecto constitui valor acrescentado na promoção da educação e da Língua Portuguesa em TL relativamente a projectos de outros doadores no mesmo sector.

Os resultados visados e atingidos pelo Projecto permitem afirmar, de forma inequívoca, que se trata de um importante contributo da CP para o cumprimento do determinado na Constituição de Timor-Leste e, posteriormente, na Lei de Bases de Educação quanto à Língua Portuguesa. Pela sua intervenção no sector da educação, o Projecto vem contribuindo também para a consecução dos objectivos do milénio em Timor-Leste, nomeadamente no que se refere ao Combate à Pobreza e ao acesso ao Ensino Primário Universal. Por outro lado, constitui também um importante contributo para a capacitação institucional, fundamental para a Boa Governação, participação e democracia, que constitui outro dos eixos prioritários do desenvolvimento.

4.9. ■ Visibilidade

Neste critério aprecia-se em que medida o Projecto é conhecido e reconhecido em Timor-Leste, em particular no que se refere à estratégia de informação e comunicação da intervenção do PRLP.

Nos dados do Projecto a que se teve acesso, não aparecem previstas estratégias específicas para assegurar a sua visibilidade, tanto em Portugal como em Timor-Leste ou noutras instâncias. No entanto, o Projecto é conhecido, na sua generalidade, junto dos interlocutores directos e junto de outros doadores internacionais. Todavia, subsistem lacunas de conhecimento e visibilidade do Projecto na comunicação social, o que reforça a necessidade de criação de uma imagem definidora clara, que deveria ser amplamente divulgada junto da comunidade nacional e internacional. Com alguma frequência, elementos de outros projectos da cooperação portuguesa e de outros países doadores se referem ao Projecto com elementos não essenciais e nem sempre abonatórios da sua imagem.

A *Feira do Livro* tem contribuído para a divulgação da LP e, em alguma medida, do Projecto, devido à participação de docentes do PRLP/PCLP na sua logística e dinamização de oficinas incluídas na programação. Esta participação pode ser potenciada quanto à sua visibilidade, articulando-se com a Embaixada de Portugal. Dado que se realiza em Díli e dada a interioridade do território e a economia de subsistência da maior parte da população, a Feira do Livro torna-se inacessível para grande parte do público-alvo do Projecto.⁵² A comunicação social não tem contribuído activamente para a divulgação e visibilidade do Projecto, esperando-se que a difusão prevista da televisão seja uma oportunidade para a apresentação de relatos de casos de consolidação da Língua Portuguesa que vêm acontecendo no país. A imprensa escrita e a rádio também não têm assumido significativamente a visibilidade do Projecto.

De registar que tem sido desenvolvido algum trabalho académico sobre o PRLP, nomeadamente teses de mestrado, mas com apresentação em Portugal e difusão muito restrita.

⁵² No entanto, sabemos das intenções políticas de alargar a Feira do Livro ao interior do país, previsivelmente já a partir da próxima edição.

5. ■ CONCLUSÕES

Nesta secção pretendemos sintetizar as conclusões a que chegámos, quer através da consulta de documentação variada, quer através do vasto leque de entrevistas que concretizámos, quer ainda da observação *in loco* que realizámos. Embora elas estejam interligadas, por uma questão de comodidade de leitura, optámos por individualizá-las e numerá-las. Assim:

C1. A Reintrodução da Língua Portuguesa decorre da opção, consagrada na Constituição de TL, de adoptar o Português como uma das línguas oficiais. Registámos um consenso, quer da parte portuguesa, quer da timorense, sobre a importância estratégica do PRLP/PCLP para Timor-Leste. É, claramente, um Projecto que deve ser continuado;

C2. Neste Projecto, o Estado português investiu cerca de 50 milhões de euros ao longo de uma década (2000-2010).

C3. Este investimento traduziu-se num significativo leque de actividades, em particular ao nível do sistema educativo, da administração pública, de bibliotecas/ludotecas, da comunicação social e da população, em geral.

C4. A “fatia grossa” deste investimento centrou-se no sistema educativo, em particular na formação – inicial e contínua – de professores;⁵³

C5. O PRLP sofreu mudanças de linhas de orientação ao longo do seu percurso;

C6. Esta mudança de linhas de orientação deveu-se a factores vários, endógenos e exógenos;

C6.1. Entre os primeiros podemos referir:

C6.1.1. As mudanças na sociedade portuguesa, em particular, na composição dos governos, de quem o Projecto, em última instância, depende;

C6.1.2. A dupla tutela a que a coordenação local do PRLP está sujeita: o IPAD e a Embaixada de Portugal em Díli, a que acresce ainda a influência do Ministério da Educação (com responsabilidades no lançamento do concurso de docentes);

C6.1.3. A dificuldade de diálogo e de articulação entre estes três organismos – com uma natural mudança de chefias ao longo do tempo – tem sido, por vezes, notória;⁵⁴

C6.1.4. A falta de linhas de orientação e de materiais junto dos professores portugueses durante um tempo considerável do Projecto;

C6.1.5. A falta de uma cultura de avaliação, com, durante bastante tempo, sobretudo nas primeiras fases, a falta de definição de metas a alcançar, monitorização da acção no

⁵³ Até 2006, cerca de 2/3 do total do financiamento da Cooperação Portuguesa tinha ido para esta área (cf. IPAD, 2007, p.57).

⁵⁴ Esta falta de articulação tem, aliás, sido explorada pelas autoridades timorenses, que contactam directamente qualquer um destes organismos conforme a sua percepção de maiores ganhos.

terreno, criação de uma base de dados que permita a comparabilidade ao longo do tempo e posterior avaliação, com conseqüente, se necessário, reformulação de estratégias.

C6.2. Entre os constrangimentos exógenos podemos referir:

C6.2.1. As mudanças na sociedade timorense, incluindo a composição dos governos e os períodos de forte instabilidade política e político-militar;

C6.2.2. As tensões sentidas no seio da comunidade política timorense face à adopção do Português como língua oficial, a que não são alheias pressões em sentido contraditório por parte da comunidade internacional;

C6.2.3. As dificuldades de articulação entre diferentes organismos timorenses e entre estes e o PRLP;

C6.2.4. A resposta, por vezes, demasiado lenta, da burocracia timorense (por exemplo, a não emissão ou emissão tardia de certificados para os docentes ou a não definição de uma política coerente junto destes que lhes permita saber se e quando terão acesso a uma formação de nível superior ou ao seu término);

C7. O PRLP/PCLP tem-se deparado com um conjunto de constrangimentos, os quais, não sendo motivo de alteração da sua política, condicionam, no entanto, a sua implementação. Também aqui temos constrangimentos relativos à parte portuguesa e à parte timorense;

C7.1. No que respeita aos primeiros, podemos referir:

C7.1.1. As difíceis condições de trabalho dos professores portugueses, sobretudo no interior de Timor, quer no que respeita à deslocação (tornando morosas e difíceis deslocações relativamente curtas por estradas em mau estado e em viaturas nem sempre nas melhores condições⁵⁵), quer às condições de vida propriamente ditas (por exemplo, períodos, mesmo em casa, sem água e sem luz). Isto significa que um trabalho bem feito nestas condições exige um empenhamento muito forte, o que deve ser registado;

C7.1.2. A mudança, ao longo do tempo, do perfil dos professores, por onde perpassa, no entanto, como denominador comum, o facto de:

C7.1.2.1. O recrutamento dos professores se efectuar quase exclusivamente em docentes recém-licenciados, com pouca ou nenhuma experiência de leccionação;

C7.1.2.2. Estes docentes não terem, aparentemente, preparação em educação intercultural que os capacite a leccionar em contextos cuja heterogeneidade social se afasta dos que conhecem e nos quais foram formados;

C7.1.2.3. À referida falta de experiência, em geral, se juntar a falta de preparação específica, na própria formação inicial, para a leccionação da Língua Portuguesa enquanto língua segunda e a públicos adultos e com perfis profissionais específicos;

C7.1.2.4. O desconhecimento, em geral, do Tétum e da cultura timorense.

⁵⁵ A deslocação regular por más estradas, para além de sustos vários (em particular na época das chuvas), levou a que vários docentes – apesar da sua juventude – tenham desenvolvido problemas de coluna, incluindo hérnias discais; tivemos também vários testemunhos sobre o mau estado das viaturas, incluindo problemas de travões.

C7.1.3. A dimensão da equipa da coordenação local, que se tem revelado, por vezes, como diminuta face às responsabilidades no terreno,⁵⁶ pese embora a manutenção no cargo do seu coordenador local, o que se tem revelado como um factor de estabilidade;

C7.1.4. Sendo os docentes portugueses uma peça incontornável de execução da política do PRLP, também eles se ressentiram com algumas mudanças desta política, em particular aquando da que conduziu à passagem do PRLP a PCLP. Neste caso, o que foi percebido por muitos deles como a imposição de uma nova política e de uma formação e avaliação por colegas mais jovens, sem experiência de terreno e, por vezes, de outra formação académica (que não em LP), criou um mal-estar entre eles e as coordenações local e pedagógico-científica do PRLP/PCLP.⁵⁷

C7.1.5. Por razões várias,⁵⁸ o Projecto vive um período em que se verifica uma mudança significativa de docentes, sendo bastantes os que o abandonam, apesar da experiência acumulada *in loco*. Isto vai trazer novos desafios ao Projecto.

C7.2. No que respeita aos constrangimentos relativos à parte timorense, podemos referir:

C7.2.1. A reduzida preparação científica e pedagógica dos docentes timorenses, muitos deles sem qualquer preparação prévia para ser docente, tanto mais que no tempo da ocupação indonésia a grande maioria dos docentes era indonésia. Acresce a este facto o predomínio, reforçado por este último contexto, de uma pedagogia tradicional, meramente transmissiva, a qual tende a ser reproduzida acriticamente e com resultados negativos para a aprendizagem, pelo menos da LP;⁵⁹

C7.2.2. Os problemas de assiduidade e de pontualidade dos docentes timorenses;⁶⁰

C7.2.3. O fraco domínio da LP por parte de muitos deles, em particular nos níveis de ensino mais elevados;

C7.2.4. A inexistência, durante muito tempo, de manuais escolares em LP nas escolas e nas salas de aula que os docentes pudessem utilizar. Sabemos que foram entretanto distribuídos (mesmo que com algumas lacunas), o que não impede que muitos deles continuem encaixotados (com argumentos como o de que não há para todos ou de que se podem estragar...),⁶¹

⁵⁶ O que tem impedido, por exemplo, uma maior e mais regular deslocação pelo território para aferir a situação *in loco*, o que constitui uma das queixas dos docentes portugueses espalhados pelos vários distritos.

⁵⁷ É conhecida a mediatização, inclusive televisiva, de que este assunto foi alvo, tanto em Timor como em Portugal. Aquando das entrevistas, muitos docentes fizeram questão em nos dar conta do seu mal-estar, incluindo, nalguns, o que era percebido como o menosprezo pela sua experiência, mesmo quando de vários anos em Timor. Noutros casos, tivemos testemunhos de percepção de "perseguição", pelo que nos pediram o nosso endereço electrónico para nos enviarem a sua versão dos factos, dado não se terem sentido à vontade para o fazer nas entrevistas em grupo.

⁵⁸ Nomeadamente as que resultam da legislação e das tensões anteriormente referidas.

⁵⁹ Em várias aulas vimos os alunos a copiarem e lerem a lição em português sem que a entendessem.

⁶⁰ Motivados, entre outros aspectos, por problemas logísticos de deslocação e de alojamento, assim como de baixos salários. Para além destes, já referimos a tardia certificação da sua formação e a falta de definição de um horizonte quanto ao término daquela, o que, aliás, era, por vezes, imputado à parte portuguesa, dado os interlocutores serem, amiúde, os docentes portugueses.

⁶¹ Para além de múltiplos testemunhos neste sentido, nós próprios também pudemos verificar esta situação aquando das nossas visitas a escolas. Chegou-nos a ser referido um caso em que tinha sido dito aos docentes de uma escola que teriam de pagar do seu bolso qualquer dano num manual escolar...!

C7.2.5. Fora do contexto do sistema educativo, podemos referir, por exemplo, a falta de salas e a desadequação das mesmas para fazer formação em LP (caso, por exemplo, do INAP, que só tem duas salas para o efeito);

C7.2.6. O principal constrangimento deriva, no entanto, da fraca dimensão do contexto de utilização da LP na sociedade timorense. Para muitas crianças e jovens, o contacto com a LP ocorre apenas na escola e, mesmo aí, nos intervalos e mesmo em muitas aulas continua a predominar o Tétum; para os adultos, só para os ligados à administração pública existe uma maior motivação – se não mesmo obrigação – de aprenderem Português. Neste caso, ele será utilizado apenas em contexto de trabalho. Acresce que a comunicação social utiliza pouco o Português.

C8. A filosofia do PRLP/PCLP passou de uma aposta inicial na formação de alunos para a aposta na formação de docentes timorenses, visando um efeito multiplicador;⁶² esta reorientação permitiu rentabilizar recursos e valorizar o papel dos próprios timorenses na reintrodução da língua portuguesa; esta reorientação manteve-se e continua a marcar a intervenção do Projecto.

C9. O PRLP/PCLP passou também, recentemente, aquando da contratação dos docentes portugueses, a incluir a exigência de uma formação na ESE do Porto e em Timor-Leste. Estes aspectos afiguram-se como positivos dado que visam colmatar algumas das lacunas anteriormente inventariadas sobre o perfil dos docentes portugueses;

C10. Em articulação com a reintrodução da Língua Portuguesa, o PRLP constituiu um meio de acção para a melhoria do próprio sistema educativo agindo sobre a qualificação dos professores e sobre a necessidade de criação de uma base de dados, que sirva a monitorização e o estabelecimento de metas para o Projecto.

6. ■ LIÇÕES APRENDIDAS

LA1. Para o sucesso da implementação de uma estratégia concertada de disseminação da LP é necessária uma boa articulação com as autoridades locais, envolvendo todos os intervenientes de modo a que o Projecto seja entendido como um programa conjunto.

LA2. Um Projecto deve adoptar, desde o início, indicadores claros quanto aos resultados a alcançar – e monitorizar esses resultados ao longo do percurso, por meio da apresentação regular de relatórios completos. Deste modo, facilita a tomada de decisões futuras e possibilita uma avaliação mais completa e sem limitações. No caso do PRLP/PCLP, esta lição foi assumida ao longo do seu percurso, uma vez que na última fase estes indicadores já existem.

⁶² Que teve expressão, por exemplo, no facto de muitos formadores de Nível I serem timorenses.

- LA3.** Além de uma boa articulação das actividades e do seu bom funcionamento, é fundamental a visibilidade dada ao Projecto, quer junto das autoridades locais, quer dos parceiros internacionais.
- LA4.** Um Projecto de intervenção deve estar fundamentado em perspectivas que orientem a sua acção e que sustentem a reflexão — esta deverá acompanhar a intervenção;
- LA5.** O processo de (re)introdução de uma língua como língua oficial/instrução é um processo complexo, dependente de múltiplos factores (motivação individual, necessidade da sua utilização em diferentes contextos, ...);
- LA6.** Para a penetração de uma língua, torna-se essencial uma política conjunta com a comunicação social, nomeadamente rádio, televisão e jornais.
- LA7.** O sucesso da cooperação bilateral está dependente do claro entendimento de cada um dos actores de cooperação presentes no terreno e dos mecanismos disponíveis, bem como do grau de confiança e transparência entre eles.
- LA8.** As mudanças nas pessoas são mais importantes e duradouras do que as estruturas. Neste sentido, é fundamental o envolvimento dos actores da cooperação com as comunidades e com as autoridades locais (formação dos docentes, boa gestão de RH, ligação à comunidade).
- LA9.** É difícil para o PRLP/PCLP participar em todas as frentes necessárias à penetração da LP, pelo que há que optar pelo essencial. É preferível não assumir compromissos com os parceiros que não se possam honrar em tempo oportuno, de modo a não prejudicar as expectativas dos formandos. O PRLP/PCLP deve ter uma atitude pró-activa fomentando o diálogo com os parceiros locais.
- LA10.** Para o sucesso de um Projecto de intervenção numa sociedade diferente da de origem é determinante a formação e a sensibilidade dos formadores para as questões da interculturalidade (incluindo, por exemplo, a valorização das línguas locais, a adaptação dos recursos didácticos, o respeito pelos valores e culturas locais, ...).

7. ■ RECOMENDAÇÕES

O quadro em que surge e se desenvolve o PRLP é de natureza eminentemente política, não sendo fácil de encontrar um quadro análogo, no que se refere a línguas oficiais, sobretudo se tivermos em conta a recente construção de Timor-Leste como país independente. As recomendações que a seguir se apresentam decorrem dos dados que deram origem ao presente relatório, nomeadamente das conclusões antes enunciadas. Assim, apresentam-se as seguintes recomendações.⁶³

⁶³ Segundo informação prestada pelo IPAD, foram tomadas medidas em 2010 que vêm ao encontro de algumas das recomendações abaixo inventariadas, nomeadamente R4, R6, R7, R12, R14, R15, R18, R19.

Política de Cooperação

- R1.** Continuar a apoiar a consolidação da LP, dada a relevância que esta tem na afirmação da construção da identidade de TL, no contexto regional e internacional, e na capacitação da sociedade timorense, com particular relevo para o sector da educação. (IPAD/TL)
- R2.** Expressar de forma mais efectiva a vontade política de implementar o uso da LP, como língua oficial, nos diferentes contextos. (TL)
- R3.** Melhorar a articulação institucional (nomeadamente com maior utilização das TIC) entre entidades portuguesas com intervenções no âmbito da LP, devendo a CP, através das estruturas (localizadas em Lisboa e em Timor), promover essa articulação, quer na fase de concepção, quer de execução, através de reuniões regulares com todos os actores portugueses, no sentido de promover a complementaridade e potenciar sinergias na actuação dos vários intervenientes; decorre desta recomendação, de forma específica, uma acção conjugada e articulada entre o PRLP/PCLP, a(s) Escola(s) Portuguesa(s) (cujo alargamento de rede está projectado) e o Instituto Camões/Centro Cultural Português; esta articulação poderá prever mecanismos de utilização integrada ou colaboração de agentes afectos a cada uma das entidades. (MNE-IPAD/ME PT)
- R4.** Desenvolver esforços por parte da Cooperação Portuguesa no sentido de uma maior concertação das intervenções tendo em vista a coordenação e articulação das políticas e das actividades relativas à LP em TL, com outros doadores e/ou intervenientes, nomeadamente no quadro da CPLP; esta recomendação pode concretizar-se através de reuniões de coordenação e do desenvolvimento de actividades conjuntas. (Embaixada/IPAD)
- R5.** Promover uma maior integração das questões de género (formadores/formadoras, formandos/formandas) no Projecto, dados os desequilíbrios ainda existentes no contexto de TL e o papel que pode ser desempenhado pelas mulheres na sociedade timorense. (PT/TL)

Articulação com Timor-Leste

- R6.** Melhorar a articulação das actividades do Projecto com as autoridades de TL, designadamente no sector educativo e noutros sectores da Administração Pública, integrando-as em iniciativas e medidas, com vista à qualificação e valorização profissional dos formandos destes sectores. A ligação às estruturas governativas é um ponto-chave para o sucesso do Projecto. Um maior envolvimento facilitará uma melhor articulação de objectivos e actividades. Seria também importante existir maior envolvimento de organismos do Ministério da Educação, nomeadamente da Inspecção. (PCLP/TL)
- R7.** Promover a participação das instâncias timorenses do sector educativo e de outros sectores administrativos na concepção, programação, acompanhamento e avaliação das actividades ligadas a cada sector, com vista à progressiva capacitação e assunção das

finalidades do Projecto por essas instâncias. A ligação às estruturas governativas é um ponto-chave para o sucesso do Projecto. Este envolvimento tem ocorrido, nomeadamente com o Ministério da Educação de TL, embora seja desejável um reforço, nomeadamente com um assessor português junto deste Ministério, que poderia facilitar a articulação de objectivos e actividades. (PCLP/TL)

- R8.** Identificar áreas de particular relevância para cada sector, em cada momento, em que seja possível desenvolver a acção do Projecto — como será, nos próximos tempos, no sector educativo, a preparação dos docentes para a leccionação dos novos currículos. (PCLP/TL)
- R9.** Procurar que exista nos Ministérios correspondentes aos principais sectores de intervenção, com relevo para o da Educação, um interlocutor ou co-responsável, próximo do nível mais elevado da hierarquia, a fim de potenciar a articulação, a participação e a apropriação. (PCLP/TL)
- R10.** Procurar que exista uma co-responsabilização de Timor-Leste na assunção dos custos relativos a actividades do Projecto. (TL)

Organização e Gestão do Projecto

- R11.** Clarificar prioridades e concentrar esforços em áreas mais estratégicas, tendo em conta a limitação de recursos existentes e condicionalismos de outra natureza, como os geográficos. Neste sentido, no caso da formação de professores, poderá optar-se por investir na formação inicial de docentes, onde existam instituições para o efeito. No caso da formação de professores em serviço, poderá organizar-se a mesma em pólos de formação em que seja possível reunir condições adequadas (numero significativo de formandos em períodos não lectivos, salas disponíveis, recursos pedagógicos e logísticos). (PCLP)
- R12.** Reforçar a capacidade da coordenação do Projecto tomar decisões, em relação à gestão de recursos humanos e materiais, nas suas dimensões didácticas e pedagógicas, com a proximidade e celeridade que as mesmas exigem, dentro de quadros orçamentais gerais e planos de actividades aprovados. (Embaixada/IPAD)
- R13.** Reforçar a presença do coordenador do Projecto nas reuniões com outros doadores e parceiros que cooperam no desenvolvimento do sector da educação em TL. (PCLP)
- R14.** Melhorar a comunicação no interior do Projecto, clarificando e explicitando, em documentos de referência, as finalidades a alcançar em conjunto, as funções dos intervenientes, o sistema de supervisão e avaliação de desempenho e a mobilidade a que ficam sujeitos no país, durante a vigência do contrato. (Embaixada/IPAD)

- R15.** Aprofundar a política de recolha e tratamento sistematizado de informação, em relação à gestão do Projecto, de um modo geral, e em relação a cada uma das actividades, nomeadamente quanto a indicadores de progresso e de concretização. (PCLP)
- R16.** Melhorar os procedimentos administrativos no âmbito do Projecto, nomeadamente abreviando o tempo de emissão de certificados de formação. (PCLP/TL)
- R17.** Adoptar uma política de (auto)avaliação regular da intervenção do Projecto, nas suas múltiplas dimensões, para apreciar a eficácia das metodologias utilizadas e dos resultados obtidos em cada actividade e sector de intervenção. (PCLP)
- R18.** Alargar o papel da assessoria científica e pedagógica, no recrutamento dos docentes, estendendo-o aos diversos subcontingentes, no sentido de clarificar orientações pedagógicas, promover o conhecimento dos currículos e competências dos recrutados e de criar laços de (co-)responsabilização. (PCLP)
- R19.** Dar maior visibilidade ao Projecto, nomeadamente através da comunicação social, divulgando actividades e dando relevo institucional e mediático à sua concretização e aos resultados obtidos. (PCLP)

Vertente Científico-Pedagógica

- R20.** Clarificar as orientações pedagógico-didáticas e metodológicas estabelecidas para as diferentes actividades de intervenção, no domínio da língua, no contexto de Timor-Leste, explicitando-as em encontros e em documentos elaborados para o efeito, a fim de permitir a sua apreensão por parte dos docentes, de forma sustentada e coerente, e com uma perspectiva de enriquecimento. (PCLP/ESE-IPP)
- R21.** Reforçar a formação dos professores do Projecto, a qual deve preparar para a entrada em funções, contemplando, designadamente, matérias relativas à diversidade linguística de TL (com focalização nas características do Tétum), matérias culturais (relativas a TL e à região em que este país se insere) pedagógicas (tendo em conta a especificidade dos públicos-alvo com que vão trabalhar) e didáticas (LP como língua não materna); essa formação deve acompanhar o exercício de funções, aprofundando algumas das matérias e recolhendo os contributos oriundos da prática e das iniciativas entretanto desenvolvidas pelos docentes. (PCLP/ESE-IPP)
- R22.** Procurar a acreditação das acções de formação contínua dirigidas aos docentes portugueses, o que contribuirá para reforçar a sua institucionalização e valorização no percurso profissional; a realização destas acções de formação poderá ser articulada com outras entidades, por exemplo, a Escola Portuguesa. (PCLP/ESE-IPP)
- R23.** Instituir, no âmbito Projecto, uma orientação de produção e partilha de conhecimento, incentivando a investigação e a produção e experimentação de materiais elaborados com

o objectivo de adequação ao contexto e aos públicos-alvo específicos da intervenção do Projecto; esta orientação pode vir a traduzir-se no prosseguimento de percursos académicos, abre um campo de acção com instituições de ensino superior, quer portuguesas, quer timorenses, designadamente com a UNTL, e possibilita uma participação activa, fundamentada e especializada em fóruns científicos e pedagógicos. (PCLP/ESE-IPP)

- R24.** Elaborar, em conjugação com a recomendação anterior, materiais especializados de suporte a cada curso, constituindo-se, para o efeito, equipas específicas, segundo modalidades a acordar com a ESE-IPP; deste modo, o apoio aos novos docentes e a sua integração no Projecto serão facilitados. (PCLP/ESE-IPP)
- R25.** Implementar e desenvolver actividades de/em LP que possam tirar partido das novas tecnologias, nomeadamente da *Internet*, desenvolvendo a interacção com outras falantes de LP; nesse sentido, o projecto “Rostos de Esperança” poderá ganhar novo dinamismo, acompanhando o alargamento em Timor-Leste do acesso à *Internet*, que se espera que aconteça nos próximos tempos; também a dinamização de bibliotecas / centro de recursos educativos deverá ganhar novo impulso, de forma integrada com a utilização das tecnologias de informação e comunicação. (PCLP)

■ BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Nuno C. Henriques de (2008) *Língua Portuguesa em Timor-Leste: Ensino e Cidadania*. Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa Área de Especialização em Metodologia do Ensino de Português Língua Estrangeira / Língua Segunda, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Banco Mundial (2009) *Timor-Leste: Análise da Aquisição de Leitura nos Primeiros Anos de Escolaridade (An Analysis of Early Grade Reading Acquisition)*.
- Batoréo, Hanna (2010) Ensinar Português no Enquadramento Poliglóstico de Timor-Leste. *Palavras*, 37, 55-65.
- Carvalho, Maria José Albarran de (2001) Panorama Linguístico de Timor: Identidade Regional, Nacional e Pessoal. *Revista Camões*, n.º 14.
- DNE – Direcção Nacional de Estatística (2010) *Timor-Leste em Números 2009 / Timor-Leste in Figures, 2009*. Díli: – Direcção Nacional de Estatística
- Freitas, João (2010) O Papel Fundamental da Educação. *Magazine*. Presidência da Republica, Timor-Leste, Setembro, n.º 2, 44-45
- Hattori, Ryoko; Gomes, Matias; Ajo, Frances; Belo, Nelson (2005) The Ethnolinguistic Situation in East Timor. *International Graduate Student Conference Series*, N.º 20.
- Hull, Geoffrey (2001a) *Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional*. Lisboa: Instituto Camões.
- Hull, Geoffrey (2001b) Língua e Cultura na Construção da Identidade de Timor-Leste. *Revista Camões*, n.º 14.
- Hull, Geoffrey (2002) The Languages of East Timor: Some Basic Facts. http://www.portphillip.vic.gov.au/default/CommunityGovernanceDocuments/The_Languages_of_East_Timor_Some_Basic_Facts.pdf (acedido em Agosto de 2010).
- IPAD (2007) *Avaliação do Programa Indicativo de Timor-Leste 2004-2006*.
- IPAD (2006) *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*.
- IPAD (2003-2010) Documentação diversa relativa ao Programa de Reintrodução da Língua Portuguesa.
- IPAD (2007) *Guia de Avaliação*. <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/guiaaval07.pdf>
- IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. *Programa Indicativo de Cooperação, Portugal-Timor, 2004-2006*
- IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. *Programa Indicativo de Cooperação, Portugal -Timor, 2007-2010*

- Lourenço, Soraia V. M. Feiteira (2008) *Um Quadro de Referência para o Ensino do Português em Timor-Leste*. Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa Área de Especialização em Metodologia do Ensino de Português Língua Estrangeira / Língua Segunda, apresentada à Fac. De Letras da Universidade de Lisboa.
- Melo, Filipe (2009) Timor Pode Começar a Pensar no seu Desenvolvimento. *Ciência – Hoje*, 27 de Agosto.
- NORAD - Norwegian Agency for Development Cooperation (2007) *Review of Development Cooperation in Timor-Leste*.
- OCDE (2010) *Normas de Qualidade para a Avaliação do Desenvolvimento*. <http://www.oecd.org/dataoecd/24/0/45464406.pdf>
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010) *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*. PNUD / IPAD, para a versão portuguesa.. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf
- Rep blica Democratica de Timor-Leste, Asian Development Bank, JICA, UNDP, UNICEF, UNMISSET, World Bank (2003) *Timor-Leste: poverty in a new nation: analysis for action*.
- Soares, Eduardo & Mytton Graham (2007). *National Media Survey, Final Report Março, 2006 Timor-Leste*.
- Sousa, Barreira, (2010) Cooperação Portugal e TL. *Magazine*, Presidência da Republica, Timor-Leste, Setembro, nº 2, p. 20-21.
- Taylor-Leech, Kerry J. (2007) *The Ecology of Planning Language in Timor-Leste: A Study of Language Policy, Planning and Practices in Identity Construction*. Tese de doutoramento. Universidade de Brisbane, Austrália.
- Taylor-Leech, Kerry J. (2008) Language and Identity in East-Timor: The Discourse of Nation Building. *Language Problems & Language Planning*. 32:2, p. 153-180.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. (2002). *Babel Loro Sa'e: O Problema Lingüístico de Timor-Leste*. Lisboa: Instituto Camões.
- UNESCO (2003) *Education in a Multilingual World*. Paris: UNESCO.
- UNESCO (s/d) *Timor-Leste – Unesco, Country Programming Document 2009-2013*. Jakarta: UNESCO House
- USAID (2007) *Assessment of the Effectiveness of Literacy and Numeracy Programs in Timor-Leste*.

■ ANEXOS

Anexo 1 ■ Termos de Referência

AVALIAÇÃO DO PERCURSO DO PROJECTO DE REINTRODUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR- LESTE (2003-2009)

TERMOS DE REFERÊNCIA

1. Enquadramento

A escolha da língua portuguesa, como uma das línguas oficiais da República Democrática de Timor-leste e as enormes carências no domínio educativo foram os principais factores que levaram a tornar a área da educação uma das prioridades da Cooperação Portuguesa em Timor-Leste (TL).

No ano 2000, a situação caracterizava-se por um degradado estado físico das escolas, pela falta de materiais educativos e por uma deficiente preparação dos docentes, que muito contribuía para o insucesso escolar dos alunos e o abandono escolar precoce.

O esforço da Cooperação Portuguesa, através do Projecto da Reintrodução da Língua Portuguesa (PRLP), direccionava-se então para o apoio ao sistema educativo do país, paralelamente à reintrodução da Língua Portuguesa, tendo subjacente uma acção concertada com as autoridades timorenses, no quadro da prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e do Plano de Desenvolvimento Nacional Timorense.

Nesta primeira fase (2000-2003), os docentes portugueses leccionavam a disciplina de Língua Portuguesa aos alunos do pré-secundário (7.º, 8.º e 9.º anos) e do secundário (10.º, 11.º e 12.º anos) indo, desse modo, ao encontro de uma pretensão manifestada pelas autoridades educativas timorenses. Essa acção teve dois objectivos principais:

(1) Garantir a existência em toda as escolas timorenses, no mínimo, de um docente de Língua Portuguesa;

(2) Capitalizar os conhecimentos dos docentes portugueses de modo a dinamizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

A partir de 2003/2004, a estratégia de actuação do PRLP foi alterada e direccionou-se exclusivamente para a formação de professores e funcionários públicos, fundamentada nas seguintes razões:

(1) Todas as matérias de ensino eram leccionadas em tétum ou em língua indonésia, com excepção da disciplina de -Português”;

(2) Constatação de que seria necessário direccionar o trabalho para a preparação dos docentes timorenses em Língua Portuguesa, de modo a que fosse assegurada a sua melhor e mais rápida disseminação;

(3) Colmatar as carências de conhecimentos científicos e pedagógicos por parte dos professores timorenses, com a criação do Curso de Bacharelato Nocturno, por parte da Cooperação Portuguesa, em conjunto com o Ministério da Educação e a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e e com a colaboração da Agência Brasileira de Cooperação.

No ano lectivo 2007/2008, foram introduzidos ajustamentos e alterações, quer ao nível da organização dos cursos e do público-alvo a abranger, quer dos conteúdos a leccionar, tendo sido traçada uma linha orientadora para o projecto e introduzidas novas metodologias. Este trabalho foi realizado com o apoio da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, enquanto estabelecimento de ensino superior vocacionado para a formação de profissionais qualificados para a educação. Esta instituição é responsável pelo acompanhamento e pela supervisão pedagógica e científica das actividades do projecto (o protocolo com a ESE foi assinado em 15 de Fevereiro de 2008). Esta nova estratégia do PRLP pretendeu garantir não só uma maior sustentabilidade do projecto mas, também, uma mais efectiva utilização da Língua Portuguesa como verdadeiro instrumento de comunicação e de transmissão de conhecimentos.

No ano lectivo 2008/2009, o Projecto da Reintrodução da Língua Portuguesa contou com um total de 117 docentes, que desenvolveram actividades de formação inicial e contínua de professores, formação em Língua Portuguesa a funcionários públicos e à população em geral e actividades junto dos media, mantendo como residentes a figura do Coordenador e da Vice-Coordenadora.

2. Âmbito e Objectivos da Avaliação

A presente avaliação tem como âmbito a intervenção do PRLP, no período de 2003 a 2009, considerada estruturante no apoio da Cooperação Portuguesa na área da Educação, em Timor-Leste.

A avaliação tem os seguintes objectivos:

- Apreciar o grau de desempenho do PRLP ao nível do seu contributo para a melhoria do sistema educativo e da educação em geral em TL;
- Apreciar o nível de resultados obtidos, onde se incluem o grau de penetração da Língua Portuguesa na sociedade timorense;
- Apreciar o funcionamento das escolas, nomeadamente ao nível da utilização da Língua Portuguesa como língua de instrução, e o contributo prestado nesse âmbito pelo PRLP;

- Identificar constrangimentos e eventuais ajustamentos à intervenção do projecto, tendo presentes as expectativas das autoridades portuguesas e timorenses;
- Fazer recomendações, no quadro da elaboração do novo ciclo de programação do PRLP.

Deverão ser reunidas conclusões, lições aprendidas e recomendações que contribuam para aumentar a eficácia da Cooperação Portuguesa nesta área.

3. Critérios de Avaliação

O trabalho deve centrar-se nos seguintes critérios, com base nos quais serão respondidas as questões da avaliação (Anexo 1):

1 – Relevância

Em que medida a intervenção do PRLP é consistente e está adequada às reais necessidades existentes no sector educativo de Timor-Leste e à difusão/consolidação da Língua Portuguesa.

2 – Eficácia

Apreciação do grau de cumprimento dos objectivos específicos desta intervenção.

3 – Eficiência

Em que medida os recursos utilizados pelo PRLP foram os mais adequados e ao menor custo, tendo em conta as condições locais e os resultados alcançados.

4 – Efeitos

Que efeitos directos, ou indirectos, previstos, ou não, positivos ou negativos, se podem identificar resultantes da intervenção do PRLP.

5 – Sustentabilidade

Apreciar o grau de envolvimento das autoridades timorenses no desenvolvimento do PRLP e o grau de apropriação do processo pelos beneficiários, nomeadamente pelo Ministério da Educação, pelos professores, bem como pelos funcionários públicos timorenses. Deverá também ser apreciado se estão a ser criadas as condições para a manutenção da Língua Portuguesa como língua de ensino e comunicação dos ministérios sectoriais.

6 – Coordenação e Complementaridade

A intervenção do PRLP deverá ser analisada na sua articulação com as outras intervenções da Cooperação Portuguesa, com as das autoridades timorenses e com as de outros doadores na mesma área.

7 – Valor Acrescentado

Em que medida a intervenção do PRLP constitui uma mais-valia da Cooperação Portuguesa relativamente a projectos de outros doadores no mesmo sector.

8 – Visibilidade

Em que medida o PRLP é conhecido e reconhecido em Timor-Leste. Em termos de visibilidade deverá ser feita uma apreciação da estratégia de informação e comunicação da intervenção do PRLP.

4. Metodologia

A avaliação será externa e conduzida pelo GAAI/IPAD, o qual será responsável pelo processo de selecção da equipa de avaliação.

O IPAD e as entidades beneficiárias da intervenção e detentoras de interesse na mesma serão envolvidos nas diversas fases da avaliação, desde a aprovação dos presentes TdR até à aprovação do relatório final.

A discussão do plano de trabalho da fase seguinte será feita em reunião com o Grupo de Acompanhamento, composto pelo GAAI e pelos técnicos da DSP e da DSCG que fazem o acompanhamento de Timor-Leste.

4.1 – Fases da avaliação

Trabalho de Gabinete — recolha e tratamento da documentação disponível e elaboração dos instrumentos a utilizar na avaliação e nas eventuais entrevistas em Portugal. No final desta fase deverá ser redigido um relatório que deverá conter toda a informação quantitativa e qualitativa referente ao PRLP, bem como a metodologia a utilizar na fase seguinte.

Trabalho de Campo — a equipa de avaliação deslocar-se-á a Timor-Leste para recolher a informação *in loco*, ouvir os parceiros/beneficiários locais e confirmar ou infirmar as conclusões obtidas durante a fase documental. Será feito o aprofundamento de outras questões previamente identificadas, assim como a análise de questões que possam surgir face à realidade no terreno. Para que seja possível recolher toda a informação pertinente, deverão realizar-se reuniões não só com os parceiros locais mas, também, com os responsáveis pela execução no terreno e outros doadores.

A concluir esta fase, a equipa de Avaliação realizará, em Timor-Leste, um *workshop* com todos os detentores de interesse, para apresentação e discussão dos resultados preliminares da avaliação.

Relatório Final — A fase final da avaliação diz respeito à apresentação dos resultados, os quais deverão ser apresentados sob a forma de:

- Um relatório final de Avaliação
- Um sumário executivo, em português
- Um sumário executivo, em inglês.

O relatório final, a ser redigido pela equipa de avaliadores, deverá conter a descrição e análise de todo o trabalho subjacente à avaliação e suas conclusões, lições aprendidas e recomendações devidamente fundamentadas, as quais constituem uma componente

fundamental da Avaliação e que permitirão fundamentar decisões futuras relativamente ao PRLP.

A versão provisória deste relatório será discutida em *workshop* a realizar em Lisboa. A versão final será redigida tendo em conta os comentários e sugestões dessa reunião, bem como os recebidos das autoridades timorenses.

Este relatório deverá ser entregue em língua portuguesa, em suportes papel e informático, neste caso em formato *Word*. Em anexo ao relatório final de Avaliação deverá ser incluída toda a informação coligida durante as fases de gabinete e de campo, na qual devem constar, pelo menos, os seguintes documentos: Os Termos de Referência, a matriz com os critérios de avaliação, as questões de avaliação e respectivos indicadores, a lista de pessoas e entidades contactadas em cada fase, os modelos de entrevistas efectuadas, a bibliografia consultada e ainda quaisquer outros instrumentos de apoio, sejam estes de referência ou metodológicos.

5. Equipa de avaliação

A equipa de avaliação deverá ser multidisciplinar, incluindo especialistas com os seguintes perfis:

- Formação superior, com experiência em avaliação de políticas públicas ou gestão de projectos;
- Conhecimentos aprofundados dos sistemas de ensino/aprendizagem em Língua Portuguesa;
- Conhecimentos em matéria de cooperação para o desenvolvimento;
- Conhecimento da realidade de Timor-Leste.

A equipa de avaliação deverá apresentar os *curricula vitae* dos avaliadores. Por questões éticas, nenhum dos membros da equipa poderá ter tido ligações com a concepção e/ou execução do PRLP, devendo cada avaliador assinar uma declaração de ausência de conflito de interesses (Anexo 2).

6. Apresentação de propostas

Os candidatos a avaliadores deverão apresentar, de forma detalhada, a metodologia de avaliação a utilizar em cada fase, nomeadamente os métodos previstos para a recolha de dados e informação bem como para o seu tratamento e análise. A apresentação de propostas terá por base o indicado nos TdR, as Normas CAD para a Qualidade da Avaliação, e o explicitado no Guia de Avaliação do IPAD. Esta proposta poderá ser objecto de discussão após a selecção da equipa de avaliação.

Os avaliadores deverão, ainda, apresentar um orçamento e uma calendarização da avaliação.

7. Orçamento

O orçamento global não deverá ultrapassar os 55 000€ (cinquenta e cinco mil euros), com IVA incluído.

8. Calendarização

A avaliação decorrerá em 2010, com o seguinte calendário:

| Fase | Prazo | Intervenientes |
|---|--|---|
| 1. Trabalho de gabinete | Apresentação do relatório preliminar no prazo máximo de 6 semanas após a assinatura do contrato. | Equipa de avaliação. |
| Workshop para discussão do relatório preliminar | 1 semana após a entrega do documento | Todos os detentores de interesse |
| Reunião sobre a fase seguinte | Após a realização do Workshop | Equipa de Avaliação e Grupo de Acompanhamento |
| 2. Trabalho de campo | Duração de 2 semanas, com início 1 semana após a realização do workshop | Equipa de Avaliação e um técnico do GAAI |
| 3. Versão preliminar do relatório final | 6 semanas após trabalho de campo | Equipa de Avaliação |
| Workshop para discussão da versão preliminar do relatório final | 1 semana após a entrega do documento | Todos os detentores de interesse |
| Relatório final | 1 semana após a realização do workshop | Equipa de Avaliação |

Anexo I (dos Termos de Referência) — Questões a estudar

Sem prejuízo de outras questões que possam vir a ser incluídas pelos avaliadores, avaliação deverá dar resposta às seguintes questões:

1. Relevância e processo de implementação

1.1 Processo de implementação

- As actividades foram implementadas como planeado?
- Há problemas no sistema de gestão do projecto (sistema de acompanhamento, processo de tomada de decisão, funções do IPAD e da Embaixada, mecanismos de comunicação dentro do projecto, etc.)?
- Há um responsável na contraparte?
- Qual é o grau de participação do grupo alvo e da respectiva organização? Qual é o nível de reconhecimento do projecto?
- Houve problemas no processo de implementação? Se sim, qual a causa?

1.2 Relevância

- O projecto está alinhado com as necessidades da sociedade timorense?
- O projecto está alinhado com as necessidades do grupo alvo?
- O projecto é consistente com a política de desenvolvimento educativo de Timor-Leste?

- O projecto é consistente com a política externa portuguesa e o PIC de Timor-Leste?
- O projecto tem subjacente uma estratégia para produzir efeitos no desenvolvimento do sector da educação e beneficiários alvo do país parceiro?
- A selecção do grupo alvo foi adequada? (alvo, volume, distribuição de género, etc.)
- Há efeitos noutros grupos?
- O projecto tem vantagens comparativas?

2. Eficácia

- Qual é o acesso, por parte dos beneficiários, aos serviços/resultados do projecto?
- Há utilização e benefício dos resultados/serviços pelos beneficiários alvo?
- Qual é o grau de cumprimento dos objectivos específicos, tendo em consideração a forma como o projecto está a ser implementado?
- Olhando para o nível dos recursos e dos resultados, é provável alcançar os objectivos?
- Há algum factor que iniba o alcançar dos objectivos do projecto?
- Os resultados são suficientes para alcançar o objectivo global do projecto?

3. Eficiência

- Qual é a qualidade da gestão em termos de:
 - Disponibilidade de meios/recursos;
 - Implementação das actividades;
 - Resultados alcançados;
 - Contribuição / envolvimento dos parceiros.
- O nível de alcance dos resultados é o adequado?
- Há algum factor inibidor do alcance dos resultados?
- As actividades são suficientes para produzir os resultados?
- Os recursos são suficientes para produzir os resultados?
- Os recursos foram adequados, em quantidade e no momento oportuno, para realizar as actividades previstas? Estão a ser implementadas como planeado?
- Os resultados justificam os custos investidos comparando com projectos semelhantes?

4. Previsão de efeitos

- Há probabilidade de o alcançar do objectivo global ter efeitos ao nível do desenvolvimento do país terceiro?
- Há outros efeitos para além do objectivo global assumido? Foram tomadas medidas para diminuir determinados efeitos negativos?

- Influências no estabelecimento de políticas e na preparação das leis, sistemas, padrões e outros;
- Influência nos aspectos sociais e culturais, como o género, direitos humanos, ricos e pobres;
- Influências das mudanças tecnológicas.
- Influência económica na sociedade alvo, envolvidos no projecto, beneficiários, etc.
- Há diferentes influências, negativas e positivas, devido a diferenças entre género, grupos étnicos, etc.? Há outros efeitos negativos? Que medidas existem para os eliminar?

5. Sustentabilidade

- Existe sustentabilidade económica e financeira?
- Há apropriação do projecto pelos beneficiários e irá manter-se após o fim do apoio português?
- Qual é o apoio fornecido ao nível das políticas e o grau de interacção entre o projecto e o nível político?
- Qual é o contributo do projecto para o reforço institucional e para a capacidade de gestão?

6. Coordenação e Complementaridade

- O PRLP é complementar com as outras intervenções de Portugal em TL?
- É coordenado com as restantes intervenções da cooperação portuguesa em TL?
- Está a criar sinergias ou efeitos multiplicadores?
- É complementar com as intervenções de outros doadores e evita duplicações na área da educação em TL?
- É coordenado com esses doadores?

7. Valor acrescentado

- Em que medida o projecto constitui valor acrescentado na promoção da educação e da Língua Portuguesa em TL?

Anexo 2 ■ Lista das pessoas contactadas em Portugal entre Junho e Agosto de 2010

| Nome | Instituição | Local |
|------------------------------|-------------------------------------|----------|
| António Barbedo de Magalhães | FE-UP | Porto |
| Carlos Guerreiro | CIDAC | Lisboa |
| Cristina Cruz | CIDAC | Lisboa |
| Elisa Sousa | ESE-IPPorto | Porto |
| Georgina Lourenço | IPAD | Lisboa |
| Graça Franco | IPAD | Lisboa |
| Janine Costa | Ministério da Educação/GEPE | Lisboa |
| José Revez | Ministério da Administração Interna | Lisboa |
| Lúcia Serralheiro | Agrupamento de Escolas da Benedita | Benedita |
| Luísa Lourenço | Ministério da Educação/GEPE | Lisboa |
| Luísa Nunes | Ministério da Educação/DGIC | Lisboa |
| Madalena Arroja | Instituto Camões | Lisboa |
| Madalena Sampaio | IPAD | Lisboa |
| Manuel Correia | IPAD | Lisboa |
| Margarida Abecassis | F. C. Gulbenkian | Lisboa |
| Rosalina Rodrigues | Ministério da Educação/GEPE | Lisboa |

Anexo 3 ■ Lista das pessoas contactadas em Timor-Leste em Setembro de 2010

| Nome | Cargo | Instituição | Local |
|--|--|---|--------|
| João Câncio | Ministro da Educação | ME - TL | Díli |
| Virgílio Massa Romeu Ilda Conceição Domingos Mesquita Teresa Carvalho Maria Esponto Francisco Araújo | Presidente, Secretário Deputados/as da Comissão Parlamentar F - Educação e Saúde | Parlamento Nacional | Díli |
| Luís Manuel Barreira de Sousa | Embaixador de Portugal | Embaixada | |
| Silva Pereira | Conselheiro para a cooperação | Cooperação Portuguesa | Díli |
| Maria Jesus Chaves | Conselheira Cultural | Cooperação Portuguesa | Díli |
| Filipe Silva | Coordenador do PRLP | Cooperação Portuguesa | Díli |
| Armindo Barros + 4 Formadores timorenses | Vice-director do Instituto de Formação Profissional e Continua | INFPC | Díli |
| Raimundo Neto | Director do Currículo | Ministério da Educação | Díli |
| D. Ricardo | Bispo de Díli | Câmara Eclesiástica | Díli |
| Benjamin Corte Real | Reitor da UNTL | UNTL | Díli |
| Decano e Professores da Faculdade de Ciências da Educação da UNTL | Decano e Professores da Faculdade de Ciências da Educação da UNTL | FCE-UNTL | Díli |
| Manuel Bucar José António José Brito | Comissário Adjunto Adjunto de pesquisa Assessor de investigação (português) | Comissão Anti- Corrupção | Díli |
| Marcelina Tilman Erica | Directora do Centro de Formação Jurídica Coordenadora de formação (PNUD) | Centro de Formação Jurídica | Díli |
| Vasco Fitas | Responsável do projecto FUP/UNTL | FUP/ UNTL | Díli |
| Miguel Maia | Vice Reitor da UNTL | UNTL | |
| Carlos Jesus Freitas Domingues Soares | Director Regional de Baucau Chefe de departamento de formação de Baucau | Direcção Regional da Educação | Baucau |
| Br. Fons Van Rooij | Director | Instituto de Formação Professores | Baucau |
| Magy Baick | Vice-Directora | | |
| Cesário Moniz Soares | ME | Chefe Departamento de Plano e Desenvolvimento – Região II | Díli |

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO |

Percurso de **Reintrodução da Língua Portuguesa** em Timor-Leste (2003-2009)

| | | | |
|---|--|--|-----------|
| Rodolfo H. Aparício | ME | Chefe Departamento Direcção Nacional Formação Profissional | Díli |
| Eugénio Sarmiento | ME | Secretaria de Estado Arte e Cultura | Díli |
| Antoninho Pires | ME | Director do INFPC | Díli |
| João V. de Sousa | ME | Departamento de Administração – Região II | Díli |
| Diogo | ME | | Díli |
| Abraão dos Santos | ME | DNETS | Díli |
| Fernanda Gonzaga Rebelo | ME | Chefe Dep. Alfabetização e Ensino a Distância | Díli |
| João dos Santos | ME | Director Regional II Díli | Díli |
| Duarte Bragança | ME | Chefe Dep. ES – Região II | Díli |
| Filomeno Lourdes dos Reis Belo | ME | Director Nacional Educação não-Formal | Díli |
| Pe. Leão Costa | Responsável pela Educação a Diocese de Díli | Câmara Eclesiástica | Díli |
| Mónica Marciana Rogério Abílio da Conceição | Formadores Timorenses do PRLP e Directores de Escola | PRLP | Díli |
| Belmiro Neves | Director do INAP | INAP | Díli |
| Exedito Ximenes | Director da RTTL | RTTL | Díli |
| José Alberto Sousa | Assessor português na RTTL | RTTL | Díli |
| Lotte Renault | Directora da Care Internacional | Care Internacional | Díli Pité |
| Koen Meyers | Responsável da UNESCO | UNESCO | Díli |
| Annette Nyquist Ikem Chiejine | Chief of Education | UNICEF | Díli |
| Luc Gacougnolle | Responsável pela área da Educação | Banco Mundial | Díli |
| Adriana Ventura Alberto Borges Alexandra Aguilár Alexandra Baltazar Alexandra de Jesus Amadeu Vicente Amílcar Gabriel Ana Abreu Ana Caetano Ana Pacheco Ana Remelgado Ana Rita Melo Ana Rita Pinho Ana Varela Ana Vieira António Tavares Bárbara Bernardes Bárbara Matadinho | Professores portugueses | PRLP/PCLP | Díli |

| | | | |
|--|--|-------------------------------|--------|
| <p>Cândida Silva Carla Miranda Carlos Canatário Carlos Severino Cláudia Melo Cristina Viana Dalila Santos Delmina Melo Dina Neves Eduardo Pires Elisabete Marques Eugénia Sarmento Fátima Marques Ildefonso Xavier Joana Santos Joana Souto José Alberto Borges José Alberto Lopes José António Almeida José Augusto Silva José Lourenço José Pedro Viana Leonel Lopes M.^a Helena Manuel Ricardo Márcia Pinto Marta Soares Nelson Ferreira Paula Machado Paulo Santos Pedro Moreira Pedro Reis Albuquerque Pedro Rodrigues Pedro Viana Rosa Peixoto Rui Lobo Rui Pinto Rute Miranda Susana Cabrita Susana Freitas Susana Ramos Teresa Ramos Vítor Barbosa</p> | | | |
| Cláudia, Sandra, Catarina e Ir. Alda | Professoras do PRLP/PCLP | PRLP/ IPAD | Baucau |
| Antonino Pires + Directores de Escola | Director do INFPC + Directores de Escola | Ministério da Educação | Díli |
| João Roseiro | Director da EPD | Escola Portuguesa | Díli |
| Francisco de Sousa Humberto Eusébio | Secretário Responsável da CAPES | Embaixada do Brasil | Díli |
| Miguel Caldeira | Responsável pelo projecto da comunicação social - RTTL | RTTL | Díli |
| Padre Felgueiras Padre Martins Rosalina Dias | Responsáveis pelo Centro Juvenil Padre António Vieira | CJPAV | Díli |
| Marta Rocha Miguel Leitão | Leigos para o Desenvolvimento | Leigos para o Desenvolvimento | Díli |

| | | | |
|-----------------|---|--------------------------|------|
| Dulce Turquel | Ex-professora PRLP | | Díli |
| António Veladas | Consultor internacional (ex-jornalista RTP) | Presidência da República | Díli |

Notas:

1. A equipa de avaliação reuniu várias vezes com o Coordenador do PRLP (Filipe Silva).
2. Por diversas vezes a equipa de avaliação dividiu-se de forma a ser possível um maior número de entrevistas e contactos.

Anexo 4 ■ Visitas a escolas

Em Díli

Escola primária "Ghina"

Escola Portuguesa de Díli

Fora de Díli

Escola primária e pré-secundária de Manatuto

Escola primária de Liquiçá

Escola de Maubara

Escola primária de Laclubar

Escola secundária D. Basílio do Nascimento de Laclubar

Anexo 5 ■ Lista de presenças no Workshop 1 (Lisboa)

Fundação Cidade de Lisboa (7 de Setembro de 2010)

| Nome | Instituição |
|------------------------------|--------------------------------------|
| António Barbedo de Magalhães | FEUP |
| Carlos Guerreiro | CIDAC |
| Catarina Lopes | Fundação Evangelização e Culturas |
| Cristina Cruz | CIDAC |
| Dina Amaro | IPAD |
| Elisa Sousa | ESE Porto |
| Georgina Lourenço | IPAD |
| Graça Franco | IPAD |
| Joana Santos | IPAD |
| Luísa Lourenço | Ministério da Educação |
| Luísa Nunes | Ministério da Educação |
| Madalena Sampaio | IPAD |
| Manuel Jesus | IPAD |
| Manuela Afonso | IPAD |
| Margarida Abecassis | Fundação Calouste Gulbenkian |
| Mário Ribeiro | IPAD |
| Pedro Amaral | IPAD |
| Rosa Meneses | Inspecção de Ensino - Coimbra |
| Sara Lopes | Leigos para o desenvolvimento |
| Tânia Felício | Ministério dos Negócios Estrangeiros |

Anexo 6 ■ Lista de presenças no Workshop 2 (Díli)

| Nome | Instituição/Organização | Cargo |
|--|---|--|
| Filipe Silva | Cooperação Portuguesa | Coordenador do PRLP |
| Mário Ribeiro | IPAD | |
| Virgílio Dias Marçal | Parlamento Nacional | Presidente da Comissão de Educação e Saúde |
| Raimundo Neto | Ministério da Educação | Director do Currículo |
| Pedro Soares | Faculdade de Ciências da Educação da UNTL | |
| Maria Jesus Chaves | Cooperação Portuguesa | Conselheira Cultural |
| Mónica de Araújo Abílio Pereira da Conceição | PRLP | Directores de Escola e Formadores Timorenses do PRLP |
| Lotte Renault | Care Internacional | Directora da Care Internacional |
| Annette Nyquist Vicente T. Lopes | UNICEF | Chief of Education Chief of Education |
| Luc Gacougnolle | Banco Mundial | Responsável pela área da Educação |
| Adriana Maria Sousa Ventura Alexandra Aguilar Amílcar R. Gabriel Ana Moreira Cristina Lemos Viana Delmina Melo Elisabete Marques M. C. Torres Rui Miguel Lobo Rute da Silva Miranda Miranda Susana Ferreira Martins Teresa Raquel F. Ramos Vitor José Costa Barbosa Maria de Fátima S. Marques | Professores portugueses | PRLP/PCLP |
| Padre João Felgueiras Padre José Martins Rosalina Dias | Responsáveis pelo Centro Juvenil Padre António Vieira | CJPAV |
| Virgílio Massa | Presidente da Comissão Parlamentar F - Educação e Saúde | Parlamento Nacional |

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO |

Percurso de **Reintrodução da Língua Portuguesa** em Timor-Leste (2003-2009)

| | | |
|----------------------------------|-----------------------|----------------------------------|
| Dulce Turquel | Ex-professora PRLP | |
| Humberto Euzébio | Embaixada do Brasil | PQLP/CAPES |
| José Pedro Viana | | Coordenador Pedagógico PCLP |
| Maria Forte | Embaixada de Portugal | |
| Francisco Miranda | CFJ | |
| Raimundo Neto | ME | Director do Currículo |
| Hipólito Menezes | ME | INFPC |
| Adalfredo de Almeida | ME | Ensino Reccorrente/Não Formal |
| Sebastiana A. P. S. P. Gusmão | ME | Ensino Reccorrente/Não Formal |
| Agapito M. Ximenes | ME | INAP |
| Horácio Fernandes | ME | |
| Manuel Smith | ME | |
| Rodolfo Aparício | ME | |
| João dos Santos | ME | Direcção Regional |
| Jorge da Silva Nunes | ME | Direcção Regional II – Díli |
| Ana Maria Fátima da Costa | ME | Direcção Regional II – Díli |
| Delfina de Fátima P. Borges | ME | Direcção Regional II – Díli |

Anexo 7 ■ Lista de presenças no Workshop 3 (Lisboa)

| Nome | Instituição |
|---------------------------|---------------------------------------|
| Manuel Augusto Correia | IPAD |
| Manuel Gonçalves de Jesus | IPAD |
| Manuela Afonso | IPAD |
| Mário Ribeiro | IPAD |
| Dina Amaro | IPAD |
| Madalena Sampaio | IPAD |
| Graça Paula Franco | IPAD |
| Jéni Soeima | IPAD |
| Cristina Cruz | CIDAC |
| Maria de Jesus Filipe | Instituto Camões |
| Rosa Menezes | Inspecção Geral de Educação - Coimbra |
| Luísa Lourenço | Ministério da Educação / GEPE |
| Maria Isabel Silva | Ministério da Educação / GEPE |
| Celda Morgado Choupina | ESE – Instituto Politécnico do Porto |
| Lúcia Serralheiro | Professora, Directora de Escola |